

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**

**A UNE E A REFORMA UNIVERSITÁRIA:  
as motivações históricas e a luta dos estudantes por um projeto de  
universidade nos anos 60**

**DÁRIO DO CARMO ROCHA**

**MARINGÁ**

**2005**

## **DÁRIO DO CARMO ROCHA**

### **A UNE E A REFORMA UNIVERSITÁRIA: as motivações históricas e a luta dos estudantes por um projeto de universidade nos anos 60**

**Dissertação apresentada como exigência para  
obtenção do grau de Mestre em Educação na  
área de Fundamentos da Educação, à comissão  
juladora da Universidade Estadual de  
Maringá.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cristina  
Gomes Machado**

**MARINGÁ**

**2005**

## **DÁRIO DO CARMO ROCHA**

### **UNE E A REFORMA UNIVERSITÁRIA: as motivações históricas e a luta dos estudantes por um projeto de universidade nos anos 60**

Aprovado em 23/03/2005.

Dissertação aprovada como requisito para a obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação, área de concentração: Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá, pela seguinte banca examinadora:

---

Professor Doutor José Luís Sanfelice (UNICAMP)

---

Professor Doutor César de Alencar Arnaut de Toledo (UEM)

---

Professora Doutora Maria Cristina Gomes Machado (UEM)  
(Orientadora)

À minha filha Anna Beatriz, que muito esperou por meus ensinamentos, mas acabou me ensinando do seu jeito simples, mas cheio de vida.

À meu filho Dário Rafael, que aprendeu rápido e faz questão de lembrar-me sempre o verdadeiro sentido coletivo da palavra “família”.

À Terezinha, por me mostrar que a vida vale a pena, por me mostrar o caminho da vida, e por viver comigo nesse caminho todos os momentos. Á você, companheira de uma vida, e a Anna e Rafael, meus amores, dedico este trabalho.

O que foi evitado em 1964, pelo recurso da mão armada, não o é hoje pelo menos tão facilmente. O grau de desenvolvimento capitalista e a diferenciação do regime de classes conferiram peso e voz a extratos sociais que antes eram ignorados ou excluídos. O poder burguês passava por cima deles e decidia em nome de todos, com ou sem pactos “populistas”. Esses extratos lutam por adquirir expressão forte pela via da institucionalização de seus meios de ação (sindicatos, partidos, organizações de vários tipos e UNE). Nos últimos 20 anos eles cresceram em surdina e, agora, a burguesia precisa enfrentá-las em vários terrenos, privada, também ela, de meios institucionais de ação apropriados (deteriorados ou varridos pela ditadura). (FERNANDES, 1985).

## AGRADECIMENTOS

Em virtude de esta pesquisa ser resultado de um processo histórico e intenso de trabalho, por se constituir em momentos de euforias e agonias, de dor e amor, momentos de reflexão e ação, e, principalmente, momentos de dedicação exclusiva a uma parte significativa da História do Brasil, a UNE.

Agradeço à professora Dr<sup>a</sup> Maria Cristina Gomes Machado pela qualidade de sua orientação e dedicação a minha pesquisa, pelas aulas e indicações de leituras imprescindíveis para a realização deste trabalho. Deixo registrados meus agradecimentos a todos aqueles que contribuíram de forma direta e indiretamente e que fizeram parte deste propósito. Aos professores Dr. José Luís Sanfelice e Dr<sup>a</sup> Sandra de Cássia Araújo Pelegrini pelas indicações de fontes primárias.

Ao amigo Beto, companheiro de luta, desde os tempos de graduação, pela amizade, pela colaboração na análise e, principalmente, por me ajudar nesta caminhada. Ao apoio dos colegas Luis Fernando Reis e Ademir Quintílio Lazarini, suas contribuições foram com certeza, significativas para minha pesquisa.

Aos professores e colegas de mestrado da turma de 2003, à Guaraciaba, Amélia, Ângela, César, e especial à Eloá e Andréia que dividiram comigo momentos maravilhosos na hora do lanche. Aos colegas do grupo de pesquisa HISTEDBR e ao grupo História, Estado e Educação, pela acolhida. As companheiras Amélia e Ângela, que contribuíram para minha pesquisa de forma significativa, fazendo avançar no processo de reflexão e análise do conhecimento.

A professora “Lurdinha”, Maria de Lurdes de Albuquerque Fávero, por dispensar de seu tempo precioso junto ao PROEDES viabilizando os documentos da UNE para o desenvolvimento do meu trabalho.

Aos meus familiares e amigos que acreditaram em meu esforço e que sempre me apoiaram e contribuíram de forma direta e indireta para a realização deste trabalho, em especial a Clemente Ambrósio da Rocha e Ignez Mussi da Rocha, meus pais queridos que dedicaram

suas vidas pelos filhos, que mesmo sem estudarem, foram meus “mestres”. A Osmar e Irma pela força e incentivo. Aos meus irmãos que são parte de minha história.

## **A UNE E A REFORMA UNIVERSITÁRIA: as motivações históricas e a luta dos estudantes por um projeto de universidade nos anos 60**

### **RESUMO**

A presente dissertação estuda a UNE e sua posição sobre Reforma Universitária nos anos 60. Propõe o seguinte questionamento: Qual a proposta de universidade defendida pelos estudantes militantes da UNE durante a década de 60 no Brasil? Esta questão se faz importante por ser esta década de grandes manifestações políticas-ideológicas culminando com as atividades da entidade sendo realizadas na clandestinidade. No início desta década, os estudantes organizados lutavam por uma universidade mais séria, menos seletiva e classista e que não defendesse o “*status quo*”. Ela deveria ser diferente do modelo universitário adotado, pois a universidade efetivada pela Lei 4.024/61 se encontrava atrelada aos interesses de parte da sociedade que detém o poder econômico, ofertando um número reduzido de vagas. A UNE, esteve de modo geral, envolvida com várias questões emblemáticas do país, inclusive na luta por mudanças significativas nas universidades, sua posição evidenciou-se no cenário histórico ao realizar os I, II e III Seminário Nacional da Reforma Universitária. Realizaram-se respectivamente em Salvador, em 1961, em Curitiba, em 1962 e em Belo Horizonte, em 1963. Nestes Seminários foram produzidos documentos históricos e significativos: A “Declaração da Bahia”, a “Carta de Curitiba” e a “Luta atual pela Reforma Universitária”. Tais documentos foram utilizados como fontes principais dessa pesquisa. A Reforma Universitária foi idealizada como um elo que uniria as reivindicações escolares à luta política do movimento estudantil. Colocava-se como uma das reivindicações necessárias no processo emancipatório da sociedade de classes. As ações da UNE emergiram num momento histórico onde ocorriam várias manifestações em prol das reformas de base. Diante da condição de luta e das perseguições do governo militar implantado em 1964, a UNE propunha um projeto alternativo de Reforma Universitária, proposta aceita pela maioria dos estudantes, tendo em vista, no bojo das grandes mobilizações o que mais se discutia era um conjunto de mudanças que só poderia se realizar a partir do momento que os estudantes tomassem consciência política e assumissem um posicionamento claro acerca da realidade crítica que se deparava o ensino superior no país em pleno regime militar. Para tanto, o trabalho foi organizado em três partes, na primeira analisa-se o processo socio-político-econômico e educacional, o programa de governo desenvolvimentista para o país e seu projeto de reforma para o ensino superior seguindo as orientações dos relatórios Atcon, Meira Mattos e do GTRU. Na segunda parte analisa-se o envolvimento da UNE nas questões nacionais e internacionais, bem como sua ação na clandestinidade, pós-golpe de Estado. Na terceira, discute-se a concepção de Universidade defendida pela UNE nos seminários que ocorreram durante os anos 60. Verificou-se que tais documentos significaram um avanço político para se compreender o envolvimento da entidade na luta pela Reforma Universitária.

**Palavras-chave:** História da Educação, Fontes e Fundamentos, Movimento Estudantil, Reforma Universitária, Ensino Superior



**THE UNE AND THE UNIVERSITY REFORM:  
the historical motivation and students fight for a university project in the  
1960s**

**ABSTRACT**

The present dissertation studies UNE and its position about Academical Reform in the sixties. It proposes the following question: Which is the university proposal supported by the militant students of UNE during the decade of 60 in Brazil? This question is important for being the decade of great politics-ideological manifestations culminating with the activities of the entity being accomplished in the secrecy. In the beginning of this decade, the organized students fought for an university more serious, less selective and that didn't defend the " status quo ". It should be different from the adopted academical model, because the university was harnessed to the society interests that hold the economical power, offering a reduced number of vacancies. UNE was in general, involved with several emblematic subjects of the country, besides in the fight for significant changes in the universities, its position was evidenced in the scenery when accomplishing the I, II and III National Seminar of the Academical Reform. They took place respectively in Salvador, in 1961, in Curitiba, in 1962 and in Belo Horizonte, in 1963. In these Seminars historical and significant documents were produced: The Declaration of Bahia ", "the Letter of Curitiba " and the " current Fight for the Academical " Reform. Such documents were used as main sources of that research. The Academical Reform was idealized as a link that would join the school revindications to the political fight of the student movement. It was placed as one of the necessary revindications in the emancipating process of the society of classes. The UNE actions emerged in a historical moment where happened several manifestations on behalf of the base reforms. Due to the fight condition and of the military government's persecutions implanted in 1964, UNE proposed an alternative project of Academical Reform, proposal accepted for most of the students, seeing in the salience of the great mobilizations what was discussed the most was a group of changes that could only take place starting from the moment that the students took political conscience and they assumed a clear positioning concerning the critical reality that came across the higher education in the country in the middle of the military regime. For so much, the work was organized in three parts, where in the first analyzes the partner-politicize-economical and educational process, the program of government desenvolved for the country and its reform project for the higher education following the orientations of the reports Atcon, Meira Mattos and of GTRU. In the second part the UNE's involvement is analyzed in the national and international subjects, as well as its action in the secrecy, powder-blow of State. In the third, is discussed the University conception upheld by UNE in the seminars for the academical reform that happened during the sixties. It was verified that such documents meant a significant progress to understand the involvement of the entity in the fight for the Academical Reform.

Key words: the History of Education; Sources and bases; Student Movement, Academical reform.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACB – Ação Católica Brasileira

AID – Agency for International Development - EUA

AI-5 – Ato Institucional número 5

AMES – Associação Municipal dos Estudantes

ANDES – Associação Nacional dos Professores do Ensino Superior

AP – Ação Popular

BIRD – Banco Internacional para a Reestruturação e Desenvolvimento

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

COSEC – Secretariado Coordenador das Uniões Nacionais dos Estudantes

CPB – Confederação dos Professores do Brasil

CPC – Centro Popular de Cultura

CPI – Comissão de Inquérito

CRUTAC – Centro Rural Universitário de Treino e Ação Comunitária

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

DA – Diretório Acadêmico

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

EAPES – Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior

EMC – Educação Moral e Cívica

FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNEM – Fundo Nacional do Ensino Médio

FNES – Fundo Nacional do Ensino Superior

GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio

GTs – Grupos de Trabalho

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICM – Imposto de Circulação de Mercadoria

IPTU – Imposto Territorial Urbano

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPI – Imposto sobre Produto Interno

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros  
ISS – Imposto Serviço Social  
JK – Juscelino Kubitschek  
JEC – Juventude Agrária Católica  
JECF – Juventude Agrária Católica Feminina  
JICF – Juventude Independente  
JOC – Juventude Operária Católica  
JOCF – Juventude Operária Católica Feminina  
JUC – Juventude Universitária Católica  
LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MCD – Movimento Contra a Ditadura  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
ME – Movimento Estudantil  
MEB – Movimento de Educação Brasileira  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
MEI – Movimento Estudantil Internacional  
MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes  
MUC – Movimento Universidade Crítica  
MUDES – Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social  
OCLAE – Organização Continental Latino-Americano dos Estudantes  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
OLAS – Organização Latino-Americano de Solidariedade  
PAEG – Plano de Ação Econômica de Governo  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PEDs – Planos Estratégicos de Desenvolvimento  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNDs – Planos Nacionais de Desenvolvimento  
POLOP – Política Operária  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSN – Plano de Segurança Nacional  
RU – Reforma Universitária  
SNRU – Seminário Nacional de Reforma Universitária  
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundários  
UEE – União Estadual dos Estudantes

UIE – União Internacional dos Estudantes

UJC – União de Jovens Comunistas

UME – União Metropolitana dos Estudantes

UnB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

USAID – Agência Internacional dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

USP – Universidade de São Paulo

WORLD BANK – Banco Mundial

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>v</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>vi</b>
<b>LISTA DE SIGLAS .....</b>	<b>vii</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>01</b>
<b>2 O CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO-POLÍTICO E EDUCACIONAL: AS MOTIVAÇÕES E DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS DO PERÍODO DO GOLPE DE 64 .....</b>	<b>06</b>
2.1 O PROGRAMA DESENVOLVIMENTISTA: O AUTORITARISMO MILITAR E SEU PROJETO ECONÔMICO .....	15
2.2 UNIVERSIDADE BRASILEIRA E A ÓTICA DOS MILITARES .....	28
2.2.1 O Relatório Rudolph Atcon .....	37
2.2.2 O Relatório Meira Mattos .....	38
2.2.3 O Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária .....	41
<b>3 UNE – CARACTERIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL .....</b>	<b>45</b>
3.1 A UNE NOS PLANOS NACIONAL E INTERNACIONAL .....	45
3.2 A UNE APÓS O GOLPE DE 64 .....	60
<b>4 A UNIVERSIDADE DEFENDIDA PELA UNE NA DÉCADA DE 60.....</b>	<b>86</b>
4.1 I SEMINÁRIO NACIONAL DE REFORMA UNIVERSITÁRIA E A “DECLARAÇÃO DA BAHIA” (1961) .....	91
4.2 II SEMINÁRIO NACIONAL DE REFORMA UNIVERSITÁRIA E A “CARTA DO PARANÁ” (1962) .....	105
4.2.1 Fundamentos Teóricos da Reforma Universitária .....	106
4.2.2 A Universidade no processo histórico .....	107
4.2.3 Plano de ação pela Reforma Universitária .....	114
4.3 III SEMINÁRIO NACIONAL E A LUTA PELA UNIVERSIDADE (1963) .....	119
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>124</b>
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>132</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objeto de pesquisa a União Nacional dos Estudantes (UNE)<sup>1</sup> e o seu projeto de Reforma Universitária (RU) defendido na década de 60.<sup>2</sup> Esse objeto instiga o seguinte questionamento: Qual a proposta de universidade defendida pelos estudantes militantes da UNE nos seminários nacionais de reforma universitária nesse período? Essa questão torna-se fundamental para se compreender o processo histórico que culminou com a efetivação da Lei 4.024/61 e o impacto da reforma universitária implementada com a Lei 5.540/68 durante o governo militar. Uma análise mais aprofundada da História do Brasil revela a intensa participação do movimento estudantil organizado através da UNE nas questões mais emblemáticas do país, no final dos anos 50 até início dos anos 70. A partir daí, sua atividade foi interrompida com o endurecimento do regime militar no Governo Médici (1969 – 1974), entretanto, ela não se calou e fez duras críticas a política implementada.

Após esse período no qual o movimento estudantil mostrava-se questionador da ordem social, ele se afastou das suas proposições iniciais. Hoje, apresenta-se de forma esfacelada e fragmentada, sem uma direção que congregue os diversos segmentos estudantis do país. Esta constatação provoca a necessidade de uma reflexão mais atenta da história da UNE e uma análise mais cuidada de suas lutas. Percebe-se, que a luta por uma universidade que congregasse os anseios da massa estudantil e a efetivação de um sistema nacional de ensino, obrigatório, laico e gratuito se tornou a necessidade mais emergente do movimento estudantil, contudo, no Brasil, ainda se luta pela democratização da escola pública, escola essa que deve ser eficiente e de qualidade, mas na atualidade não há um engajamento dos estudantes dos diferentes níveis de ensino nessa luta. Lutar pela escola pressupõe entendê-la nas múltiplas

---

<sup>1</sup> Dia 17 de agosto de 1937, realizou-se o primeiro Congresso Nacional dos Estudantes, considerado o ponto de partida da União Nacional dos Estudantes (UNE). A data foi significativa, pois ocorreu em plena crise dos anos 30. Esse congresso aprovou os estatutos da nova entidade e marcou o início das reivindicações estudantis contestando o modelo econômico do país. Sobre a história deste movimento sugere-se a leitura de Poerner (1968, p. 109-126), este autor tem sido referência para os estudos realizados.

<sup>2</sup> O movimento estudantil em prol da reforma universitária, da democratização da sociedade e da socialização ampla do saber são peculiaridades de um país, neste caso, o Brasil. Suas raízes mais tenras podem ser identificadas na Carta de Córdoba (Argentina), de 21 de junho de 1918, impedindo a reforma universitária e a formação de federações nacionais de estudantes ou uniões nacionais entre 1920 e 1930 em quase toda a América Latina (Chile, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Venezuela, México, estende-se mais tarde a Cuba, em 1978). Todos se imbuíram do espírito renovador da possibilidade de transformação social e de uma consciência de homem americano, distinto do norte-americano e/ou do europeu. Desde 1918, em Córdoba, um movimento de renovação foi adquirindo traços de um acontecimento histórico de magnitude continental, do ponto de vista ético, social e político. A favor de quem e contra quem era este movimento? Que interesse contrariou? Aí reside a reposta de seu malogro nos anos 60 e 70. (FÁVERO, 1994, p.11).

relações que a envolvem, assim a reforma da educação escolar não pode ser realizada de forma isolada do processo de transformações históricas. Bem como, a UNE só pode ser entendida sob esta ótica.

Os estudantes militantes da UNE se envolveram em muitas questões sociais, políticas e econômicas do país. Entretanto, primeiramente eles se voltaram para questões imediatas enfrentadas na educação brasileira. Esta na década de 60 caracterizava-se por adotar uma forma elitista-classista, atendendo a uma parcela privilegiada da sociedade, tanto nos níveis primário, secundário e superior. Entretanto, este modelo, não contemplava as aspirações dos estudantes, iniciando um amplo processo de discussão acerca da luta pela ampliação quantitativa das vagas para o nível superior. As lutas por um sistema nacional de ensino e pela reforma universitária foram as principais bandeiras defendidas pelos estudantes. Segundo Saviani (1988, p. 60) “[...] o trâmite da LDB/61 esbarrou na correlação de forças de grupos políticos”. Os estudantes sem uma base representativa entre os partidos políticos tiveram muita dificuldade em participar das discussões, pois nessas instâncias se faziam as emendas constitucionais sob forma de substitutivo. Contudo, somente posteriormente é que os estudantes discutiram como deveria ser a universidade desejada.

A UNE surgiu a partir dos bancos escolares ofertados pelo ensino superior e mostrava preocupação em rever o modelo universitário brasileiro. Dessa forma, nosso objeto de pesquisa no início da década de 60, evidenciou-se no cenário histórico com a realização dos *I, II e III Seminário Nacional da Reforma Universitária*. O primeiro realizou-se em Salvador, Bahia, em 1961, o segundo realizou-se em Curitiba, Paraná, em 1962 e o terceiro realizou-se em Belo Horizonte, em 1963

A luta pela reforma universitária proposta nos seminários nacionais, mais particularmente a proposta de universidade no terceiro seminário em Belo Horizonte destaca-se como o *elo* que uniu as reivindicações escolares à luta política do movimento estudantil. A condição para percorrer tal caminho era a incorporação de todo um movimento à consciência da luta de classes (luta popular), ligado a ela por vínculos concretos da própria situação do estudante. Após a união entre a realidade estudantil e a realidade da massa trabalhadora, a UNE evolui para uma fase mais plena e específica no campo universitário. Compreender o movimento nessas relações é nossa tarefa, na medida em que vemos que a luta pela reforma universitária nasce da necessidade dos estudantes conquistar as bases universitárias, mais ainda, ela nasce de um avanço na tentativa da superação meramente assistencialista para a luta de libertação e emancipação do povo brasileiro. (UNE, 1963, p. 9-12).

A reforma universitária era concebida desta forma e colocava-se como uma das reivindicações necessárias no processo emancipatório, deixando de ser objeto apenas de lutas parciais e circunstanciais, para tornar-se objeto de uma luta radical e constante. Assumiu um significado social e político diferente no processo de reestruturação da sociedade brasileira, evitando lutas isoladas e lutando pelas outras reformas de base de forma a articular a luta política como meio de construção da consciência coletiva no debate da LDBN (1961)<sup>3</sup> e, sobretudo, na discussão da escola pública na luta pela democratização do ensino.

Nesses seminários se discutiu também, de forma acentuada, como o governo brasileiro encaminhava suas mudanças para o ensino superior. Contudo, as discussões e debates dos estudantes militantes da UNE não se restringiram à educação, mas, buscavam questionar o modelo de desenvolvimento proposto para o país. A UNE revelava assim, uma faceta de maior resistência e questionamento dos problemas da sociedade, bem como da educação, encaminhando ao Congresso um projeto de Emenda Constitucional e outro de alteração da Lei de Diretrizes e Bases, onde se consubstanciassem os pontos fundamentais da luta imediata pela Reforma Universitária.

A UNE, criada nos anos 30 do século XX, a partir dos anos 50 militou como um movimento reivindicatório. Sua magnitude estava na formação sócio-política que questionava os interesses da classe dominante, renovando suas bases a cada ano de maneira progressiva. Realizou várias manifestações pelo país, defendendo um projeto de luta histórica não elitizada, tampouco defensor do pensamento dos grupos hegemônicos internacionais.

---

<sup>3</sup> “Embora tivesse sido encaminhado à Câmara Federal em 29 de outubro de 1948, só a 29 de maio de 1957 é que se iniciou, naquela Casa do Congresso, a primeira discussão sobre o Projeto das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esse projeto se caracterizava por uma tendência descentralizadora esposada desde a década de 30 pela Associação Brasileira de Educação (ABE). Desde sua entrada no Congresso o projeto original das Diretrizes e Bases da Educação esbarrou na correlação de forças representadas pelas diferentes posições partidárias que tinham lugar no Congresso Nacional”. (SAVIANI, 2001, p.15).



Os estudos feitos por Sanfelice (1986)<sup>4</sup> e Pelegrini (1997)<sup>5</sup> foram de fundamental importância para a compreensão do projeto educacional e do contexto social que engendraram tal movimento. A UNE deve ser entendida na sua relação com as transformações históricas operadas na sociedade, no contexto nacional e internacional. A reforma defendida pela UNE tinha em tese, o compromisso de superar a forma incipiente da luta pela escola pública em oposição ao ensino elitizante. Portanto, a luta também era pela ampliação das oportunidades educacionais a toda a população e pelo aprimoramento da educação destinada às camadas populares.

Na análise da presença do Movimento Estudantil (ME) na história brasileira evidenciou-se que a UNE, enquanto movimento estudantil reivindicatório, foi formador de idéias, portanto, suas ações emergiram num momento histórico onde ocorreram várias manifestações em prol das reformas de base, significativas para o país. Este trabalho, portanto, estuda a proposta de universidade defendida pela UNE. Nesse sentido, a leitura dos originais,<sup>6</sup> bem como a produção teórica militar é imprescindível para esta pesquisa na medida em que apresentam os principais elementos das reformas implementadas naquele contexto histórico, permitindo a compreensão do enfrentamento da UNE quanto às reformas implementadas pelo governo militar. Foram utilizados como fontes primárias as Resoluções da UNE, os jornais da época, os artigos, as revistas, os cadernos e, principalmente, a *Carta da Bahia, do Paraná* e o

---

<sup>4</sup> A análise de Sanfelice (1986) sobre o movimento estudantil congrega um estudo teórico de fontes primárias de suma importância para o futuro da pesquisa acadêmica e historiográfica. O autor pesquisa sobre o envolvimento da UNE em várias questões e manifestações em nível nacional na década de 60. Sua investigação consiste no estudo das ideologias estudantis engendradas na contradição do modelo de desenvolvimento implementado num período compreendido pelo autor como reacionário e de intensa radicalização dos embates políticos. Explicita também as dificuldades que os estudantes enfrentaram para atuar no quadro político do país e oferece ao leitor uma análise do movimento estudantil em um dos períodos mais expressivos da história brasileira.

<sup>5</sup> Na tentativa de entender as utopias e práticas políticas no Brasil, Pelegrini (1997) pesquisou a UNE delimitando como objeto principal o estudo da proposta educacional da entidade, no momento em que floresceram no cenário político nacional os projetos de ensino de cunho empresarial organizados no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Seu estudo percorre além da UNE, outras representações como foi o caso da União Metropolitana dos Estudantes (UME) e a Associação Municipal dos Estudantes (AMES), bem como suas articulações com o movimento de resistência ao regime militar (pós-64). Sua análise sugere a necessidade da compreensão da dimensão do embate travado entre os setores médios e a classe dominante, sobre o caráter universalizante ou não da educação. A autora faz uma revisão de literatura buscando perceber em que medida outras leituras sobre o assunto analisam as mobilizações estudantis partindo da concepção de que a educação foi a chave das lutas empreendidas pelos setores médios da sociedade. A utilização de fontes primárias da UNE e a leitura nos originais garante ao seu trabalho um importante e cuidadoso referencial teórico para futuras pesquisas sobre a UNE na década de 60.

<sup>6</sup> Utiliza-se como fontes não só documentos originais, relatórios, discursos, como também outros estudos já realizados sobre o assunto citados acima.

documento de Belo Horizonte, documentos estes significativos para a compreensão da história do movimento estudantil brasileiro.<sup>7</sup>

Para alcançar o objetivo proposto, o trabalho foi desenvolvido em capítulos. No primeiro, analisa-se o processo sócio-político-econômico e educacional, o programa de governo desenvolvimentista para o país, a proposta nas reformas de base e os efeitos da política hegemônica militar no setor educacional superior. Nessa parte, aborda-se também a proposta da ditadura militar para o ensino superior nos Relatórios *Atcon*, *Meira Mattos* e *GTRU* que se constituíram como orientações técnicas para o desenvolvimento e melhoria do ensino superior no país, tendo como objetivo ser a espinha dorsal para a efetivação da Lei 5.540/68.

No segundo capítulo estuda-se a UNE enquanto movimento reivindicatório, seu envolvimento nas questões nacionais e internacionais, bem como sua ação clandestina pós-golpe civil-militar, localizando o ME historicamente como modelo de resistência. Esta compreensão possibilita o entendimento dos motivos que levaram os estudantes a participarem das discussões interna e externamente do país, na fase pré e pós-golpe de Estado de 1º de abril de 1964.

No terceiro capítulo, discute-se a concepção de Universidade defendida pela UNE nos seminários nacionais pela reforma universitária nos anos 60. Desses seminários foram produzidos documentos históricos, como: *A Declaração da Bahia*, *Carta do Paraná* e a *Luta atual pela Reforma Universitária*, estes documentos contribuíram para fundamentar a luta dos estudantes pela Reforma Universitária no período pesquisado. Para concluir este trabalho, mostra-se nas considerações finais, a relevância da compreensão de tal período da história e a necessidade de seu aprofundamento para o estudo da história da educação brasileira.

---

<sup>7</sup> Para o levantamento dessas fontes foram fundamentais os acervos da Fundação Casa Rui Barbosa, da Biblioteca Nacional e do PROEDES. Este é coordenado por Maria de Lurdes Albuquerque Fávero e hoje congrega um arquivo importante sobre o Movimento Estudantil.

## 2 O CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO-POLÍTICO E EDUCACIONAL: AS MOTIVAÇÕES E DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS DO PERÍODO DO GOLPE DE 64

A análise das alianças históricas, políticas e econômicas e seus desdobramentos na História do Brasil, comprovou que a educação oferecida pelo Estado foi um mecanismo usado para a manutenção do *status quo*. Tais alianças tiveram como propósito alinhar o modelo de desenvolvimento do país redefinindo o papel do Estado na área econômica para estrategicamente para, posteriormente, consolidar o novo regime autoritário e o processo de reprodução e acumulação de capital.<sup>8</sup> Os desdobramentos do ponto de vista político-econômico, aparecem quando são analisados numa perspectiva histórica dos planos de metas de desenvolvimento do país e seus efeitos na economia. Nesse sentido, encontram-se alguns resultados evidentes de exclusão social e a necessidade de reformas de base: a tensão estudantil pela falta de vagas nas universidades e, particularmente, a exclusão da maioria do povo brasileiro ao projeto de bem-estar social engendrado pelos defensores do mercado livre.

O Brasil, após 1930, evidenciou que havia um estrangulamento na economia<sup>9</sup> e na política procurava encontrar saídas de superação da crise da República agro-exportadora<sup>10</sup> e de reordenar a sociedade depois da crise de 1929<sup>11</sup>. O mundo capitalista estava marcado pela crise econômica e tentou sua reorganização. Após a I Guerra Mundial (1914-1918), o centro do poder capitalista foi alterado e trouxe à tona a preponderância norte-americana no mundo.

---

<sup>8</sup> “[...] o modelo político nacional desenvolvimentista elaborado a partir de 1930 e consolidado, posteriormente, se fez possível, mesmo assim, não sem obstáculos, mas, em função da crise temporária do capitalismo internacional que culmina em 1929. As desigualdades econômica-político-sociais permanecem grandemente acentuadas mesmo em épocas onde a dependência interna e externa diminui. A passagem do modelo capitalista agrário exportador para o modelo capitalista industrial, ainda que dependente leva à reformulação da função do Estado que passa a ser um agente planejador. Ao Estado brasileiro caberia planejar a ação que levaria à concretização da opção política feita. (RIBEIRO, 1978, p. 50).

<sup>9</sup> “[...] o processo de estrangulamento da economia brasileira já nos anos 30, acentuou-se a partir de outubro de 1929, quando o valor dos produtos fundamentais em que assentava a vida econômica do país (café), cai brusca e consideravelmente. As exportações sofreram em consequência grande redução. Ao mesmo tempo, não só se interrompe o afluxo regular de capitais estrangeiros que dantes normalmente alimentavam a economia do país e que se tinham tornado indispensáveis, nas condições vigentes, para o equilíbrio de suas finanças externas, mas inverte-se o movimento em consequência do apelo dos grandes centros financeiros internacionais em crise a todas suas disponibilidades no exterior”. (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 291).

<sup>10</sup> “[...] a crise que o Brasil enfrenta face às rupturas da República, considera que ela foi uma crise política e principalmente econômica, onde a expansão do capitalismo mostra que a burguesia nacional não teve forças para realizar, por si só, a sua missão”. (CUNHA, 1983, p. 08).

<sup>11</sup> Recomenda-se a leitura sobre o imperialismo norte-americano e a crise de 1929 em Bandeira (1979, p. 108-109), onde este autor coloca que o resultado da crise, num primeiro momento, transformou a burguesia agrária em burguesia industrial, em razão da bancarrota das velhas oligarquias cafejeiras.

A crise de 1929, gerada nos Estados Unidos, abalou todos os alicerces da economia internacional contribuindo para a proliferação das ditaduras nos países latinos, que levantaram a bandeira de reconstrução econômica de seus países. (saiu nota)

Na Europa, esse período foi vivido em meio aos nacionalismos totalitários. O modelo nazifascista espalhou-se nos países onde os efeitos da crise mundial foram mais sentidos e onde a burguesia queria impedir o avanço das idéias socialistas. No Brasil, manifestava-se a raiz do populismo. Começavam, portanto, as regras para o surto do progresso com a ideologia do nacionalismo econômico que se sucedeu através dos governos de Kubitschek, de Jânio Quadros, de João Goulart, de Castelo Branco, de Costa e Silva, de Emílio Médici e de Geisel.

Nesse momento, também na América Latina cresceram os sentimentos nacionalistas e ultranacionalistas corporificando as reivindicações das camadas médias e populares. A influência das ditaduras européias nos regimes latino-americanos passa a ser marcante. Assim, surgiram na América Latina vários líderes populares, verdadeiros ditadores disfarçados de agentes reformistas<sup>12</sup>. No Brasil, surgiu Getúlio Vargas, que defendia a abertura do mercado para o capital estrangeiro.<sup>13</sup> A economia desses países estava atrelada aos interesses externos norte-americano que consolidou sua supremacia como interventor nas políticas econômicas transformando os países latinos num grande mercado consumidor.

A dominação dos mercados ocorria através de monopólios que regulavam a produção industrial, o mercado fornecedor e os preços. Essa fase de desenvolvimento se caracterizou pelo processo de concentração de renda monopolista. Segundo Evaldo Vieira (1985, p.06), “[...] no capitalismo brasileiro, o desenvolvimento econômico significou a transformação da quantidade e da qualidade das relações presente na economia, decorrente da acumulação do capital”. As condições favoráveis ao desenvolvimento econômico foram fornecidas não somente pela denominada iniciativa privada, mas também pela atuação dos governos.

---

<sup>12</sup> “[...] os governos Getúlio Vargas (Brasil), López (Venezuela), Geraldo Machado (Cuba), Isidoro Ayora (Equador), Jorge Ubico (Guatemala), Rafael Trujillo (República Dominicana), Maximiliano Martínez (El Salvador) foram líderes surgidos na década de 30, autoritários e disfarçados como agentes reformistas”. (DOMINGUES; LEITE, 1983, p.225).

<sup>13</sup> “[...] o capital estrangeiro pede garantias para entrar no país, garantias maiores para nele permanecer e ainda maiores para sair. O capital estrangeiro no Brasil salvo raras exceções, tem-se instalado e crescido de modo a quase impedir o crescimento e o desenvolvimento do capital brasileiro”. (PEREIRA, 1978, p.41).

Às vésperas de terminar a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi organizada a *Conferência de Bretton Woods* nos Estados Unidos. Naquela ocasião, líderes de vários países, discutiram a recuperação do comércio internacional após a Guerra. Era necessária a concessão de empréstimos para a expansão desse comércio. E, para a manutenção e sustentação do capitalismo como também para o reerguimento da economia e das finanças mundiais foram criados três organismos multilaterais: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ou, simplesmente, Banco Mundial (WORLDBANK) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Através da atuação desses órgãos o imperialismo norte-americano ampliou-se e consolidou-se no mundo capitalista.<sup>14</sup>

Já no final dos anos 50, o processo brasileiro de industrialização parecia estar em vias de conclusão e o seu desdobramento implicaria abrir as portas do mercado interno. No início de 1945, o processo de dissolução da ditadura varguista entrou em sua fase final. Apesar da censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), começaram a surgir protestos. No mesmo ano, a ditadura de Getúlio Vargas foi derrubada e o Brasil se *redemocratizou*<sup>15</sup>.

A nova Constituição, aprovada em 1946, consagrou novos direitos da classe operária, inclusive o direito de greve, mas a legislação inspirada no fascismo e sistematizada na CLT de 1943 não foi alterada. A ditadura do Estado Novo que vigorou por 07 anos chegara ao fim. Getúlio Vargas foi deposto, dando início a uma rearticulação do processo efetivo de industrialização em face de um novo modelo de desenvolvimento econômico. A sociedade estava cansada do regime em vigor e do arrocho salarial que espoliava a massa trabalhadora. O momento foi oportuno para a UNE e outras entidades estudantis se organizarem na luta contra as políticas de Estado. Os estudantes e operários foram às ruas, manifestando críticas, chegando até mesmo às greves, tão temidas quanto reprimidas.

As manifestações dos estudantes tinham por finalidade, naquele momento, avançar na campanha antiimperialista e contra a hegemonia do capitalismo consolidado através do pleno uso dos poderes e dos recursos financeiros do Estado para o processo de acumulação. A

---

<sup>14</sup> Depois da Segunda Guerra Mundial, as relações multilaterais entre os USA e países da América Latina floresceram vultuosamente. Ocorreram algumas Conferências no sentido de reorientar a política econômica na direção particularmente dos interesses do capital. (DOMINGUES; LEITE, 1983, p. 234).

<sup>15</sup> Esse processo de redemocratização significa para a autora, “[...] o país voltar a ter eleições com o Congresso funcionando normalmente”. (MENDONÇA, 1995, p.50).

substituição de importações prosseguia com a formação do Departamento I<sup>16</sup> em que empresas públicas tinham papel fundamental para a economia do país como o caso da Companhia Siderúrgica (CSN), a Cosipa, a Usiminas, Petrobrás e a Vale do Rio Doce. Esse setor abriu as portas para o capital estrangeiro, dessa forma, ampliaram os investimentos no setor produtivo de bens de consumo e no setor da indústria de base. Com a presença do capital estrangeiro no mercado brasileiro e em outros países do Terceiro Mundo, começaram as grandes transformações e algumas empresas passaram a formar grandes grupos econômicos. Em seguida esses grupos multinacionalizaram e começaram as crises.<sup>17</sup>

[...] a crise brasileira é econômica, é social e é política. Nesse período um novo contexto político-social se estabelece. Esse novo quadro caracterizou-se por uma intensa crise econômica-financeira, e freqüentes crises político institucionais. [...] ocorreram extensas mobilizações políticas das classes populares, ampliação e fortalecimento do movimento operário e dos trabalhadores do campo, crise do sistema partidário e acirramento da luta ideológica de classes. (CUNHA, 1985, p. oito).

Com as sucessivas crises, o modelo político nacionalista desagradava a uma série de grupos desejosos de ver restabelecidos o livre comércio internacional e o acesso mais fácil ao capital estrangeiro. Os setores agrário-exportadores eram alguns desses grupos, ansiosos por se libertarem dos excessivos tributos cobrados pelo Estado. O liberalismo em ascensão no processo de economia globalizada mostrou sua força emergindo nesse contexto, onde o Estado liberou as barreiras alfandegárias para os produtos estrangeiros e a penetração do capital estrangeiro e, principalmente, onde o populismo entre os anos 1945-1964 destinou-se basicamente na manipulação das massas populares como principal fonte de votos, garantindo legitimidade política em todas as eleições.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> “[...] O Departamento I é constituído por empresas estratégicas para o desenvolvimento da produção industrial maquinário, e, esse setor está atrelado aos grupos especulativos; onde estes grupos ganham muito dinheiro com a valorização das ações nas bolsas de valores”. (SINGER, 1987, p.42).

<sup>17</sup> Sobre as crises econômicas e financeiras o autor afirma que, “[...] logo após as empresas dos setores estratégicos provocarem expectativas de lucros futuros, suas ações se valorizam muito. É quando os especuladores revendem suas ações com ganhos avultados. Ganhar dinheiro ficou fácil. De repente a prosperidade é interrompida por uma violenta crise: nos mercados e mercadorias, as vendas caem, as empresas reduzem a produção, despedem trabalhadores, as mais fracas vão à falência; nos mercados financeiros, os títulos se desvalorizam. A crise financeira alcança os bancos, muitos podem falir, acarretando a ruína de seus depositantes, entre os quais estão muitas firmas industriais e agrícolas etc. Deste modo, crise econômica e crise financeira se condicionam e se reforçam reciprocamente”. (SINGER, 1987, p.43)

<sup>18</sup> Numa análise mais detalhada sobre o assunto pode-se verificar que, “[...] o populismo já cultivado diligentemente por Getúlio Vargas esgotou-se pelo avanço das camadas urbanas e dos setores ligados ao campo que escaparam do controle dos grupos dirigentes. Nesta situação excepcional deu-se uma crise orgânica na classe dirigente, que se sentiu ameaçada na sociedade civil e na própria estrutura econômica visualizando riscos para a

Todavia, a manipulação das massas não foi sinônima de uma total passividade. Mesmo sendo integradas pelas classes trabalhadoras em sua maioria compostas de pessoas recém-saídas do campo e incorporadas ao trabalho na cidade, elas também tinham suas reivindicações. Sem a manutenção do nível de empregos, o que significava manter o crescimento econômico; sem salários que lhes permitissem continuar como consumidores urbanos e sem participação eleitoral garantida, as massas urbanas poderiam colocar tal regime contra a parede.

Em meio a uma situação tão delicada, os destinos da industrialização brasileira oscilariam como numa gangorra. De um lado, estavam as forças político-econômicas partidárias do liberalismo, defensoras da entrada do capital estrangeiro no país. De outro, achavam-se grupos como os industriais nacionalistas, que eram adversários dessa doutrina, porém também liberais, contudo, temerosos da concorrência estrangeira, caso o país abrisse suas barreiras alfandegárias.

No final do segundo Governo de Vargas, a manutenção do regime nacionalista estava cada vez mais difícil, pois, na verdade existiam duas propostas conflitantes de desenvolvimento econômico para o país. “[...] a primeira defendida pelos grupos liberais, pregando a abertura econômica ao capital estrangeiro como estratégia para modernizar a indústria brasileira. A segunda defendida pelos nacionalistas – setores da classe média, oficiais do Exército e intelectuais, pregando uma industrialização com base no capital essencialmente nacional (privado e estatal), fazendo restrições à entrada do capital estrangeiro no país”. (MENDONÇA, 1995, p.53). O embrião da ditadura militar e o golpe de Estado de 64 estavam colocado nesse contexto.

Após a morte de Getúlio Vargas, o Brasil vinha sofrendo sérias restrições e ficava insustentável governar o país. Nesses termos, a intensificação da abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro foi a solução para a crise do modelo nacional desenvolvimentista.

No Governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961), o Estado Brasileiro adquiriu uma série de novas funções para sair da crise econômica-financeira, uma delas foi o controle das classes trabalhadoras pelo Estado. Sob a égide de um programa que concretizava uma nova fase da

---

acumulação de capital. Sem condições políticas para se transformar no popular, o populismo, em 1964, deixou a cena para o novo ESTADO tecnocrático-civil-militar”. (CUNHA; GOES, 1985, p.10).

economia industrial, surgiu então o Plano de Metas<sup>19</sup>. Esse Plano de Metas estabeleceria objetivos de dois tipos. Em curto prazo, buscava acelerar o desenvolvimento industrial do país, aumentando os investimentos e sua lucratividade. Em médio prazo, visava elevar o nível de vida da população brasileira, na crença de que a miséria seria superada pela criação de muitos empregos e de um *moderno modo de vida*<sup>20</sup>. Em entrevista ao Jornal *O Estado de São Paulo*, o Presidente Juscelino Kubitschek, respondendo sobre os planos e metas para o desenvolvimento do país, afirmava que,

O desenvolvimento, na medida em que se acelera, reduz os conflitos internos do sistema econômico-social e dilui a força reacionária e egoísta dos interesses estabelecidos. A certeza de que haverá eventualmente o bastante para todos, elimina a necessidade que se apresenta aos indivíduos nas economias estagnadas, de lutar ferozmente pela posse de migalhas e facilita a prática da justiça social. (ENTREVISTA..., 1960, p. 5).

Se se levar em conta o crescimento da economia brasileira no governo anterior, os planos, um após outro, tiveram relativo sucesso, mas custaram caro para a população com a profunda desnacionalização da economia brasileira. Nesse sentido, o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek trouxe ainda para a economia brasileira algumas conseqüências muito graves; como o aumento da dívida externa do país e da inflação.

No ano de 1955, sob o patrocínio do Ministério da Educação, foi criado no Brasil o Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB), definido como “[...] um centro permanente de estudos políticos e sociais, de nível pós-universitário, que tinha por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais [...] especialmente para o fim de aplicar os dados dessas ciências à análise e à compreensão da realidade brasileira”. (TOLEDO, 1978, p.32).

Inúmeros intelectuais de prestígio fizeram parte do ISEB, com o propósito de estabelecer uma espécie de diagnóstico dos *males* do Brasil e receitar os *remédios* para sua superação. Na verdade, o papel do ISEB era produzir um pensamento capaz de promover a mobilização de todas as classes e setores sociais, em torno da causa da *modernização do país*, convencendo a

---

<sup>19</sup> Em um de seus discursos, o Presidente KUBITSCHKEK (1958, p. 9 –20) afirma que, o Plano de Metas foi o verdadeiro fio condutor do desenvolvimento brasileiro nos anos 50.

<sup>20</sup>No sentido de mostrar resultados imediatos na economia do país, o Programa de Metas de Juscelino Kubitschek em 1958, continha 30 setores tidos como prioritários para onde se concentravam maciços investimentos. Assim estavam distribuídos: 5 metas para energia, 7 metas para transportes, 6 metas para alimentação e 12 para a indústria. (VIEIRA, 1983, p.85).



sociedade brasileira, sobretudo os trabalhadores, de que a política econômica da gestão de Juscelino Kubitschek era o verdadeiro caminho para o desenvolvimento do Brasil.

Para atingir seu objetivo, isto é, fazer com que cada trabalhador brasileiro acreditasse ser, como eles mesmos os chamavam, um *soldado do desenvolvimento*, Juscelino Kubitschek usava o seguinte discurso: “[...] Precisamos crer que ninguém é bastante forte para desviar o Brasil de seu caminho, que nenhuma influência seria capaz de impedir o surto de nosso desenvolvimento”. (VIEIRA, 1983, p. 86).

Por mais que o Plano de Metas colocado em prática pelo Governo Juscelino Kubitschek (1958, p.37) conseguisse o tão desejado crescimento econômico<sup>21</sup>, o país estava numa situação difícil, com um certo descompasso no ritmo de crescimento de nossa indústria. Uma consequência da industrialização brasileira nesse período foi a grande concentração de renda para uma minoria da população. Esse presidente governava para os banqueiros e para os especuladores internacionais, o que se confirma quando feita uma análise mais criteriosa de seu governo.

No final do governo Kubitschek e em inícios da década de 60, logo após a renúncia do presidente Jânio Quadros (1961) e posse do novo presidente João Goulart, a crise econômica, social e política explodiria. Ao analisar-se o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, verificou-se que o tão sonhado *Estado de Bem Estar-Social* nacionalista sonhado pelo povo e proclamado pelo governo, não existia, e, os problemas gerados pelo modelo juscelinista vieram à tona, promovendo uma diminuição do ritmo de crescimento econômico do país. Os investimentos públicos e privados caíram consideravelmente. No período imediatamente ao golpe de Estado, a manutenção do nível de empregos não se concretizou e a crise se instaurou por todo o país.

Diante desses fatos não é difícil entender o que ocorreu no país nos anos imediatamente anteriores ao golpe civil-militar de 1964<sup>22</sup>. A diminuição da oferta de empregos e a

---

<sup>21</sup> Para a autora Mendonça (1995, p.278) “[...] sem dúvida o governo juscelinista conseguiu em tempo recorde, a montagem em blocos dos setores mais dinâmicos da estrutura industrial brasileira, consagrando a implantação plena da acumulação capitalista no Brasil. Estavam lançadas as bases do chamado “tripé” da indústria, setorizado e distribuído pela mediação harmoniosa do Estado entre o capital privado nacional e o capital estatal”.

<sup>22</sup> “[...] o modelo econômico no governo Juscelino Kubitschek, teve o pesado custo social, cuja base está na ampliação do fosso entre produtividade e baixos salários, favorecida pela política econômica do governo. Considerando-se a injeção maciça de tecnologia de ponta então ocorrida, tem-se uma idéia do grau de elevação

desvalorização dos salários, provocada pela inflação, levaram a uma intensa mobilização política popular, marcada por sucessivas ondas grevistas de várias categorias profissionais, aprofundando as tensões sociais. Dessa vez, as classes trabalhadoras se recusavam a *pagar a conta* do arrocho causado pelo modelo econômico juscelinista.

Enquanto as reivindicações dos trabalhadores foram consideradas justas por um certo grupo de militares de alta patente, chamados de *nacionalistas*, as massas contaram com seu apoio nas greves. Mas, quando as greves invadiram o próprio exército, a história mudou seu curso, e a partir de 1963, o apoio militar às greves de trabalhadores cessou e sua postura passou a ser francamente repressiva e autoritária.

O golpe de 1964 ganhou o país. E, os donos do capital, industriais, banqueiros e, principalmente, os empresários alinharam-se ao Exército, em nome da ordem e da *segurança nacional*. Os estudantes militantes na UNE passaram a sentir a força repressora e manipuladora da ditadura militar, que logo de início destacava a profundidade e furor da repressão política, em particular contra o trabalhismo e outras organizações de esquerda: os sindicatos trabalhistas, a União Nacional dos Estudantes e as Universidades.

A UNE nesse período teve importante participação em todo esse contexto. Politizados por um projeto de Reforma de Universidade, através da propaganda de esquerda e de direita, pela mídia e pelos meios de comunicação, os estudantes eram politicamente engajados. Essa militância política ia desde uma certa postura rebelde até o engajamento na luta armada; a saída de casa, a clandestinidade e o aprendizado de técnicas de guerrilhas.

Após análise do período, mais particularmente do golpe de 1º de abril de 1964, verificou-se que o mesmo correspondeu, portanto, aos anseios da burguesia brasileira e do capital internacional, representados no Estado-Militar. Esse período foi estudado por Germano (1994 p.47) que faz uma leitura precisa apontando que, o golpe “[...] é assim encarado em sua historicidade, enquanto expressão de uma fase do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que ocorre sob a égide dos monopólios e que expressa, sobretudo, os interesses dos conglomerados internacionais”. A aliança entre dois segmentos básicos da sociedade

---

da produtividade do trabalho assim obtiam sem repasses, nem via preços, nem via salários à classe trabalhadora, já combatida pela inflação. Seu corolário foi uma acelerada concentração de renda, que serviu de suporte às medidas da política econômica do pós-64”. (MENDONÇA, 1995, p.282).

brasileira; os militares e os empresários industriais ambos que se diziam defensores da doutrina da segurança nacional, logo taxaria de comunistas os movimentos de esquerda. Nesse sentido, a UNE se tornou uma grande ameaça para os ditadores. (CUNHA; GOES, 1985, p.29). Há uma afirmativa de que,

[...] o golpe civil-militar de 1964 mostrou, instantaneamente sua disposição com os estudantes. O golpe voltava toda a sua ferocidade à classe operária, muito mais cedo que ela poderia avançar do que de fato pelo que avançou até aquele momento. [...] Os estudantes foram atingidos pelo crime — que muito os honra — de ter procurado se colocar ao lado dos trabalhadores. Ou pelo menos por pensarem os golpistas que isso ocorria. [...] A sede da UNE [...] foi incendiada por bandos repressores insuflados pelos golpistas. Bandos que sempre embalaram o desejo de destruir a UNE, uma vez que por eleições ou outro processo democrático foram sempre repudiados pela imensa maioria dos estudantes. A União Internacional dos Estudantes (UIE) elaborou um cartaz com a fotografia da UNE em chamas e o espalhou, com grande repercussão, pelo mundo inteiro. (UNE, 1980, p. 32)

O movimento contra-revolucionário de 1964 veio, na verdade, para esmagar as forças populares que, pela primeira vez na história do país, tinham conseguido, por um breve período pressionar e obter algumas conquistas junto ao governo. Foi através das revoluções e movimentos populares que se pôde aproximar melhor do termo repressão como impossibilidade da política. Um melhor aprofundamento sobre o assunto observa que,

[...] em 1964 e em 1968, no Brasil, a linguagem dos dominantes não possuía a beleza da retórica francesa, mas sua ação possuía a mesma lógica. Evidentemente, havia uma diferença fundamental entre a Revolução Francesa e o Golpe de 1º de Abril: a 1ª era uma revolução; o 2º era a preservação da ordem vigente através da violência. Mas havia semelhanças "HISTÓRICAS-METAFÍSICAS": o povo, a nação, a liberdade, a propriedade, a pátria. A suspensão de direitos e garantias civis e políticas, a quebra da institucionalidade deu ao golpe de Abril a possibilidade de denominar-se a si mesmo — REVOLUÇÃO — sem que o fosse. Usou os elementos que caracterizam uma revolução real, para nomear-se a si mesmo, sem que tivesse o direito de fazê-lo. Mas, essencialmente, usou os procedimentos do terror, operou como no século XVIII: a facção vitoriosa chamou-se governo, as demais forças políticas tornaram-se suspeitas e, portanto, culpadas, e em nome da vontade geral (batizada com o nome de Segurança Nacional), impossibilitou-se o exercício da política, fazendo da tortura sua prática preferencial. (CHAUÍ, 1987, p. 31-32).

O regime militar implantado no Brasil a partir de 1964 assumiu o poder cerceando todas as atividades sindicais, políticas e, principalmente, o Movimento Operário e o Movimento Estudantil. Com a sociedade censurada e amordaçada, continha-se qualquer descontentamento

popular. Para o governo militar, quanto mais o povo ficasse ideologicamente em ordem, melhor seria para o controle. Nesse sentido,

“Campanhas elogiavam o clima de ordem e pacifismo que o país vivia. Intensificou-se ainda mais a imagem do brasileiro como um povo não-violento e de índole pacífica. Sob esse mecanismo ideológico, forjava-se um mito capaz de dissimular qualquer descontentamento e se fazia crer que qualquer manifestação contrária à ordem vigente não contava com a aprovação popular. A ditadura enfocava que os *protestos eram vistos como obra de uma minoria de baderneiros*, interessados em insuflar a massa e tumultuar a ordem social, desviando o país do curso normal da História”. (VIEIRA, 1983, p. 57, grifos nossos).

Os governos militares usaram a estratégia de apresentar uma imagem favorável para o povo. A Rede Globo criada em 1965 serviu aos propósitos da ditadura através do Jornal Nacional. A difusão da idéia de defesa dos militares foi muito usada através dos meios de comunicação, e ainda hoje é usado como mecanismo ideológico. Tal mecanismo é utilizado no sentido de fazer do povo *massa de manobra*, via meios de comunicação e propaganda em geral. A censura na época foi bem orquestrada, envolvendo até mesmo os veículos de comunicação de massa. Várias rádios, revistas, jornais de cunho ideológico contrário à ditadura sofreram com a investidura tecnoburocrático-militar. Quem ganhou com isso, foi novamente a Rede Globo, pois apoiava incondicionalmente os ditadores. Os resultados da ação militar estavam presentes não só na questão da segurança nacional, como, também no programa de desenvolvimento econômico.

## 2.1 O PROGRAMA DESENVOLVIMENTISTA: O AUTORITARISMO MILITAR E SEU PROJETO ECONÔMICO

Existe uma vasta bibliografia sobre os motivos que determinaram o Golpe de 1º de abril de 1964 e apresenta seus notáveis resultados para o país. Documentos oficiais e uma inesgotável literatura política têm examinado as conseqüências do movimento no terreno da modernização do Brasil. Contudo, se se considerar aqueles que mesmo diante forte censura ousaram descrever a sordidez da ditadura militar ter-se-á um excelente referencial teórico que articula ótimas análises que se traduzem como subsídios para a história sobre a articulação militar que

se processou, bem como a sua urdidura, os seus planejadores, as suas decisões, os seus trabalhos de estado-maior, enfim, a conspiração em si mesma.

Os planos econômicos, um após outro normalizaram a economia brasileira, e, eram eles que engendravam as políticas de estabilização e crescimento econômico. Diante dessas regras percebia-se um clima de angústias nas classes populares, ao mesmo tempo em que se verificava um certo contentamento da elite para com o poder militar. De início, as medidas econômicas propostas pelo economista Roberto Campos<sup>23</sup> não causaram o efeito esperado. Então, logo após o Golpe de 64, em 30 de abril, os responsáveis pela ação econômica aprovaram medidas para corrigir as que foram propostas pelo economista anteriormente citado com o objetivo de amenizar a crise econômica e financeira pela qual o país estava passando. Para solucionar rapidamente essa crise, partiram para um plano de emergência, até que uma análise mais real e ampla fosse realizada.<sup>24</sup>

Organizar politicamente o país era um enorme desafio, pior ainda era organizar economicamente o Brasil, pois herdava de outros mandatos vários problemas agravados desde a década de 50. Vieira (1985, p. 19) explica que “[...] o Presidente Castelo Branco tinha apenas dois anos para tal ousadia, era uma tarefa complicada para quem pretendia restaurar um país em curto prazo, e com objetivos de combater a inflação, reativar a economia e sanear as dívidas do Governo Goulart”.

As medidas eram contraditórias, como os reajustes de preços reprimidos, talvez necessário para equilibrar a balança, mas muito conflituosa para o combate à inflação. Passar do estágio de deficitário exigiria aumentar as taxas dos impostos, outra medida conflituosa. Partindo dessa análise, a redução da inflação em curto prazo e o crescimento real da economia brasileira não aconteceria. Vejamos o quadro a seguir:

---

<sup>23</sup> Roberto Campos foi um dos conspiradores do Golpe de Estado de 1964 e também um dos responsáveis para tentar dar credibilidade à economia brasileira logo após o golpe e antes da posse de Castelo Branco. Era um economista de nome, e um braço direito para o futuro governo. Foi Ministro no governo castelista e tinha como meta atrelar a educação ao mercado de trabalho.

<sup>24</sup> “As primeiras medidas tomadas pelo presidente Castelo Branco para conter a inflação foi o corte de 360 milhões de Cruzeiros de despesas orçamentárias; foram limitados os créditos especiais e extraordinários e foi

Tabela 1  
Taxas médias anuais de inflação (%)  
(medidas pelo deflator implícito do PIB)

Anos 50	Taxa	Anos 60	Taxa	Anos 70	Taxa	Anos 80	Taxa	Anos 90	Taxa
1950	9,18	1960	25,41	1970	16,38	1980	90,42	1990	2 579,33
1951	18,41	1961	34,69	1971	19,43	1981	100,90	1991	423,15
1952	9,26	1962	50,02	1972	19,88	1982	101,08	1992	992,11
1953	13,80	1963	78,47	1973	29,61	1983	131,03	1993	2 080,57
1954	27,13	1964	89,94	1974	34,60	1984	201,99		
1955	11,80	1965	58,20	1975	33,90	1985	248,98		
1956	22,61	1966	37,79	1976	41,11	1986	148,94		
1957	12,70	1967	26,52	1977	45,47	1987	206,07		
1958	12,40	1968	26,78	1978	38,18	1988	628,00		
1959	35,89	1969	20,10	1979	54,44	1989	1 303,97		

Fonte: Conjuntura Econômica, março de 1995.  
Banco Central

Aumentar a carga tributária, no sentido de melhorar a receita da União, não agradou os comerciantes, assim como os grandes empresários que se decepcionaram com o aumento nas tarifas de preços<sup>25</sup>. Até então, havia um clima de expectativa do novo governo por parte da classe média, mas, ao contrário do que os empresários esperavam, o novo presidente lançou um arsenal de medidas para tentar sanar a economia do país. Com isso, aqueles que deram apoio político e sustentação ao golpe se decepcionaram num primeiro momento. O governo ditador tinha dois caminhos, poderia optar entre: ter êxito razoável durante sua gestão, e transferir muitos problemas para o seu sucessor, ou, aceitar a realidade, que era de ter cautela, pois o país entrara numa crise econômica-financeira e não seria fácil cumprir o que havia prometido logo após o golpe de 1º de abril de 1964.

Castelo Branco optou pela segunda medida e, em seguida, anunciou seu Plano de Metas. A partir daí nasceu o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). O seu objetivo era dar seqüência às medidas de emergência. O PAEG delimitava os pontos principais da nova estratégia política econômica, apontava os instrumentos de combate à inflação no campo

---

reforçada a receita, por meio da criação de obrigações reajustáveis, pelo aumento dos impostos de renda, consumo e selo, e pela correção monetária dos débitos fiscais” (SIMONSEM, 1970, p. 30, grifos nossos).

<sup>25</sup> Os empresários e, principalmente, os comerciantes não acreditavam que o Governo Castelo Branco tomaria tal decisão, uma vez que, foram eles que contribuíram para dar sustentação ao golpe. Mas, aumentar a taxa de impostos, complicando ainda mais a relação capital x trabalho foi a “saída”. Quem acabou levando a pior foram os trabalhadores que tiveram seus salários achatados. (BANDEIRA, 1979, p. 64).

monetário, fiscal e salarial; os mecanismos de incentivo às exportações e correção dos desequilíbrios no balanço de pagamentos; os instrumentos de estímulo à poupança no mercado de capitais, com o princípio da correção monetária e as concepções para o problema da habitação popular e conseqüentemente, o aumento da construção civil.<sup>26</sup>

As críticas recebidas externamente eram freqüentes, mesmo assim, Castelo Branco, manteve seu propósito político e obteve apoio do Congresso para pôr em prática o seu Plano Econômico através de Atos Institucionais e Decretos-Leis. De fato, o Governo e a sua política econômica e financeira passara por uma campanha de descrédito no exterior, mas, o governo Castelo Branco afirmava que não iria fazer propaganda de seu governo como a ditadura de Vargas fez através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O governo permanecia intransigente contra a propaganda e dir-se-ia ser indiferente à opinião pública. Isso não durou muito tempo, e na medida em que, crescia o descontentamento pelo seu governo, o uso da propaganda foi inevitável.

A política econômica impunha a disciplina salarial e permitia o aumento de aluguéis, da taxa de câmbio, das tarifas de serviços públicos e dos produtos agropecuários. Isso deu lugar a um falso surto de progresso que se verificou depois de 1967. Mas, em pouco tempo instalou-se uma fase de desconforto para os empresários e um arrocho salarial aos trabalhadores. O custo de vida estava alto, a falta de perspectivas de uma melhor qualidade de vida forçava as primeiras manifestações de rua no governo militar. Os estudantes, preocupados com tal situação e, principalmente, com a política adotada para as reformas de base, num primeiro momento reforçaram as manifestações, mais tarde, a UNE se organizou e conquistou as avenidas das principais capitais do país.

Castelo Branco lançou mão de várias medidas antidemocráticas para resolver os problemas financeiros do país, uma delas, à especulação dos organismos financeiros internacionais que pressionavam o governo em relação ao tratamento dado a eles até então, ou seja, a manutenção da lucratividade acima de tudo e porque também estavam receosos com as contradições existentes nos planos econômicos.

---

<sup>26</sup> Recomenda-se uma leitura detalhada sobre o Programa de Ação Econômica de Governo, no documento intitulado Plano de Ação Econômica de Governo do Governo Castelo Branco. Ver também análise feita pelo pesquisador Vieira (1985, p. 20).

É preciso entender que o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) orientou-se com a finalidade de alcançar a estabilização, o desenvolvimento e a reforma democrática, o que não se efetivou, pelo contrário, o governo foi um dos mais antidemocráticos no comando do país. Na elaboração desse plano participariam políticos e economistas com os mesmos objetivos, acumular riqueza às custas da miséria humana.

O PAEG, feito às pressas e seguindo as orientações do governo norte-americano, que representava grande parte dos investimentos estrangeiros no país, não foi perfeito como os militares pretendiam e a todo instante precisava de correções. Ele propunha uma fórmula que calculava os reajustamentos salariais de modo que, no período de 12 meses em que vigorasse a nova remuneração nominal, o salário real médio fosse igual à média verificada nos 24 meses anteriores, acrescida de uma pequena percentagem representativa do aumento de produtividade. A população reagiu imediatamente, criticando a política salarial castelista.

As projeções do Presidente Castelo Branco assim como os resultados de sua política eram defendidos como propostas de longo prazo e sua popularidade começava a declinar, pois a crise social e econômica aumentava. O PAEG mostrou falhas, que o Governo corrigiu à medida em que apareceram. A todo instante o PAEG representava permanente correção de rumos, afirmando e denunciando as contradições na economia castelista.

Houve várias críticas em relação ao PAEG, mas, a que mais causou impacto, segundo Viana Filho (1975, p.218-9) foi a crítica do Professor de economia Dias Leite<sup>27</sup>. Além de criticar, apontou significativas falhas e como o Governo deveria agir para saná-las. Uma análise precisa feita por ele mostrava que Castelo Branco não conhecia a então realidade do seu país e tampouco a crise em que o país vivia. Para isso, usou uma estatística para mostrar a diferença que se exprimia na relação entre a taxa de desenvolvimento do país e a taxa de inflação.

Em 1965, a prova da influência das políticas monetárias poderia ser vista no aumento de índice dos preços e o elevado custo de vida subindo para 45,5%. “O PAEG, (1964 – 1966) criado para orientar a economia no sentido de alcançar a estabilização, o desenvolvimento do país e a reforma democrática não se efetivou na prática, constituiu-se na forma mais acabada

---

<sup>27</sup> Este economista participava do Conselho Consultivo do Planejamento, órgão criado para ser o Fórum destinado a colher sugestões, ouvir críticas e angariar contribuições de quantos se encontram integrados na vida econômica nacional.



de arbitrariedade” (VIEIRA, 1985, p. 22). Esse programa de Ação Econômica buscava a ampliação do apoio social ao governo castelista e propunha até mesmo o diálogo com as camadas populares. Esse diálogo jamais ocorreu, o que houve de fato foram propostas arbitrárias, assim como foi sua condução ao Governo.

Castelo Branco se dizia o mais democrático dos democráticos e em relação à democracia, limitou-se apenas às palavras. Entre 1965 e 1966, ele baixou três Atos Institucionais, 36 Atos Complementares, 312 Decretos-Leis, 19.259 Decretos, além de 11 propostas de emendas constitucionais enviadas ao Congresso Nacional, sem contar o projeto de reforma global da Constituição. Com Castelo Branco, ocorreram 3.747 atos punitivos, com uma média de mais de três por dia.<sup>28</sup> Castelo Branco dizia já no seu 1º dia de governo que respeitaria integralmente a Constituição de 1946. Não só deixou de cumpri-la como no final de seu mandato esboçava-se outra Constituição onde reinavam os Decretos-Leis e Atos Institucionais.<sup>29</sup>

Sobre seu plano de governo, o Acordo sobre Garantia de Investimentos entre EUA e Brasil ficou intocável. Esse acordo ficou marcado na história política de Castelo Branco, pois concedia

[...] privilégios aos investidores estrangeiros; aumentou a desnacionalização da indústria brasileira, autorizou ao garantidor e ao investidor a fixação arbitrária do montante do valor das garantias. A repressão e a desmobilização, voltadas para o trabalhador brasileiro e para a empresa nacional, encontram sua outra face na repressão e desmobilização políticas e são os Atos Institucionais que afirmam a política de caráter arbitrária. (VIEIRA, 1985, p. 21).

Todos os privilégios concedidos aos investidores estrangeiros contribuíram ainda mais para a não solução do problema da economia do país, não alcançando a estabilização, tampouco a “reforma democrática”. O que se pôde observar nos três primeiros governos militares foi a isenção do governo militar para com as políticas públicas e as reformas sociais. Como

<sup>28</sup> Sobre a legislação criada pra dar sustentação política a ditadura ver Vieira (1985, p. 16).

<sup>29</sup> Do ponto de vista jurídico os atos institucionais foram o instrumento de natureza excepcional de que se valeram as autoridades militares brasileiras para formalizar as diversas medidas que houveram por bem tomar em contrário à ordem constitucional vigente. O primeiro surgiu em 09 de abril de 1964 e terminou em 30 de abril de 1966. Do ponto de vista político, provocaram conseqüências danosas na sociedade, uma vez que substituiu quase por completo a Constituição de 1946. Um dos atos que mais marcou a história política do país foi o Ato Institucional 05, que deu Recesso ao Congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras de vereadores; a intervenção nos Estados e municípios, sem limitações previstas na Constituição; a suspensão dos

conseqüência disto ocorreu um grande aumento de desempregados e a indústria nacional sucateada, mais uma vez, quem acabou pagando a conta, foi a classe trabalhadora.

Vieira (1985, p.21) afirma que “[...] a política do Governo Médici conservou a mesma orientação do governo anterior”. Nesse sentido, o pivô central do milagre brasileiro não foi tão milagroso e sim um arrocho salarial imposto à classe trabalhadora. Isso foi verificado entre os anos de 68 e 74, quando esse fator carregou o crescimento industrial, diminuindo progressivamente o nível geral dos salários. É claro que, com tamanha perda de poder aquisitivo, uma série de conseqüências nocivas se abateria sobre os trabalhadores, valendo a pena mencionar algumas delas.

O principal instrumento do arrocho foi a nova legislação salarial e trabalhista<sup>30</sup> surgida em 1965, logo após o golpe. De acordo com essa legislação, eram fixados limites ou tetos para os aumentos salariais, que variavam de acordo com os grupos sociais que se queria privilegiar ou desfavorecer. As profissões ligadas à classe média, por exemplo: engenheiros, economistas, administradores de empresas, entre outros, contavam com tetos mais elevados, devido ao papel de principais consumidores dos bens de consumo duráveis produzidos pelas multinacionais. E, era nesses termos que o governo militar privilegiava as maiores rendas.

Quanto à classe trabalhadora, ela foi prejudicada pela nova base do cálculo do salário mínimo, que passou a considerar a média dos salários recebidos nos últimos dois anos, e não mais nos últimos 12 meses, como era comum até o Governo João Goulart. Era difícil enfrentar essa instabilidade. A classe operária teve que buscar novos expedientes para completar o orçamento doméstico. A jornada de trabalho foi estendida com o aumento do número de horas- extras. Entre 68 e 73, na gestão de Médici, 60% dos operários brasileiros trabalhavam 50 horas semanais<sup>31</sup>, sendo que 24% deles ultrapassaram esse limite, atingido a marca de 60

---

direitos políticos; a supressão das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; o confisco de bens; suspensão o *habeas-corpus* nos casos de crimes contra a segurança nacional. (DICIONÁRIO..., 1986, p. 347).

<sup>30</sup> A legislação trabalhista fixava tetos para os aumentos salariais, que variavam de acordo com os grupos sociais que se queria privilegiar ou favorecer. Assim, as profissões ligadas à classe média, por exemplo, (engenheiros, economistas, administradores de empresa), contaram com tetos mais elevados, devido a seu papel de principais consumidores dos bens de consumo duráveis produzidos pelas multinacionais. Veja-se a análise da economia brasileira, onde a legislação referente aos salários, adotada após 1964, arrochou o salário do trabalhador. (SINGER, 1977, p.79).

<sup>31</sup> “[...] o aumento da jornada de trabalho, pode ser nitidamente verificado, pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre os anos de 1968/72 que revelam duas tendências que se combinam: a) a redução da porcentagem dos que trabalham menos de 40 horas por semana, que cai de 16,4% para 12,3% em São Paulo e 19,2% para 15,3% nos estados do Rio e Guanabara, atestando a relativa absorção do subemprego, na

horas de trabalho.<sup>32</sup> O resultado de pesquisas feitas por alguns estudiosos do período estudado apontava que, com o acúmulo do cansaço e do esgotamento físico de seus trabalhadores, o Brasil entrou em cheio na lista dos recordistas mundiais em acidentes no trabalho. Isso fez cair a qualidade de vida do trabalhador brasileiro que já não era boa.

Para se entender as manobras feitas pelos três primeiros governos militares em relação à industrialização, seus planos de metas, as principais fases e suas características, faz-se necessário uma análise mais detalhada de cada período, que correspondem respectivamente aos mesmos governos militares. As contribuições de Singer (1987); Sodré (1979); Mendonça (1995) foram fundamentais para tal compreensão histórica.

Para os autores, o primeiro período estende-se dos anos de 1962 a 1967, onde se caracterizou uma fase de extrema recessão econômica e arrocho salarial; o segundo período estende-se dos anos de 1968 a 1972, fase onde o país ensaiou uma retomada do crescimento industrial (econômico), que para muitos tecnocratas chamou-se de milagre econômico; o terceiro período estendeu-se entre os anos de 1972 – 1975 em diante, foi esta a fase onde o milagre econômico entrou em crise e num total desequilíbrio, e que várias medidas foram tomadas, mas não tiveram grande sucesso.

Após a efetivação do golpe e a *expulsão dos traidores*<sup>33</sup> do poder e com o *quintal limpo*, em 1964, e ainda em meio à recessão econômica, os militares passaram a perseguir dois grandes objetivos: primeiro, atrair para o país novos recursos. Para isso abriram-se às fronteiras para o capital estrangeiro; e segundo, estimular o capital oligopolista que já se efetivava desde o governo Juscelino Kubistchek (JK), só que de maneira desordenada, mantendo a concentração de capital como característica principal desse governo.

---

medida em que prossegue o atual *boom* da economia brasileira; b) o forte aumento da porcentagem dos que trabalham mais de 49 horas por semana, de 24,2% para 28,2% em São Paulo e de 23,2% para 31,8% no Rio e Guanabara. Como a escassez de mão-de-obra começa a se verificar de forma generalizada somente a partir de 1973, deve-se admitir que atualmente a proporção dos que realizam jornadas de trabalho superiores à normal deve ser bem maior que a encontrada pela PNAD em fins de 1972”. (SINGER, 1987, p. 104).

<sup>32</sup> “[...] o problema pode ser encontrado entre os anos de 1968 e 1973, na gestão do general Médici, onde 60% dos operários trabalhavam 50 horas por semana, ao passo que cerca de 24% deles ultrapassam esse limite buscando novos caminhos para aumentar o orçamento familiar como, por exemplo, o trabalho informal feito por mulheres e crianças”. (MENDONÇA, 1995, p.76). Recomenda-se outras leituras sobre a questão, como Vieira (1983) e Singer (1987).

<sup>33</sup> A expulsão dos traidores do poder, refere-se ao fechamento do Congresso, a cassação de parlamentares, militares e a efetivação dos atos e decretos para dar sustentação ao movimento. Quanto a expressão “quintal limpo”, refere-se ao controle da resistência para a imposição dos planos de desenvolvimento.

Sobre o primeiro objetivo, deve-se compreender, que, no período que correspondia à crise entre 1962 – 1967 a característica principal era a falta de capitais em volume para manter e continuar o crescimento pretendido. Para isso, o governo tentou combater às altas de inflação para criar mais recursos. Outra saída foi a busca de empréstimos estrangeiros. Em pouco tempo o capital estrangeiro voltaria a comandar uma grande fatia do mercado brasileiro. Um outro caminho usado internamente foi usar uma das medidas mais conhecidas, o arrocho salarial.<sup>34</sup> As perdas dos trabalhadores que nesse período foram altíssimas e a elevação dos preços criaram uma crise para a classe trabalhadora e aumentando a concentração de renda para uma pequena parcela da população. Diante disso,

[...] Para se ter uma idéia do grau dessa concentração, basta citar que, enquanto no ano de 1960, os 20% mais ricos da população brasileira eram donos de 54% da renda nacional, em 1970 passaram a deter 62% dela. De forma inversa, os 50% mais pobres tiveram sua participação na renda nacional diminuída de 17,7% (em 1960) para 11,8% (em 1970). (MENDONÇA, 1995, p. 69).

Sobre o segundo objetivo, verificou-se que o governo deveria estimular uma melhor concentração de empresas e de capitais no país. Mas, o regime militar usou uma manobra de favorecimento das grandes empresas e a eliminação das menores racionalizando os recursos disponíveis para a indústria, eliminando os mais fracos e estreitando os interesses do Estado ao oligopolismo.

O mecanismo usado pelo governo para aniquilar as pequenas empresas foi à criação de certos impostos como o Imposto sobre Produto Interno (IPI) e o Imposto de Circulação de Mercadoria (ICM).<sup>35</sup> Esses impostos equilibraria a receita tributária, mas, em contrapartida, tornava ainda mais difícil a concorrência pelas pequenas empresas. Não conseguindo arcar com os compromissos fiscais as pequenas empresas que estavam sobrecarregadas, faliram abrindo assim mais espaço aos oligopólios. Outro meio usado pelos militares no período estudado foi à criação de mecanismos de poupança: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Programa de Integração Social (PIS/PASEP) que arrecadavam juntos uma enorme quantia de capital que era centralizado no governo militar e emprestado aos grandes

---

<sup>34</sup> O autor Singer (1987, p. 79) interpreta que “[...] a política salarial colocada em funcionamento em 1964, foi um instrumento de fixação dos baixos salários. O objetivo era de combater a inflação via redução de salários e pondo os trabalhadores a uma total subordinação a disciplina militar”.

<sup>35</sup> Com a criação dessa nova legislação, ocorreu uma ampliação do mercado de capitais e uma supressão no financiamento das pequenas empresas. (SODRÉ, 1979, p.101).

oligopólios. O dinheiro emprestado às grandes empresas não se traduziu em investimentos na produção para aumentar o número de empregos, por exemplo. O que se via era um Estado endividado bancando o lucro das multinacionais instaladas já a partir dos anos 50.

O milagre econômico pretendido por muitos estava centrado numa política trabalhista, que provocava uma total subordinação do trabalhador, visto que, com a jornada ampliada não sobrava tempo para greves e mobilizações políticas. Mesmo assim, no ano de 1968 estouraram duas grandes greves no país, uma em Osasco (SP) e a outra em Contagem (MG), greves que foram reprimidas por questionarem o tal “milagre econômico” dos governos militares.

Nesse período, a moeda perdeu o poder de compra e a qualidade de vida decaiu e aumentou o índice de mortalidade infantil.<sup>36</sup> Além disso, já no final de 1973 e início de 1974, indicando que o milagre estava por findar, o próximo governo militar, sem ter conhecimento real dos problemas e das condições econômicas do país, após o ano de 1973, tentou levar o milagre adiante, à custa do arrocho salarial, mas, correndo um enorme risco, porque a população estava esgotada desse tipo de política. A indústria brasileira ensaiava uma nova recessão. Com a crise do petróleo e a crise mundial, o país perdia grande parte do capital estrangeiro desacreditado em nosso modelo econômico. Isso provocaria a desnacionalização da economia brasileira.

Com o aprofundamento da crise na economia brasileira, após o ano de 1973, o governo elabora e efetiva o II PND. Nesse plano, a meta estabelecida era a substituição do setor de bens de consumo duráveis pelo setor de bens de produção, a serviço do Estado. O ponto central, era a de produzir no próprio país, tudo o que podia, utilizando para isso nossa matéria-prima e tecnologia.

A idéia parecia boa, mas a crise no mercado internacional em função do elevado preço do petróleo continuava, causando uma enorme inquietação e descontentamento entre os grandes oligopólios industriais estrangeiros. Para Mendonça (1995, p.81) o “[...] plano fracassou economicamente e deixou um saldo político gravíssimo para o país: desagradou a todos e a burguesia brasileira [...] e os bancos lucraram com o capital industrial”. A conseqüência desta

---

<sup>36</sup> “[...] entre os anos de 1965 a 1972, o índice de mortalidade infantil teve um considerável acréscimo em razão da queda do padrão de vida pelo menos da população dos grandes centros”. (SINGER, 1987, p.83).

política foi que os grandes industriais estrangeiros elevaram os preços de seus produtos e mercadorias e passaram a investir no mercado financeiro e não mais na produção, desse modo disparou a especulação e, com ela, a inflação.

Na educação verificou-se que, os governos que antecederam ao Golpe de 64 (Jânio Quadros e João Goulart) tiveram apoio popular da grande massa desfavorecida da justiça social. Este governo estava voltado para o projeto de moralização pública e Jânio Quadros não media esforços para pôr em prática a promoção do seu governo. Já o seu vice, João Goulart acreditava que era preciso sanear uma política séria através de um governo democrático que promovesse primeiro o crescimento econômico e este efetivasse a justiça social. Os dois governos caminhavam por vias opostas.

O projeto de lei de diretrizes para a educação nesse período estagnou a reforma universitária de 68 proibindo a criação de novas universidades e a suspensão de concursos para o ensino superior. A educação foi usada como alternativa para esconder o grande número de analfabetos brasileiros. Para tentar resolver isso, a medida tomada pouco antes da renúncia do governo Jânio Quadros foi promover a Mobilização Nacional contra o analfabetismo implantando na rede, escolas artesanais e industriais a fim de acelerar o processo de mobilização e mostrar serviço na área da educação. Essas medidas não foram efetivadas, pois o governo Jânio Quadros não suportando a pressão dos políticos, da população e dos interesses dominantes internos e externos, renunciou a condição de presidente do país. Em seu lugar assumiu o vice-presidente João Goulart.

Nesse governo foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e em seguida, fez-se o anúncio que o Plano Nacional de Educação gastaria em torno de 500 milhões de cruzeiros com a educação entre os anos de 1963, 1964 e 1965. Todo esse montante seria para corrigir as distorções entre o número de vagas ofertadas e o número de analfabetos no país, o que não se comprovou quando se verifica a estatística da época.

Dados levantados pelo cientista político Evaldo Vieira (1983, p. 167), através de mensagens ao Jornal Correio da Manhã e ao Estado de São Paulo, em 1960, explicitaram que,

[...] a metade da população brasileira compunha-se de analfabetos, havendo oito milhões de crianças em idade escolar sem conquistar qualquer instrução. Dos meninos e meninas que freqüentavam as escolas primárias, só 7% chegava à quarta série. O ensino secundário atenderia apenas 14% de seus candidatos, enquanto unicamente 7% atingiria o ensino industrial e 0,5% entrava para o ensino agrícola. Por fim, 1% dos estudantes ingressava nas universidades.

Para avaliar melhor a educação dos governos Jânio Quadros e João Goulart, e a contradição existente entre os dispêndios para a educação e o número de matrículas confrontou-se as despesas para a área segundo o Plano Trienal de desenvolvimento econômico e social, com o número de alunos matriculados entre os anos de 1961 a 1964 e verificou-se que,

[...] a porcentagem dos gastos federais com o ensino aumentou de 593%, representando 148,25% ao ano. Enquanto isto, tais gastos se elevaram em 47%, do último ano do governo Juscelino Kubitschek (1960) ao início da gestão de Jânio Quadros (1961). Do ponto de vista dos Estados brasileiros, de 1961 a 1964, as despesas com o ensino atingiram 331,5%, significando 82,787% ao ano. (VIEIRA, 1983, p.169).

Evaldo Vieira (1983, p. 170) destacou a atenção que a passagem do governo Juscelino Kubitschek para Jânio Quadros, de 1960 a 1961,

[...] acarretou apenas a subida de 59,5% naquelas despesas estaduais. A respeito dos Municípios brasileiros de 1961 a 1964, os gastos com a educação saltaram para 355%, expressando 88,75% ao ano. Ao final da era Juscelino Kubitschek, fixara-se apenas em 38,5% naqueles gastos municipais. Na realidade, as despesas com o ensino acompanhavam de perto o processo inflacionário, nas épocas de Jânio Quadros e de João Goulart.

No ano de 1962, 7.426.348 alunos matriculados no ensino primário deixaram as escolas, o que correspondia a 83% do total de alunos. Um alto número de excluídos também foi detectado no ensino secundário, onde o número de abandonos correspondia a um total de 1.405.342 alunos devidamente matriculados, significando 92,8% dos estudantes. Já no ensino superior apenas 110.492 freqüentaram a universidade e constatou-se que em alguns cursos como medicina, veterinária, engenharia e farmácia houve diminuição do número de matrícula.

As diretrizes de João Goulart para o projeto educacional, em tese alavancaria a possibilidade da mobilização das camadas populares terem acesso mais rápido ao que se chamou de políticas sociais, contudo, viu-se o predomínio dos interesses católicos e os anseios dos proprietários de escolas e universidades particulares eclodidos na formulação da LDB – Lei nº

4.024/61, atrelando a educação à lógica do mercado. A lei consistia nos seguintes princípios: a) No controle político e ideológico; b) Na teoria do capital humano; c) Na tentativa da privatização do ensino em todos os níveis; d) No descomprometimento do Estado com o financiamento da educação.

Após 1964, com a relação do capital internacional no país a economia brasileira mudou substancialmente e a educação, segundo Castelo Branco, deveria acompanhar tais mudanças. Foi instaurado um novo regime interessado em atrair os investimentos de multinacionais, oferecendo-lhes ótimas garantias econômicas, políticas e fiscais. Em consequência, o Regime criou sérias restrições para as pequenas empresas nacionais, diminuindo a liberação de verbas através de financiamentos, e com isso, as empresas iam à *bancarrota*.

A partir desse período, a economia brasileira ensaiava um elevado índice de crescimento se comparado aos governos anteriores, mas, o resultado desse crescimento econômico não se traduziu na melhoria da qualidade de vida do povo, o que não era a intenção. Pelo contrário, aumentou o número de analfabetos, o de mortalidade infantil, o de acidentes de trabalho e o de desempregados, uma vez que os trabalhadores não eram qualificados para o mercado nos setores estratégicos, como alegava o governo.<sup>37</sup>

Através da exploração da mão-de-obra, ocorreu a acumulação desenfreada do capital nas mãos de poucos. Os oligopólios foram os que mais lucraram com o crescimento econômico, acentuando assim a miséria humana, o que se pode confirmar a partir dos dados estatísticos sobre o período.

Por fim, o trabalhador antes de 1964, dispunha de uma modesta liberdade de expressão para poder lutar contra os baixos salários e a perda do poder de compra da moeda brasileira. Com o Governo Militar, vieram os decretos-leis, atos institucionais e atos punitivos usados para reprimir e frear as manifestações do povo por melhores condições de vida. Foi nesse momento que os estudantes organizados através da UNE saíram nas ruas criando condições de luta, organizando-se em congressos, reuniões e seminários na tentativa de reivindicar a Reforma Universitária num primeiro momento, mas, à medida que foram intensificando-se os

---

<sup>37</sup> Entende-se que o discurso usado pelo governo militar de que a universidade não cumpria seu verdadeiro papel na formação e qualificação de mão-de-obra justificaria na visão dos militares o número altíssimo de desempregados no mesmo período onde houve um considerável crescimento econômico.



protestos, os estudantes perceberam que sua luta não poderia estar deslocada da luta pelas reformas de base, pois essas concretizadas dariam condições para a efetivação na prática de uma educação para todos.

Todo o aparato militar foi posto nas praças, nas ruas, nas fábricas, nos sindicatos e, principalmente, nas escolas e universidades, no sentido de fazer através da força e da violência um instrumento contra a subversão e a favor da perpetuação de um modelo econômico oligopolista. A Universidade Brasileira destacou-se nos grandes embates políticos que ocorreram nesse período.

## 2.2 UNIVERSIDADE BRASILEIRA E A ÓTICA DOS MILITARES GOLPISTAS

Para se compreender a educação e a situação das universidades brasileiras no século XX, faz-se necessário um rápido mapeamento de sua trajetória no Brasil. Os estudos de Fávero (1977), Cunha (1973) e Fernandes (1966), pesquisadores da história da universidade brasileira, oferecem importantes elementos para que se conheça sua constituição e estrutura. Destaca-se dessas análises que o ensino superior brasileiro desde sua origem esteve atrelado aos interesses da Coroa de Portugal, formando militares e mão-de-obra especializada para garantir a segurança militar da Colônia e a manutenção da elite no poder. A educação era vista como o remédio para sanar os males da nação.

Como a Constituição de 1891 vedava o voto dos iletrados, e as oligarquias rurais detinham o controle da grande massa do eleitorado interiorano, aquela classe via na difusão do ensino primário um instrumento de controle capaz de garantir ampliação no corpo de possíveis eleitores pela incorporação das classes trabalhadoras urbanas que lhe seriam favoráveis e de “fácil” controle político.

As oligarquias rurais não estavam interessadas na difusão do ensino primário, pois não lhes convinha, naquele momento, mudar a composição do corpo eleitoral. A preocupação era somente em garantir uma educação moral para a classe trabalhadora. O analfabetismo não era visto como o mal a afligir o país, mas, o problema a ser resolvido era a falta de uma direção moral que orientasse a conduta, os sentimentos e, principalmente, o caráter dos futuros eleitores. (CUNHA, 1986, p. 218).

O crescimento dos sistemas de ensino e as mudanças políticas propiciaram o aparecimento dos profissionais da educação. Tais profissionais tinham a preocupação em remodelar os sistemas estaduais de ensino, com a melhoria da qualidade do ensino, a psicologização do processo educacional, com uma adequada administração do ensino.

A partir de 1937, o Estado assumiu um novo papel, intervindo direta e intensamente na economia, promovendo a industrialização no campo político. Essa mudança de fase no desenvolvimento da economia implicaria, entre outras coisas, na drástica redução do poder, antes dos latifúndios, em particular dos cafeicultores paulistas; a sujeição política das classes trabalhadoras, em particular dos operários, sem setor mais organizado e avançado; a eliminação do setor insurgente da burocracia do Estado, os “tenentes”; o aumento de poder da burguesia industrial; a centralização, sem precedentes, do aparelho de Estado; a repressão às expressões políticas da Sociedade Civil, a montagem de um regime político autoritário sem mobilização de massas.

Esse contexto político e econômico “determinou o surgimento, na era de Vargas de duas políticas educacionais opostas, a liberal e a autoritária”. (CUNHA, 1986, p. 229). A política educacional liberal não resultou de um programa definido nem teve um desdobramento homogêneo. A política educacional autoritária teve suas origens também nos anos 1920. Na época foram tomadas algumas medidas para a contestação à ordem social pelos trabalhadores e por setores da própria burocracia do Estado.

Durante a vigência da política educacional autoritária, criou-se uma entidade para congregar os Estudantes das escolas superiores de todo o país primeiro o *Conselho Nacional dos Estudantes*, depois a *União Nacional dos Estudantes*. A UNE foi resultado da tentativa de cooptação dos estudantes opositores ao autoritarismo, pelo Governo interessado no seu controle por mecanismos corporativos. (CUNHA, 1986, p. 230).

Contudo, a União Nacional dos Estudantes se constituiu, desde o projeto de sua criação, por orientações democráticas, conseguindo razoável espaço político, mesmo durante a Estado Novo, devido às contradições trazidas pela guerra mundial para dentro da órbita do Estado. A UNE nasceu junto com a elaboração de uma nova política educacional, na mesma linha dos educadores liberais igualitaristas, então silenciados, mas, defendendo posições muito mais radicais do que as sonhadas por eles.

Somente depois de 1930, que se iniciaram várias tentativas de criação de instituições de ensino superior. Aproximadamente foram criadas 78 escolas de nível superior. Entre 1930 e 1960 este número cresceu significativamente para 338, cerca de 81%. Na década de 1940, o número de escolas superiores chegaria em 27.253, e, em 1950, em 52.585 escolas superiores<sup>38</sup>. As discussões feitas nos anos 40 e 50 no setor educacional culminaram na efetivação da Lei 4.024/61.

A trajetória de formulação de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi recheada de situações de tensão no sentido da elaboração de uma lei efetivamente voltada para dar passos norteadores que superassem projetos demarcados pelas elites dominantes. Na história de lutas para elaborar e aprovar uma LDB, no campo das reivindicações e lutas democráticas, na perspectiva da maioria da população trabalhadora e excluída, o confronto tem sido maior, e no seu conjunto derrotado enquanto consumação constitucional. E cabe nesse sentido a seguinte pergunta: seria possível consumir institucionalmente um projeto popular, sem um amplo projeto de mudanças estruturais? (DEITOS, 1996, p. 01). Essa foi a defesa da UNE na trajetória das discussões em torno da LDB.

A LDB de 1961, produto dos embates ocorridos após a queda do Governo Vargas, em 1945, refletiu as contradições e a correlação de forças desse período. A trajetória da tramitação desse projeto de LDB foi intensa. Após a posse do novo governo, tendo como base institucional, uma nova Constituição, e o fato de que estava consubstanciada nela a necessidade de se fixar uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Isso gerou o primeiro ato mobilizatório sob o aspecto legal. Diante disso, dando cumprimento às prerrogativas legais, em 1947, o governo Dutra, através do Ministério da Educação tomou a iniciativa e formou uma Comissão para elaborar o primeiro projeto de LDB. Dando esses passos, em 1948, o projeto de LDB do governo foi encaminhado ao Congresso Nacional, e foi a partir desse momento que os embates em torno da LDB se explicitaram e o texto definitivo só sairá aprovado em 1961, carregando a assinatura do então presidente João Goulart, que de modo algum poderia causar estranheza, visto que o projeto assinado refletia a “cara” das alianças do projeto, no qual Jango estava inserido, ou seja, o Projeto das elites dominantes.

---

<sup>38</sup>Sugere-se a leitura de Fernandes (1975, p.131-2), para uma melhor compreensão dos dados estatísticos que mostram a discrepância entre o número de instituições e o número de vagas ofertadas aos alunos do ensino superior no período de 1930 a 1960.

A partir de 1963, quando começou a ser aplicada a LDB, ocorreu uma aceleração no ritmo da criação de escolas confessionais e particulares, o qual se intensificou ainda mais após 1968 com a efetivação da Lei 5.540. Um dos fatores que contribuíram nesse momento para tal evolução foi a subvenção do Estado para a criação de escolas superiores. Comparando o número de alunos nesta década, verificou-se um crescimento de 31,9% no número de matrículas. (FERNANDES, 1975, p, 133). Isso significa dizer, que, aumentando o número de estudantes com o diploma superior, aumentaria o número de desempregados no país, uma vez que o atual projeto de desenvolvimento não absorveria o excedente da mão-de-obra especializada. Os estudantes, os maiores interessados num projeto de educação superior de qualidade não acreditavam no discurso do governo militar.

Em 1968, mesmo em número ainda reduzido, os estudantes prosseguiram com suas mobilizações, onde suas atividades de influência seriam exercidas no sentido de cobrar do Governo Militar, a Reforma Universitária exigindo mais vagas para o ensino superior. Como consequência dessa expansão ocorreu um crescimento no número de instituições de ensino superior.

Assim como a Universidade se transformava, também os setores que estavam ligados a ela diretamente e indiretamente sofreriam com as mudanças, foi o caso da UNE, que entre os anos 1961 e 1962, mudou seu modo de agir, especialmente por ocasião do *I Encontro de Reforma Universitária* em 1961, onde foi discutida uma nova Lei de Diretrizes e Bases para o ensino superior no país. Paralela a essa discussão personalidades como Florestan Fernandes, Caio Prado Junior e Nelson Werneck Sodré realizavam a Campanha de Defesa da Escola Pública organizada por Florestan Fernandes.<sup>39</sup>

Na campanha em defesa da escola pública, desencadeada na fase final da tramitação do projeto das Diretrizes e Bases da Educação, a hegemonia esteve nas mãos dos liberais, representados principalmente pelos aliados do jornal O Estado de São Paulo e da USP.

---

<sup>39</sup> A Campanha em Defesa da Escola Pública polarizou o debate entre os vários partidos. Os interesses privatistas foram fervorosamente expressos e defendidos naquele momento. Em 1961, com o projeto de LDBEN já aprovado pela Câmara, faltando apenas sua aprovação pelo Senado, a Campanha pela escola Pública chegou ao seu apogeu. Ainda nesse mesmo ano o projeto foi aprovado pelo Senado e sancionado pelo Presidente da República. O projeto recebeu mais de 200 emendas no Senado, e procurou conciliar as tendências em disputa. A aprovação dessa lei frustrou as expectativas dos setores mais progressistas, pois garantiu igualdade de tratamento por parte do Poder Público para os estabelecimentos oficiais e os particulares, o que representou o asseguramento de que verbas públicas poderiam, inexoravelmente, ser carreadas para a rede privada de ensino em todos os níveis.

Mesmo com a defesa de Florestan Fernandes, não eram as suas idéias as hegemônicas, mas sim aquelas correspondentes à estratégia do liberalismo. O pensamento liberal estava presente na formação dos novos profissionais. Esse ajustamento garantia a manutenção das idéias positivistas de Augusto Comte e o pragmatismo de Dewey, aliados à ideologia católica na perspectiva de defender os interesses das classes dirigentes e seus aliados no poder. A classe média assumia um papel importante no controle e ajustamento das políticas públicas ao modelo econômico do país.

Com a aprovação da LDBEN em 1961, pode-se afirmar que houve um abalo nas forças progressistas mais diretamente ligadas à educação. Assim, os estudantes vendo a possibilidade da escola pública desempenhar um papel progressista na resolução dos problemas nacionais, lançou-se pelo país a campanha de educação popular. O trabalho de conscientização era feito através dos Centros de Cultura Popular (CPCs), os Movimentos de Cultura Popular (MCP) e o Movimentos de Cultura Popular (MCPs) e o Movimento de Educação de Base (MEB).<sup>40</sup>

O descontentamento com as políticas dessa classe fez com que a UNE fortalecesse suas bases nacionalistas cada vez mais radicais e associa-se a ala católica da Ação Popular e da Juventude Universitária Católica.<sup>41</sup> Neste contexto, a universidade foi pensada pelos

---

<sup>40</sup> Na análise de Caldas (2003, p.11) “[...] a efervescência ideológica, política e cultural dos anos 60 levou os intelectuais de esquerda a se colocarem como responsáveis pela defesa da nação e pela conscientização e educação política do povo, elegendo este como protagonista das mudanças sociais. Artistas, estudantes e militantes políticos estiveram à frente como organizadores e dirigentes de diferentes projetos político-culturais, que caracterizaram um rico e amplo movimento de âmbito nacional, voltado para a afirmação da cultura popular, como alternativa de mobilização do povo e de valorização da identidade nacional. É nesse contexto que se desenvolveu o CPC do Paraná”. A autora dedica-se ao estudo desse CPC.

<sup>41</sup> A Juventude Universitária Católica era um movimento de universitários cristãos que faziam parte da Ação Católica Brasileira (ACB), juntamente com a Juventude Agrária Católica masculina e feminina (JEC e JECF), a Juventude Independente, para o meio “burguês” (na verdade existiu realmente a JICF) e a Juventude Operária (JOC e JOCF). O método da JUC era o da Ação Católica especializada, que se desenvolvera na França, na Bélgica e no Canadá, a partir das primeiras experiências com a JOC. O método consistia em “ver-julgar-agir”, ou de “formação de ação”, que despertou no princípio muitas críticas daqueles que viam da antiga Ação Católica, mais voltada para a pura formação na ação e na vida litúrgica. Tal método foi aplicado pela JUC de maneira bastante flexível, devido às exigências próprias do meio universitário. Havia no método um esforço por conciliar a pedagogia e a formação ativa dos militantes, com a transformação do meio social em que viviam. Em tese, era fácil colocar juntas essas duas dimensões. Na prática, o acerto freqüentemente recaía mais sobre um, em detrimento do outro. O trabalho estava centrado na equipe de militantes, organizada em geral por faculdade e, de acordo com sua dimensão, pelos diferentes anos de ensino. De início, a JUC e a JUCF, para rapazes e moças, eram movimentos separados, mas a JUC seria o primeiro movimento a fazer a experiência de grupos mistos, já desde fins dos anos 1940. A JUC não era um movimento de massa, mas de militantes, o que alguns criticaram como tendência elitista. A Ação Católica também teve seu momento na história dos movimentos reivindicatórios. No começo, a Ação Católica foi, pois, uma cópia sem originalidade do modelo italiano. Os primeiros grupos seriam logo o ponto de partida de experiências litúrgicas renovadoras e de debates teológicos e filosóficos. Publicaram um jornal chamado AUC e, mais adiante, de 1933 a 1937, uma revista, Vida, que teria a tarefa de estudar religião, filosofia e teologia. Em 1937, a AUC se integrou aos quadros da Ação Católica e transformou na Juventude Operária Católica. (SOUZA, 1984, p. 91).

estudantes como um processo de politização crescente e de mobilização das massas na tomada de consciência. Ao lado da preocupação da une com a reforma universitária o governo brasileiro também discutia a questão, atropelando o processo ao aprovar a reforma universitária de 1968.

A história da UNE pós-64 foi marcada pela forte repressão ao movimento estudantil e pelo engendramento de todo um conjunto de leis que dariam ao Governo-Militar a garantia da perpetuação do autoritarismo no processo de desenvolvimento sócio-político-econômico do país. A partir de 64, a UNE passou a enfrentar um governo repressor e cerceador do Estado de Direito. O repúdio à repressão militar, centrava-se basicamente na luta contrária a *Lei Suplicy*<sup>42</sup> e aos *Acordos MEC-USAID*<sup>43</sup>, particularmente aos acordos dos anos 1965 e 1967 que envolvem as questões centrais da universidade brasileira. Esses são analisados juntamente com os *Relatórios Rudolph Atcon, Relatório Meira Mattos e o Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária* que tratou da realidade do ensino superior no país. Esses relatórios foram significativos e apresentaram um norteamento para as políticas educacionais no Brasil, consubstanciando a penetração das orientações imperialistas norte-americanas na universidade brasileira.

Em 1965, os jornais noticiavam que os estudantes precisavam ser disciplinados, uma vez que grande maioria estava na luta pró-comunista, e isto jamais seria aceito pelo Governo. As greves que ocorreriam estariam a partir de 1964 repudiando a decisão do Ministro da Educação em implantar a *Lei n° 4.464/64*, pondo um fim às manifestações estudantis pelo país. Nesse sentido, a UNE não perdeu tempo e lançou um manifesto assinado por vários dirigentes da entidade, contrariando e questionando a legalidade dessa *Lei Suplicy* na condução e na reformulação da União Nacional dos Estudantes.<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup> A Lei Suplicy ficou conhecida como a lei que colocou em xeque a legitimidade da UNE. Com ela as atividades da UNE foram suspensas, bem como todas as atividades estudantis nos Estados e Municípios através das UEEs e DAs. A Lei 4464 de 09/11/1964, em seus 23 artigos dispõe sobre o novo regime jurídico e representação estudantil, enumeração, representação estudantil, (DA), (DCE), (DEE), (DNE), trata da competência, composição e da outras providencias a representação estudantil. (BRASIL - LEI 4.464/1964)

<sup>43</sup> A USAID foi uma das variadas formas de “ajuda” existentes na época para os países subdesenvolvidos que apresentavam desordenados e dependentes da ação dos chamados países doadores. (ARAPIRACA, 1982, p.71).

<sup>44</sup> Sobre o Manifesto dos estudantes, ver o jornal “Correio da Manhã”, 17 de dezembro de 1965.

Após o enfrentamento da *Lei Suplicy* de Lacerda, o movimento estudantil em 1966 foi marcado por várias manifestações e sob um forte clima de protesto pelas principais capitais do país. A UNE passou a enfrentar os *Acordos MEC-USAID* e as orientações imperialistas explícitas e implícitas nos três relatórios que apontavam para um projeto de Reforma Universitária.<sup>45</sup> Desta forma, analisa-se o acordo entre o Governo brasileiro e a Agência USAID, sendo fundamental para melhor compreensão do assunto verificar na história das relações que envolveram esses dois países, outros acordos de cooperação técnica:

- a) Convênio Cultural de 17.10.50, pelo qual cada parte se obrigava a apoiar os institutos culturais já criados ou a serem criados em seu território pela outra parte, assim como permitir a assistência financeira ou de qualquer outra espécie, prestada por organizações ou particulares a esses institutos. Permitiam ainda, a abertura e manutenção de outras instituições, tais como bibliotecas, centros cinematográficos e escritórios de informações.
- b) Acordo Geral de 19.12.50, visando estabelecer o intercâmbio de conhecimentos técnicos, a cooperação em atividades correlatas como também contribuir para um desenvolvimento equilibrado e coordenado dos recursos econômicos e da capacidade produtiva do Brasil.
- c) Acordo sobre Serviços Técnicos Especiais, de 30.05.53, praticamente uma complementação do anterior, onde foi estabelecida a oferta, pelo Governo americano, ao Governo brasileiro, de serviço técnico especializado em qualquer setor de atividades que se relacionasse com nosso desenvolvimento econômico, sempre que o Brasil solicitasse e os Estados Unidos concordassem (EAPES, 1968, p. 11-2).

Esses acordos foram importantes e tiveram grande significado histórico em relação à assessoria técnica para o planejamento do nosso sistema de ensino superior.<sup>46</sup> Mas, os acordos assinados entre 65 e 67 eram imprescindíveis para evidenciar o calor dos embates, das discussões que gerariam em torno desses acordos. Segundo PELEGRINI (1997, p. 107) “[...] os *Acordos MEC-USAID* e o *Relatório Atcon* firmados entre o MEC e a USAID, abarcavam o ensino em todos os níveis – universitário, médio e primário, lançando os princípios básicos das reformas que seriam implantadas pelos governos militares que se sucederam”.

<sup>45</sup> Sobre o planejamento para a reforma universitária brasileira, ver ACORDO MEC-USAID, 1965.

<sup>46</sup> Segundo o autor a assistência técnica de todo o processo de ajuda não nos proporcionou desenvolvimento pelo fato de se restringir à transmissão de conhecimento necessário para a utilização dos pacotes industriais adquiridos com o financiamento da ajuda. Assistência técnica aplicava-se a promoção para o desenvolvimento de uma tecnologia própria do país receptor. Em última instância, a assistência técnica, tão proclamada como uma espécie de ônus pra esses países, na medida em que eles passam a financiar, na realidade, o investimento dos países industrializados na preparação e na substituição da mão-de-obra barata. (ARAPIRACA, 1982, p. 90). Pode-se fazer tal contestação verificando o Relatório Pearson, relatório da comissão do desenvolvimento publicado em 1971, intitulado como *Sócios no Progresso*. (PEARSON, 1971, p.204-5.).

O acordo assinado em 1965, entre o Ministro Flávio Suplicy de Lacerda, e a USAID, representado por Stuart Van Dyke. Foi o primeiro acordo que teve como finalidades principais, o lançamento de bases sólidas para uma rápida expansão e uma fundamental melhoria do atual sistema do ensino superior no Brasil; elaborar planos exequíveis, no sentido da ampliação e reestruturação da nossa educação; formar e criar técnicos que entendessem de planejamento educacional, com a obrigação de levar a diante as determinações norte-americanas neste acordo.

Uma publicação feita pela revista *Revisão*<sup>47</sup>, em 1967, entendendo que o movimento estudantil objetivava conquistas favoráveis no cenário político na época, publicou vários números especiais dedicados especialmente à luta do M.E e a representatividade da UNE. Com o golpe os estudantes ficaram sem *destino*, abalados ainda com a força repressiva tentaram aos poucos juntar-se em um só movimento reivindicatório, então, o trabalho prestado pela revista foi significativo, uma vez que relatava a importância do papel dos calouros na Universidade. Foi também publicado sobre a tradição do M.E em lutas no setor da educação. Segundo Sanfelice (1986, p. 123-4), a revista prestou um trabalho político-pedagógico ao movimento estudantil: sob o título *Os novos donos do ensino*, a revista.

“[...] anunciava, que era a reforma Universitária e o Acordo MEC-USAID que mais estava agitando os universitários brasileiros. Esclarecia que o movimento estudantil combatia o referido Acordo pela maneira como havia sido firmado e que, ferindo a soberania nacional, colocava o povo brasileiro de mãos atadas no que dizia respeito ao setor educacional e cultural. Denunciava o Relatório Atcon, que teria sido adotado pela USAID. [...] como diretriz para a política educacional norte-americana para a América Latina. Segundo a revista, as reformas pretendidas pela organização norte-americana teriam implicações no terreno político e entregariam as rédeas do ensino superior às mãos dos técnicos e especialistas estrangeiros. Apontava a tendência do relatório de Atcon, ao propor a transformação do ensino gratuito em pago e a mudança da universidade estatal em fundação privada. Fazia também a crítica da sugestão que eliminava a participação estudantil no processo decisório da universidade e da proposta de transformar o ensino em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes por um período de dez anos”.

O acordo de 1965 ficou algum tempo “escondido” dos olhos dos estudantes. Não seria divulgado porque não havia interesse naquele momento histórico na sua divulgação, uma vez que ao saberem do conteúdo os estudantes teriam um motivo a mais para outras

---

<sup>47</sup> A revista *Revisão* era editada pelo Departamento de publicações do Grêmio da Filosofia da USP. Sua tiragem era de ordem efêmera devido à falta de recursos do próprio departamento.



manifestações. O acordo MEC-USAID e o Relatório Atcon, assim como vários outros foram objetos de discussões em inúmeros seminários, congressos regionais e nacionais. A resistência ao projeto imperialista permeou as discussões em todos os debates. Neles, foram fundamentalmente estudadas medidas de combate ao modelo de universidade pelo governo militar aos estudantes brasileiros.

Em 1967, o acordo foi revisto e publicado em um volume de 600 páginas. Em 1968, foram publicadas mais 144 páginas em separata. Todo o aparato tinha como conteúdo principal vários acordos feitos com a USAID e outros países estrangeiros a partir de 1950. O mais interessante foi o fato de que este documento omitiria por completo o texto que tratava o convênio de 23.06.1965. Segundo Fávero (1977, p. 59), a publicação de um novo convênio podia referendar ou anular juridicamente um anterior, mas não o anularia historicamente. Então, se pode entender quais os motivos que levaram a ditadura em omitir tal convênio nesta publicação.

Para colocar em prática o acordo citado, ficou determinado pela Diretoria do Ensino Superior uma comissão mista, composta de no máximo cinco membros de cada país envolvido. As equipes atuariam junto ao MEC no planejamento e assessoria, cabendo-lhes:

- a) fazer uma análise em profundidade da situação desse nível de ensino superior no país e determinar o que constituiria um sistema de ensino superior ideal para o Brasil;
- b) estabelecer confrontos entre as características ideais e as necessidades constatadas;
- c) apresentar, de modo a chegar a um plano de longo alcance para o desenvolvimento. Medidas necessárias à execução do plano, mediante reformas consideradas necessárias ao sistema;
- d) e, finalmente, desenvolver todo um esforço de planejamento a fim de garantir um equilíbrio essencial entre análise e ação. (FÁVERO, 1977, p.59).

A reação por parte dos estudantes e professores sobre a efetivação do acordo MEC-USAID foi negativa. Apesar disso, ainda em 1967, o presidente Costa e Silva assinou outro acordo de assistência técnica e assessoria ao Planejamento da Educação Superior no país. Verificou-se que não foram poupadas críticas a esses acordos, a maioria delas se referiam que o Brasil não deveria aceitar tal situação, que envergonharia nosso país.

A Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES), de início tomou conhecimento das críticas feitas sobre os convênios. Os professores americanos afirmaram que nossos técnicos não seriam capazes de realizar tamanha investigação e apontar caminhos para a educação brasileira. Muita coisa foi admitida com relação a esses convênios, e assim como iniciaram, também terminaram, não permitindo o acesso a nenhum documento oficial que poderiam mostrar até onde foram as equipes de assessoria e planejamento a esse respeito.

### 2.2.1 O Relatório Rudolph Atcon

O Governo Militar não mediu esforços para efetivar a Reforma Universitária segundo seus propósitos, para isso, convidou em nome da EAPES, o professor Rudolph P. Atcon que entre junho a setembro de 1965, realizou um estudo sobre uma provável reformulação nas estruturas de nossas universidades, e, pôde contar de início com outras discussões feitas anteriormente ao Anteprojeto de Lei de Diretrizes e Bases.

Esse assessor, logo depois de ter realizado visitas em várias universidades, apresentou um diagnóstico sobre nosso sistema de ensino superior, e, dentre as várias sugestões, destacou:

- a) A implantação de Centros Universitários de Estudos Gerais nas Universidades brasileiras, em substituição a idéia de criação de Institutos Centrais;
- b) A propagação, na aplicação da Reforma, da metodologia usada pela Universidade do Brasil no seu Plano de Reformulação;
- c) A moratória, promulgada pelo próprio Conselho Federal de Educação, sobre toda legislação definitiva, a fim de autorizar experiências educacionais diversificadas nas Universidades e Escolas Isoladas e propor a legislação com base em experiências positivas, efetivamente experimentais;
- d) Modificação da legislação vigente para que o CFE devolvesse às Universidades o poder irrestrito de elaborar seu regimento, reservando-se este apenas o direito de revisar estatutos;
- e) Inclusão de verbas globais nos orçamentos anuais das universidades federais para financiamento integral, com fundos disponíveis para estudos, viagens e suplementação de salários dos planejadores, à dedicação exclusiva;
- f) Divulgação de publicações de caráter científico em todas as Instituições de Ensino Superior, sugerindo estudo do IBBDD para apontar meios que pudessem atenuar a demora no recebimento de revistas, periódicos e monografias científicas pelas Faculdades do interior ou colocação da produção científica destas ao conhecimento do resto do país;

g) Constituição de um Conselho de Reitores e organização de sua Secretaria Geral, atribuindo a um órgão a promoção de estudos sistemáticos sobre o ensino superior e seu planejamento. (ATCON, 1966, p.121).

As sugestões do professor Rudolph Atcon, tinha por primazia a consolidação do autoritarismo e fez um esforço enorme no sentido da privatização do ensino superior, e, a garantia da manutenção do controle político e administrativo do Governo Militar. Rudolph Atcon fez apenas uma ressalva com relação ao Relatório apresentado e que a EAPES não concordaria, foi a idéia de criar órgãos desvinculados do Estado. Acreditava que isso poderia retirar o poder decisório do Estado<sup>48</sup>, com isso, até a efetivação e a promulgação da Lei 5.540/68, várias alterações seriam realizadas segundo o Relatório Atcon. Silva Jr; Sguissardi (2001, p.69) apontam que

“[...] o modelo do professor Rudolph Atcon respondia a uma das tendências do regime pós-64, a da privatização do ensino ou da desobrigação do Estado, em termos financeiros, com a educação superior, mas contrariava a tendência à centralização do poder e ao controle político da educação”.

Nesse sentido, a idéia do ensino pago seria amplamente defendida pelo professor Atcon, uma vez que verificando as condições econômicas dos estudantes, o pagamento seria feito de forma escalonada, ou seja, o aluno pagaria o preço de seu custo ao Estado.

### 2.2.2 O Relatório Meira Mattos

O Relatório *Meira Mattos* publicado pela Revista Paz e Terra (1969) foi outro documento que serviu de subsídio à Reforma Universitária da forma que queria a ditadura. Sancionado em 29 de dezembro de 1967 e, através do Decreto nº 62.024, foi nomeada uma equipe com a finalidade de: emitir parecer sobre as reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis, planejar e propor medidas que possibilitassem melhor aplicação das diretrizes governamentais no setor estudantil e supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes mediante delegação do Ministro de Estado da Educação.

Essa equipe foi presidida pelo então Coronel Meira Mattos, do corpo permanente da Escola Superior de Guerra.<sup>49</sup> Os outros membros eram o Sr. Hélio de Souza Gomes, diretor da Faculdade de Direito da UFRJ; prof. Jorge Boaventura de Souza e Silva, diretor geral do Departamento Nacional de Educação, Dr. Afonso Carlos Agapito, Promotor Público e Cel. Aviador e Waldir de Vasconcelos, secretário geral do Conselho de Segurança Nacional. Era uma comissão tida como grandiosa devido à presença do presidente Costa e Silva que apontava as responsabilidades da política estudantil de competência do Ministério da Educação.

Essa Comissão levou oitenta e nove dias no ano de 1967 para analisar e encaminhar um Relatório apresentando ao presidente as conclusões de seu trabalho descrevendo as atividades da própria comissão. Nele estavam os pontos críticos do sistema educacional (ineficácia e mau gerenciamento) que interferiam nas políticas educacionais. Para os militares o projeto educacional deveria estar ligado ao modelo econômico de desenvolvimento com segurança.<sup>50</sup> Foi apontado como um grande entrave para o sistema às aspirações do Movimento Estudantil. Também foi feito um programa estratégico de desenvolvimento para a área da educação no sentido de colocar a educação a serviço das políticas e desenvolvimento. Os princípios da fé cristã e os valores espirituais estariam referendados como a maneira de alcançar os objetivos propostos no Programa Estratégico<sup>51</sup>.

---

<sup>48</sup> Consta no Relatório Atcon que antes da promulgação da Lei 5.540/68, a autonomia das fundações poderia ter independência econômica, porém, jamais independência administrativa, jurídica e, sobretudo política. (SILVA Jr; SGUISSARDI, 2001, p. 182)

<sup>49</sup> No relatório buscou-se o estudo da divisão do trabalho com sua conseqüente necessidade de especialistas entre o político e o técnico, defendida também pela Escola Superior de Guerra, que favorecia a despolitização da educação, no espírito da ideologia da Segurança Nacional, com um discurso de neutralidade científica, imparcialidade e objetividade. A comissão Meira Mattos que veio para completar a definição da política, reforçou as propostas surgidas, com os acordos MEC-USAID em seus relatórios. (CONCEIÇÃO, 2003, p. 44).

<sup>50</sup> O modelo de educação proposto nos pareceres que compõem o Relatório Meira Mattos tratam da questão do projeto político e técnico, onde o desenvolvimento com segurança exige o aumento da produtividade do sistema de ensino, pela via da racionalização. “[...] pois, a educação é encarada como instrumento capaz de promover, sem contradição, o desenvolvimento econômico pela qualificação da mão-de-obra, pela redistribuição de renda, pela maximização da produção e ao mesmo tempo o desenvolvimento da “consciência política” indispensável à manutenção do Estado autoritário. Assim, a educação teria efeitos desmobilizadores, impedindo a eclosão dos antagonismos próprios do modelo vigente. (KUENZER ; MACHADO, 1987, p. 34)

<sup>51</sup> Sobre os princípios da fé cristã e valores espirituais na educação, ver as metas e programas para a educação para os países latino-americanos elencados na reunião de 17 de agosto de 1961 na *Aliança para o Progresso* onde se extraiu a “*Carta de Punta Del Este*”. Nela estava engendrado o modelo de desenvolvimento pretendido para os países latinos, como também o direcionamento para as políticas públicas.

Feitas as devidas observações e “conclusões” após a realização aproximadamente de trinta sessões ordinárias e uma extraordinária, a comissão se comprometeu a oferecer soluções para os problemas da educação superior no país: Eis os apontamentos:

a) Inadequabilidade estrutural do MEC, tal estrutura na época foi considerada emperrada, pois não resistia à menor lógica e com inúmeros órgãos inoperantes e excrescentes. Os setores de ensino e de cultura estavam aglutinados, sem existir, no entanto um órgão de direção técnica que integrasse a política educacional do Governo. Havia também um desperdício de verbas e uma versão positiva para o empreguismo. A sugestão dada era a de que o MEC tivesse mais organização e funcionalidade;

b) Crise de autoridade no sistema educacional apontada como um dos pontos que dificultava a sistematização e prática de uma política educacional no país. Com o dispositivo da Lei 4.024 onde trata da questão da autonomia administrativa e disciplinar das universidades e escolas isoladas, revela certa inadequação à realidade brasileira, gerando incontestável crise de autoridade em todo o sistema de ensino. Após identificação das dificuldades encontradas pelo Governo em colocar em prática uma política educacional que não esbarrasse nas atribuições do CFE, a comissão sugere que o presidente possa nomear os reitores e diretores das universidades, não mais havendo a lista tríplice elaborada pelos colegiados. Assim, não haveria pressão por parte dos órgãos sobre os escolhidos do presidente;

c) Insuficiente remuneração aos professores que gerou não apenas acumulação de atividades, em muitos casos, como a completa falta de orientação acadêmica dos alunos. As soluções apontadas foram as seguintes em curto prazo receber horas extras por tempo trabalhado (adicional) e implantação do regime por tempo integral e dedicação exclusiva<sup>52</sup>;

d) A liberdade de cátedra no entender desta Comissão foi por muitas vezes tomado em sentido equivocado e injustificável, havendo uso arbitrário desse princípio. Lembrou ainda que este privilégio não isenta do dever que a todos incumbe de respeitar outros princípios legais, cuja violação acarreta a representação penal.

e) A política de ampliação de vagas – a ausência de uma política visando ao atendimento de uma maior demanda anual de vagas nas escolas de 3º grau ocasiona o déficit de matrículas e o problema do aluno excedente. Problema este explicitado, de um lado, pela realidade sócio-econômica do país, e de outro, pela forma como era conduzida a política educacional. Acrescenta-se ainda nesse item que o governo adotou providências de emergências, algumas motivadas por reivindicações estudantis.

f) A Reforma Universitária que por falta de objetividade, tornou-se lenta e desordenada. De forma geral, entre os documentos legais e a sua

---

<sup>52</sup> Verifica-se no relatório *Meira Mattos*, que “[...] foi muito complicado resolver o problema da remuneração dos professores. Não se oferece solução ao problema de remuneração dos professores e pesquisadores, pois o acréscimo da remuneração para os que trabalham nesse regime, que não alcança a 100%, pode ser considerado como ínfimo em razão de não poderem exercer qualquer outra atividade, ainda que particular, os que optarem por este sistema de trabalho. ( FÁVERO, 1977, p.62).

aplicabilidade havia grande defasagem. Ficam as universidades implantadas a partir dos Decretos-leis nº53/66 e 252/67.

g) Inexistência de uma liderança estudantil autêntica e democrática, capaz de opor-se e combater as lideranças subversivas. Na época a visão que se tinha dos estudantes, era a de que, a maioria do meio estudantil brasileiro era comandada por um pequeno grupo de esquerdistas, apoiados por alguns professores e parte da imprensa. A promulgação da Lei Suplicy e o Decreto-lei nº228, muitas entidades fecharam as portas, mas algõmas continuaram a existir devido o não cumprimento da legislação por parte de reitores e diretores das universidades. Para mostrar a ineficiência da UNE enquanto entidade representativa nacional dos estudantes brasileiros, o Governo cria o Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico-Social (MUDES). Tal entidade foi considerada pelos estudantes como um pseudomovimento, e, acima de tudo, “pelega”.

h) Ausência de fiscalização da aplicação de recursos públicos no setor educacional e de esforços no sentido de serem encontrados novos pontos de financiamento da educação. Foi um dos pontos críticos mais enfatizados pela Comissão, após análise de vasta documentação do MEC. A Comissão iniciou dizendo que, em se tratando de estudantes, sempre procurou distinguir entre as reivindicações legítimas e as espúrias. As primeiras seriam o desejo de estudar, de progredir honestamente pelo estudo e de alcançar os seus objetivos na sociedade brasileira. (SANFELICE, 1986, p.177-181).

Esse relatório não se preocupou em nenhum momento com a possibilidade de eliminar a participação estudantil nos órgãos universitários, estabeleceu regras e medidas de acordo com a lógica empresarial, transferindo para o setor da educação, aspectos técnicos e burocráticos que norteariam as políticas para a Reforma Universitária. Ainda considerou que os estudantes eram comprometidos com a subversão e a serviço dos interesses políticos e ideológicos. Dessa forma, foi proposta, uma nova visão para o movimento estudantil. Nesse sentido, a UNE, bem como todos seus diretórios, ficariam atrelados as orientações do Ministério da Educação e Cultura.<sup>53</sup>

### 2.2.3 O Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária

O grupo de trabalho, apesar de “pegar o barco andando”, teve a incumbência de estudar a parte mais burocrática da universidade brasileira. Apontava medidas para a racionalização das funções didático-pedagógica-administrativas nas universidades, isso em caráter de urgência para então resolver a crise da Universidade. O relatório mencionava que a crise da

---

<sup>53</sup> Sobre o que os militares queriam dos estudantes a partir das reformas estabelecidas pelo governo militar em seus relatórios, ver na íntegra a Lei 4.464/64 (Lei Suplicy) e o Decreto-Lei 228/67 (Decreto Aragão). Neles está expressa o novo regime jurídico para a representação estudantil em nível nacional.

universidade não estava isolada de outros setores da sociedade. Então, para resolver os problemas da Universidade implicaria na reforma do próprio Estado.

O relatório tratava o ensino superior como a mola mestra para o desenvolvimento brasileiro, porque dele emanava os grandes profissionais e técnicos, o que lhe conferia tamanha responsabilidade, uma vez que, a universidade era o fator decisivo de desenvolvimento e não teria sentido,

[...] esperar que se consumassem as reformas sociais para então pensar em sua reforma. Esta tem de ser considerada não apenas em seus aspectos políticos, mas também em seus problemas estruturais, funcionais e técnico-pedagógicos. [...] a reforma tem objetivos práticos e visa conferir ao sistema universitário uma espécie de racionalidade instrumental em termos de eficiência técnico-profissional que tem por conseqüência o aumento de produtividade dos sistemas econômicos. Para tanto impuseram a metamorfose de uma instituição tradicionalmente acadêmica e socialmente seletiva em centro de investigação científica e tecnológica em condições de assegurar a autonomia da expansão industrial” (SANFELICE,1986, p.184)

O grupo de trabalho, após fazer as devidas considerações sobre as condições das universidades e do desenvolvimento como instrumento de crescimento econômico, propôs:

- a) O regime jurídico e administrativo das universidades elevando a Universidade ao plano da racionalidade crítica e criadora, pela integração do homem em determinado momento histórico, tornando a própria Universidade instância de reflexão sobre as condições e o sentido do desenvolvimento;
- b) Criar estrutura – delegação ao sistema universitário de uma espécie de racionalidade instrumental em termos de eficiência técnico-profissional;
- c) Fazer articulação entre a escola média com a superior, estruturando de um primeiro ciclo geral na graduação, com tríplice função: recuperar falhas evidenciadas pelo vestibular, orientar para a escolha das carreiras e proporcionar estudos básicos para os ciclos ulteriores;
- d) Cursos e carreiras – criação de carreiras de curta duração, destinadas a formar técnicos que constituam um escalão intermediário entre os profissionais de nível médio e os de nível superior formados em cursos de longa duração;
- e) Substituição do regime seriado pelo de matrícula por disciplina, introduzindo o sistema de créditos;
- f) Implantação sistemática dos cursos de pós-graduação, visando a formação de cientistas, professores e técnicos de alto nível;
- g) Corpo discente – tomar medidas para assegurar a participação dos estudantes no contexto universitário. Dar atenção à integração dos estudantes na Universidade;

- h) Maior ênfase nos recursos para a educação, em vista da expansão do sistema e sugestões relativas à criação de mecanismos financeiros;
- i) Instituição do sistema departamental, concentrando em cada uma dessas unidades recursos humanos e materiais relacionados à área de conhecimentos respectiva. O grupo de Trabalho também propôs medidas para o estabelecimento de metas mínimas visando à expansão do ensino superior, a partir de 1969. (FÁVERO, 1977, p. 65-66).

O Relatório do GTRU revelou basicamente as mesmas preocupações dos grupos de trabalhos anteriores que discutiam a Reforma Universitária, especificamente, assemelha-se muito às conclusões do Relatório Meira Mattos. Na construção de diagnósticos para a educação superior foram estudados vários documentos,<sup>54</sup> muitos ligados intrinsecamente como o modelo desenvolvimentista. Buscou-se nesse relatório uma visão empresarial, no sentido de que o modelo de universidade não poderia ser organizado, sem a ótica otimizada e instrumental, que viesse garantir a “expansão do ensino”<sup>55</sup>, e, particularmente, que a melhoria na qualidade do ensino fosse traduzida em resultados positivos no processo de modernização do país.

A UNE, no sentido de acelerar as discussões contrárias sobre a manutenção da *Lei Suplicy/Aragão*, os *Acordos MEC-USAID*, bem como os *Relatórios da Reforma Universitária*, realizou vários congressos a partir nos anos 60. Um desses encontros foi definido como *Programa de Luta*.<sup>56</sup> Nesse plano havia discussões sobre a reivindicação de mais dispêndios para a educação e, a não atuação de assessores norte-americano na orientação do ensino brasileiro, pois não concordavam com a idéia de transformar nossas universidades públicas em fundações. Como medida de resistência e, de caráter de urgência, a UNE

---

<sup>54</sup> O Grupo de Trabalho da Reforma Universitária também influenciou bastante na política educacional adotada. Como resultado disso, tivemos o **Decreto-Lei 405**, em 1968, e **Decreto-Lei 574**, em 1969, que visavam o aumento da matrícula do ensino superior, bem como o **Decreto-Lei 477**, e 1969 também como medida de contenção das mobilizações estudantis (UNE), o Decreto-Lei 869, e, 1969, que atribui em caráter obrigatório a Educação Moral e Cívica, como disciplina e, também como prática educativa em todas as escolas e universidades do país. Todo esse processo veio culminar com a edição da **Lei 5.540/68**, que realizou a Reforma Universitária, e a **Lei 5.692**, de 1971, que efetivou a Reforma nos ensinos de 1º e 2º graus. Foram leis de caráter pedagógico tecnicista, que visavam a ampliação massiva de escolas e enfatizavam os métodos da tecnologia educacional, as necessidades socioeconômicas do mercado de trabalho e a formação técnico-profissionalizante. (CONCEIÇÃO, 2003, p. 109, grifo do autor).

<sup>55</sup> A expansão do ensino nesse período, tem como destaque o princípio da indissociabilidade ensino e pesquisa na universidade. Visando assegurar a realização da pesquisa no interior da universidade, de fato a condução da política científica e tecnológica dos sucessivos governos do regime militar e pós-regime militar valorizou mais a pesquisa dita tecnológica desenvolvida em instituições não-universitárias. Ou então isto se concentrou apenas no nível de pós-graduação (o da indissociabilidade) não se tornou exigência nem formal nem real para a instituição das inúmeras faculdades ou universidades privadas. (SILVA JR; SGUISSARDI, 2001, p. 188).

<sup>56</sup> Sobre o Plano de Luta dos estudantes ver, PLANO DE AÇÃO (1966-7). Ver também o documento intitulado CARTA POLÍTICA DA UNE (1967).



boicotaria todas as ações que partissem dos grupos de trabalhos para a efetivação da reforma universitária pretendida pelo Governo Militar.

### 3 UNE – CARACTERIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

O movimento estudantil organizado e representado pela UNE, destaca-se historicamente no processo de politização das massas.<sup>57</sup> Colocou-se, como embrião, no centro das principais discussões emblemáticas dos mais variados grupos políticos. Causou impacto na sociedade brasileira nos anos 60, fez história na vida política do país, ampliou sensivelmente as tensões no debate político-ideológico que ocorria na sociedade civil. Os anos que sucederam sua criação e sua projeção enquanto entidade representativa nacional dos estudantes significou uma maior participação dos estudantes acerca dos problemas nacionais do país, assim como esteve envolvida em discussões de nível internacional, participando e enviando membros da diretoria nacional em diversos congressos estudantis pelo mundo.

#### 3.1 A UNE NOS PLANOS NACIONAL E INTERNACIONAL

O crescimento político do movimento estudantil esteve representado por três grandes grupos (JUC, UNE, AP)<sup>58</sup>, que comungavam de idéias comunistas, porém, divergentes com relação a suas táticas, principalmente nos enfrentamentos em academias e ruas das principais capitais do país. A UNE, objeto de pesquisa desse trabalho, foi criada em 17 de agosto de 1937, por ocasião o primeiro Congresso Nacional dos Estudantes. Surgiu em plena crise política, em meio ao Golpe de Estado Vargasista, que dissolveu o Parlamento e criou o Estado Novo.

Foi nesse contexto que houve o ponto de partida da UNE no cenário nacional. Nasceu então, de dois grandes grupos ideologicamente contrários: a ala da Juventude Comunista fundada em 1935 e da ala da Juventude Integralista, influenciada pelos ideais católicos, e por experiências fascistas da Itália. A UNE, ainda incipiente enfrentaria toda uma Constituição autoritária que foi promulgada por Getúlio Vargas. (POERNER, 1968).

---

<sup>57</sup> A UNE dos anos sessenta, embora estivesse engajada na politização dos estudantes, não pode ser considerado um movimento de massa, pois, conseguia unidade normalmente em passeatas e mobilizações nas ruas, onde a participação de outros movimentos reivindicatórios contribuía para o movimento estudantil.

<sup>58</sup> Sobre a ação política da JUC e AP ver, Souza (1984, p. 92).

O primeiro Congresso estudantil foi realizado na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, em 17 de agosto de 1937, por sinal, mantinha relações estreitas com os principais líderes políticos da época. A primeira decisão tomada pelos estudantes foi baixar uma moção que proibisse toda e qualquer discussão acerca dos problemas políticos que o país enfrentava. Pode-se dizer que desde seu nascimento, a UNE sofreu influência dos grupos políticos que disputavam o poder. A participação do presidente da República no segundo *Congresso Nacional da UNE*, denotava o comprometimento da entidade e uma aproximação entre os estudantes e o governo de Vargas.

Em 1938, já no segundo *Congresso Nacional dos Estudantes*, iniciou-se uma discussão sobre os problemas do desenvolvimento do país, do nacionalismo e das reformas de base necessárias para o crescimento econômico. Nesse momento, foi quebrado o protocolo do primeiro Congresso e a UNE lançou uma campanha contra o analfabetismo e a favor da criação de uma usina siderúrgica em Volta Redonda.

O segundo *Congresso Nacional dos Estudantes* teve participação de várias delegações de estudantes de diversas regiões do país e algumas dezenas de associações estiveram presentes. A medida mais concreta tomada naquele momento foi a eleição de uma direção que manteria boas relações com o Ministério da Educação na intenção de resolver os problemas do movimento estudantil no país. Aqui se iniciou um ciclo vicioso e mórbido no cenário das discussões nacionais uma vez que, o movimento estudantil tornou-se massa de manobra dos governantes por vários anos.

Superada essa fase, a reivindicação dos estudantes bateu de frente com o modelo econômico empreendido para o país. Percebia-se que a luta era desigual, não havia intenção por parte dos grupos políticos de que a UNE fosse um núcleo agregador, legítimo e representativo dos estudantes brasileiros. A maioria dos estudantes na direção da UNE era comunista e isto começava a preocupar o próprio Ministério da Educação.

A tomada de posição da UNE frente aos problemas da sociedade civil motivou uma mobilização nacional dos estudantes contra o Estado Novo, na qual participaram os estudantes da ala liberal e os da ala de esquerda. Pode-se dizer assim, que, na UNE, o comando geral ora se alternava entre os representantes das idéias católicas e os representantes de esquerda e também não-comunistas.

Entre os anos 1947-1950, foi criado o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e seus representantes assumiram a direção da UNE. O movimento estudantil a partir daí, passou a fazer campanhas nacionalistas em defesa dos recursos naturais assumindo, por exemplo, o lema “O petróleo é nosso”<sup>59</sup>, bem como buscou a mobilização dos estudantes de todo país pelo fim da guerra e lutar para uma possível presença dos estudantes junto aos órgãos governo. A UNE discutia também as questões sobre educação, uma delas e a mais reivindicada pelos estudantes, foi a participação dos mesmos nas discussões do projeto da Reforma Universitária já no início da década de 60.

Na retomada do poder por Getúlio Vargas, em meio a uma onda de apelo popular por melhorias na qualidade de vida, a UNE foi tomada pela ala de direita e teria sua representatividade em dirigentes estudantis ligados e financiados por grupos ou associações estudantis americanos. (FLORIDI, 1973, p.108). Isso afetaria ainda mais as divergências internas. Nesse momento, com os direitistas na direção da UNE, verificou uma ligação estreita entre os dirigentes estudantis e o MEC, uma vez que, eram acusados pela ala esquerda de corruptos. Era o estopim que forçaria os nacionalistas a lançar em 1953, a candidatura de um ex-dirigente da Juventude Universitária Católica (JUC).

O entusiasmo já não era o mesmo como em tempos atrás, mas continuava crescendo a mobilização nacionalista e a UNE não poderia deixar de participar das decisões que envolviam os problemas nacionais, até porque os problemas do país eram os problemas dos estudantes em todos os sentidos da palavra. A briga continuou e, em 1956, já no *XIX Congresso*, os progressistas recuperaram a direção da UNE até a próxima ditadura. Um dos principais objetivos, nesse momento, foi o de aumentar o número de mobilizações pelo país fazendo crescer a consciência política nos jovens a favor da expulsão das empresas estrangeiras.

A UNE e seus ideais nacionalistas, à véspera de um golpe de Estado, mobilizava no sentido de fortalecer a base do movimento, assumindo posições radicais contra as investidas e abertura para a penetração do capital estrangeiro no país. Esta luta foi conhecida como a luta do projeto nacional-desenvolvimentista. Já em 1961, ocorreu, o primeiro *Seminário Nacional de Reforma Universitária* em Salvador. A universidade foi tratada pelos estudantes como

---

<sup>59</sup> Nesse momento os estudantes ainda estavam ao lado do governo. À medida em que reivindicavam participação em órgãos estratégicos, a ligação se romperia.

meio elementar para a emancipação de uma sociedade. O resultado deste seminário foi a *Declaração da Bahia*. Um ano mais tarde, já em 1962, por ocasião do segundo *Seminário Nacional dos Estudantes* o processo de discussão aumentou, e, o resultado daquele encontro foi a elaboração da *Carta do Paraná*, expressando a concepção do movimento sobre a universidade.

Entre os anos 1961 e 1962, pode-se verificar uma ascensão católica à frente da UNE, porque foi eleito para a presidência do movimento estudantil Aldo Arantes, também dirigente da JUC. Pode-se afirmar, portanto, que a participação dos grupos católicos na UNE foi decisiva para um amplo processo de mobilização entre os anos 1960-1964, onde foram criados os Centros de Cultura Popular (CPCs)<sup>60</sup> para a maior participação estudantil nas campanhas nacionais de alfabetização.

O teatro de rua e o cinema intensificaram e ampliaram os laços estudantis com a massa, uma vez que crescia um descontentamento e uma falsa imagem da UNE passada pelos governantes. Com a criação dos CPCs e grêmios locais, ocorreu uma participação dos estudantes na luta pela Reforma Universitária. Os CPCs tinham como meta inicial duas grandes propostas de atuação: a primeira seria a realização de seminários para a formação de uma consciência mais sólida sobre nossos problemas, possibilitando um trabalho mais efetivo. A segunda proposta seria a ligação entre a UNE e as bases, através da *UNE Volante*<sup>61</sup> que traria como contribuição para o Movimento Estudantil a condição para a realização do *Congresso Operário-Camponês-Estudantil*<sup>62</sup> durante o 25º aniversário da UNE.

---

<sup>60</sup> Caldas (2003, p.3), defende um posicionamento em sua dissertação de mestrado partindo da compreensão de que o CPC, como movimento político-cultural, foi o resultado da idéias e projetos intelectuais pensados e concretizados a partir da afirmação e organização da cultura popular como instrumento de defesa da cultura nacional e da concretização política do povo. Com a criação dos CPCs, a UNE conseguiria em menos tempo possível promover a politização das bases. Os CPCs criou condições de luta para que o movimento estudantil pudesse avançar nas suas propostas de atuação defendida nos *I e II Seminário Nacional da Reforma Universitária*.

<sup>61</sup> Os Centros Populares de Cultura, que se disseminaram em todo país entre 1962 e o início de 1964, tiveram como ponto de partida o Centro Popular de Cultura, vinculado à União Nacional de Estudantes e articulado em 1961. Este Centro nasceu da preocupação manifestada por diversos jovens intelectuais e artistas em difundir o *teatro político* entre as classes populares. O movimento recebeu amplo apoio de outros intelectuais dedicados ao cinema, às artes plásticas e à filosofia. O Centro dedicava-se, inicialmente, a montar peças de teatro e produzir filmes que, em seguida, eram levados para os bairros e subúrbios da Guanabara, com o intuito de difundir a “cultura popular” e possibilitar, através desta, a discussão dos principais problemas sócio-econômicos e políticos da época. A *UNE Volante*, assim, significaria um modelo de organização e de estruturação da própria UNE em todo o país. (MANFREDI, 1981, s.p.).

<sup>62</sup> O *Congresso Operário-Camponês-Estudantil*, bem como seus preparativos, significou o processo de integração de todas as forças populares, como também da UNE, na Frente de Libertação Nacional. (UNE , 1962b, p.10).

A presença significativa dos estudantes na vida política do país já era sensivelmente vista e odiada pelos militares e grupos de direita que defendiam os interesses privados. A UNE, gozava de prestígio no cenário nacional e isso incomodava os golpistas. O resultado desse aborrecimento foi quando, em 1ª de abril de 1964, a sede da UNE foi incendiada e líderes estudantis foram presos e perseguidos pela ditadura militar.

Com o agravamento das lutas e a forte repressão militar aos movimentos estudantis, os futuros Congressos da UNE receberam apoio e refúgio entre padres franciscanos e beneditinos em 1966, na realização do *XXVIII Congresso da UNE* em Belo Horizonte e, em 1967, na realização do *XIX Congresso da UNE* em São Paulo. Nesse momento, o poder de organização e resistência do movimento estudantil alcançaria um grau elevado, não dando mais para ficarem sob refúgio da igreja. Assim, os estudantes ganharam as ruas aos milhares e denunciavam em passeata a brutalidade do governo militar.

Os confrontos entre estudantes e polícia foram inevitáveis, as prisões e condenações foram da mesma proporção. A contenção do movimento ocorria nas ruas, em escolas, universidades e igrejas. Com a aprovação do AI-5 (BRASIL, Ato Institucional nº5, 1968) e a efetivação do Decreto-lei 477/69, os estudantes e professores tidos como subversivos foram sobremaneira perseguidos, exilados, humilhados e muitos tiveram suas vidas ceifadas pela ação do governo militar.

A (CONFLITO....,1968, 23, mar), noticiava que um conflito entre estudantes e policiais em março de 1968 acabava por tirar a vida de um aluno secundarista. Como a UNE havia perdido sua sede na destruição de seu antigo diretório, os estudantes passaram a fazer reuniões num galpão onde foi instalado o restaurante universitário “*O Calabouço*”. Naquele dia, policiais entraram atirando no restaurante e uma bala atingiu mortalmente o aluno Edson Luís de Lima Souto. Este entre outros ocorridos davam ainda mais força aos estudantes universitários e, pouco tempo depois, a UNE conseguia colocar nas ruas do Rio mais de 100 mil pessoas para denunciar os crimes da ditadura.

Ao final dos anos 60, mais precisamente em outubro de 1968, quando a repressão aos estudantes estava mais acirrada, cerca de mil estudantes participaram do *XXX Congresso da UNE*, iniciado clandestinamente num sítio, em Ibiúna, no Sul do Estado de São Paulo, os militares fizeram um cerco policial através de uma denúncia onde prenderam todos os

participantes desse encontro. Entre os estudantes presos estavam os seguintes líderes: Luís Travassos, presidente da UNE, José Dirceu, presidente da UEE, Vladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana de Estudantes, e Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, presidente da União Paulista de Estudantes Secundarista, entre outros. Todos sem exceção foram autuados como agentes subversivos. (REALIDADE, 1968, p. 26-38).

A onda repressiva entrou em todas as universidades e impôs severas sanções às atividades subversivas a professores e estudantes. Com todo esse aparato repressor o M.E ainda conseguiria destaque e representatividade nacional até 1971, com o estudante Jean Marc na presidência da UNE. Não conseguindo mais se organizar em nível nacional devido ao forte esquema de repressão para coibir o avanço das manifestações de rua, o M.E após esse período perdeu parte de sua representatividade política e atuou, somente, na clandestinidade.

As lutas pelas Reformas de Ensino e Reforma Universitária foram sem dúvida os principais elementos reivindicatórios do movimento estudantil nos anos 60 e 70. É na perspectiva de estudar e compreender a participação da UNE em tais reformas que se analisa qual era o posicionamento da entidade nos embates políticos ideológicos na contradição em que se encontrava a universidade no processo histórico. Para tal compreensão verifica-se também a participação da entidade com uniões estudantis de outros países, bem como sua ligação com a União Internacional dos Estudantes.

Os estudantes que militavam nas organizações antigovernamentais da UNE e da Ação Popular (AP), aproximaram-se muito ao do movimento internacional antiimperialista. A luta para eles não era apenas contra o capitalismo, mas contra a sociedade industrial em geral. O envolvimento do M.E brasileiro com outras organizações estudantis estrangeiras de início ficou restritamente a observações aparentes, mas, ao passo que iam se estreitando as comparações sobre ambos movimentos podemos dizer que no plano internacional, a posição da UNE foi a de integrar-se fundamentalmente na luta anti-imperialista dos movimentos estudantis da Ásia e da África. (FLORIDI, 1973, p. 115).

Com relação ao movimento europeu, a UNE afirmava que era preciso desmistificar o conflito das gerações, dos jovens rebeldes, porque a luta que defendiam estava pautada na luta de classes, assim, não era o jovem contra o velho, mas a luta dos oprimidos contra os opressores.

E os estudantes deveriam fundamentalmente lutar junto ao povo, até para crescer enquanto movimento reivindicatório.

Em entrevista, dois dirigentes da UNE à Revista Realidade, os estudantes Luís Travassos e Luís Raul Machado foram questionados sobre a existência da entidade, uma vez que, por lei a mesma não poderia existir. Ver a seguir alguns trechos que comprovam a legalidade da UNE na visão de seus principais líderes:

\_\_A UNE de vocês realmente existe, como representação? Resposta \_\_A UNE é cada vez mais a união nacional dos estudantês. É a única entidade que representa politicamente os estudantes brasileiros. Houve prova disso no repúdio à Lei Suplicy, na participação cada vez maior nos congressos e nas constantes manifestações de massa. \_\_A UNE é comunista? Resposta\_\_ A UNE não é comunista. As posições da UNE são aprovadas em congresso e conselhos. Hoje ela se define com todo rigor como a entidade que coordena a luta do movimento estudantil contra a ditadura. Se ser comunista é trabalhar por um movimento estudantil cada vez mais integrado na luta da grande maioria do povo brasileiro por sua libertação, se ser comunista é identificar como causa principal da miséria do povo a dominação imperialista, se ser comunista é lutar contra a opressão dos operários camponeses, profissionais liberais, intelectuais, então nós somos comunistas. Pelo menos nós dois aqui. \_\_E de onde vem o dinheiro que vocês gastam? É verdade que vocês recebem verbas de Moscou, Havana e Pequim? Resposta \_\_Infelizmente, essas vultuosas verbas de Moscou, Havana e Pequim nunca chegaram. O movimento estudantil tem cada vez mais sustentado sua entidade nacional, com coletas nas escolas, vendas de textos, etc. \_\_E você acham que representam, de fato, a massa estudantil? Resposta \_\_Nossa resposta será dada no 30º Congresso da UNE, que será preparado nas bases, com delegados eleitos em assembleias gerais, com discussões que já começam a ser feitas e, principalmente, com a mobilização do movimento estudantil brasileiro para a sua realização. \_\_Vocês não acham que deveriam preocupar-se mais com seus estudos do que com a política? <sup>63</sup> Resposta \_\_Em primeiro lugar, os estudantes devem participar de política como parcela do povo. E é ridícula a alegação de que devemos entrar para os partidos políticos oficiais, o do sim e o do sim-senhor, pois eles não representam nada. São disfarces da ditadura. Em

---

<sup>63</sup> Na mesma edição da revista Realidade (1968, p. 36), o Ministro Tarso Dutra e o aluno de Engenharia da Universidade Mackenzie, Lincoln Carvalho não reconheciam a UNE como legítima representante dos estudantes. Ela pode existir, mas como uma realidade. O Ministro achava que os estudantes não recebiam dinheiro de fora. Para ele, o dinheiro vinha das **taxas de calouros** cobradas pelos centros acadêmicos nos vestibulares. Fazia também a defesa de que os estudantes deveriam se inscrever nos partidos políticos, porque estudante é estudante, ele deve estudar para ser um cidadão no futuro. Já o estudante Lincoln Carvalho defendia que as faculdades deveriam ser pagas, só assim, os estudantes atingiriam um grau de responsabilidade muito maior do que se estivesse feito um curso gratuito. Não era exatamente a favor aos acordos MEC-USAID, mas defendia seu ponto de vista: o conhecimento dos técnicos americanos para auxiliar o planejamento, a reestruturação e eventuais reformas no sistema universitário brasileiro era válido e bom, desde que dosado e adaptado por técnicos brasileiros. Tanto o Ministro Tarso Dutra como o estudante Lincoln Carvalho assemelham-se em suas posições contrárias a UNE. Pode-se levar em conta que Tarso Dutra era Jurista, e como tal jamais iria reconhecer a existência de uma entidade extinta, e que Lincoln Carvalho era estudante de uma Universidade que pelo menos no período, mas duro da ditadura esteve sempre contrária as decisões tomadas pela UNE.



segundo lugar, o estudo, hoje é dificultado por razões políticas. Não há verbas e a reforma universitária que querem fazer é em função dos interesses das grandes empresas capitalistas. Para podermos estudar verdadeiramente não nos podemos conformar em ser moldados para ajudar a manter, em nossa vida profissional a estrutura “podre” da sociedade. (REALIDADE, 1968, p. 37).

Travassos e Machado (1968) afirmavam que a entidade não era comunista<sup>64</sup>, como também não era financiada por verbas oriundas de Moscou, Havana e Pequim. Segundo eles, a UNE lutava pelos direitos dos estudantes sem distinção de classe ou partido político. Afirma ainda, que no *XXX Congresso da UNE*, os estudantes mostrariam a forma de organização em massa para lutar por seus direitos, enfatizam ainda que é a reforma universitária a exigência maior da mobilização.

Os documentos levantados a seguir permite-nos apresentar uma visão sobre a UNE em sua luta e resistência à ditadura. Certamente, é importante admitir que o estudante brasileiro dos anos 60 era a expressão viva da nova sociedade urbana que se desenvolvia nas últimas décadas devido o grau de envolvimento nas questões mais emblemáticas do país. A posição de classes dos estudantes deve-se levar em conta quando estudamos a história do M.E. Portanto, fazer as mudanças de base no ensino, fazer Reforma Universitária sem ouvir e analisar os estudantes e suas exigências mais íntimas sobre as transformações do país, cometeria-se um grave risco. Observa-se que o modelo capitalista foi o responsável diretamente pela radicalização do M.E no país. Uma vez que:

Em todo país onde se tenha desenvolvido o sistema capitalista de produção, a juventude assume uma crescente importância no campo da ação política. Com o objetivo de se estabelecer durante seu desenvolvimento, o capitalismo transforma as condições de vida dos grupos humanos de maneira tão drástica, que a juventude se torna rapidamente um elemento decisivo nos movimentos sociais, especialmente no seio das correntes políticas de direita e esquerda. (IANNI, 1963, p. 159).

Muito embora desde a época republicana os estudantes tenham começado a se interessar pela política e a tomar parte nos movimentos pela independência do país e pela abolição da escravatura, só em tempos mais recentes organizaram-se em associações, inicialmente, de caráter recreativo e cultural. (CUNHA, 1980, p.177-191).

---

<sup>64</sup> A UNE afirmava que ser comunista era defender o povo da opressão, é trabalhar pelo movimento estudantil cada vez mais integrado na luta pela emancipação da sociedade. (REALIDADE, 1968, p. 37).

A UNE, dos anos 50 até o período que antecede o golpe de 64, iniciou seu apoio à campanha nacionalista a favor do petróleo. E no período pós-64, verificou uma tomada de consciência dos estudantes. Nesse momento, a radicalização da UNE e seus contatos com associações internacionais eram bem mais freqüentes. Sob esse aspecto verifica-se uma possível “orientação” comunista por parte da União Internacional dos Estudantes (UIE) aos estudantes brasileiros, principalmente, aos estudantes militantes da UNE, JUC e AP.

A campanha que precedeu e se seguiu à nacionalização da exploração do petróleo (1954) ofereceu aos nacionalistas radicais e aos comunistas, ocasião para atacar toda a política da aplicação de capitais estrangeiros no Brasil e qualquer forma de presença norte-americana no país. Isso favoreceu aos estudantes de esquerda retomarem a direção da UNE, organizando manifestações contra o entreguismo do governo, ou seja, contra a pretensa política de entrega do país aos estrangeiros, renovando a influência dos estudantes comunistas.<sup>65</sup>

Um fato marcante para o M.E desta época foi a interferência da Igreja, através da Ação Católica nas eleições universitárias (diretórios estudantis). A Ação Católica juntamente com a União Democrática Nacional (UDN) foi algo totalmente repugnante e fizeram de alguns padres e freiras portadores da verdade para uma parcela de jovens “inocentes” que não sabiam votar. A intenção dos políticos udenistas era o de orientar uma política estudantil que não fosse comunista e que tivesse o espírito positivo na defesa do país<sup>66</sup> e acima de tudo destruir as ações comunistas no meio estudantil

É quase que impossível transcrever-se de fato a relação do M.E com a ação da Igreja Católica, devido às informações, que se contradizem. Mas, podemos entender quais foram os motivos que levaram uma parte da Igreja a formar a Ação Popular e colaborar com a UNE, até

---

<sup>65</sup> A troca de poder na direção da UNE era uma constante. Alternava-se ano após ano, e durante o segundo *Congresso Nacional da UNE*, realizado na Bahia, em 1938, a força dos comunistas perdia influência no M.E, uma vez que esta direção abriu de maneira demasiada sua política porque estavam muito ligados à política internacional comunista e pró-soviética. Nesse momento, tentou-se criar a União de Jovens Comunistas (UJC). Isso fez com que parte da atenção dos estudantes comunistas pertencentes a UNE e a UBES fosse desviada, o que acabou enfraquecendo a ala comunista. Com isso, os democratas assumiram novamente a entidade e fez os derrotados revisarem suas táticas. Feita a revisão de tática, em 1956, os comunistas da UNE elegeram para presidente da entidade José Batista de Oliveira Junior, aluno da PUC/RJ, e pertencente às alas de independentes de esquerda da JUC. De fato, pode-se verificar um recomeço imediato da ação política da UNE nos planos nacional e internacional.

<sup>66</sup> Para o Estado positivista, a educação individual e popular é a única capaz de formar os indivíduos fortes, robustos, sadios e valorosos, de ânimo varonil e aflorar o mais nobre sentimento no homem, o amor à pátria, à família, o espírito cívico e o patriotismo acima de tudo, fortalecendo o Estado como máximo símbolo social e democrático. (BERGO, 1983, p.47-97).

mesmos tomando parte em suas manifestações políticas. A evolução da JUC, <sup>67</sup> na colaboração com a UNE entre os anos de 1959 a 1961, mostra que as forças se uniram para reivindicarem juntas as reformas de base. O ápice dessa união entre UNE, JUC e AP, se refletiu numa maior e melhor mobilização estudantil que o país já possuiu. De 1960 a 1964 os representantes da UNE foram estudantes que pertenciam à JUC e à AP. A Frente Única foi a responsável por reunir elementos da JUC e da AP, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e da Política Operária (POLOP) com outras organizações de esquerda.

Tanto a Juventude Universitária Católica, quanto a Ação Popular participavam juntamente com associações de esquerda, mas não se pode afirmar que as mesmas entidades eram comunistas. O fato é que sua colaboração com os comunistas os aproximavam muito em suas ações, devido ao método adotado por seus primeiros dirigentes em experiências com outros movimentos no exterior.

Existe uma confusão de idéias em torno dos estudantes, suas ações e posições ideológicas nas mais diferentes correntes: socialistas, liberais e comunistas. Então, não se pode afirmar qual era a verdadeira corrente ideológica do M.E, até porque existia um certo ecletismo de idéias dentro do próprio movimento estudantil. Como se afirmou já anteriormente, havia diferentes direções e dirigentes e várias posições que se revezavam no poder devido a vários fatores, um deles a mudança de “slogan de campanha” política.

Em outros países da América Latina, a participação dos estudantes na mudança da estrutura política-econômica-social era determinante, o que no Brasil nunca ocorreu de fato até os anos 60, pois nesse período nota-se que os estudantes já possuíam uma melhor consciência acerca dos problemas políticos do país. Verifica-se também, que tal consciência politizada se não mudou, contribuiu em muito para o processo de mudança estrutural de nosso país.

Nos anos que antecederam o Golpe de 64 e imediatamente após, os estudantes representados pela UNE, apoiavam e se manifestavam a favor da revolução cubana e se declaravam

---

<sup>67</sup> O estudo feito em 1973 introduz elementos bastante significativos para compreensão da evolução da JUC. Ela teria nascido, primeiramente, com a firme intenção de representar a Igreja no meio universitário, opondo-se ao mundo moderno e procurando restaurar a ordem desejada por “Deus”. Num segundo momento, pretendia estabelecer uma nova cristandade profana cristã em oposição às estruturas anticristãs. Por fim, ela se teria

comunistas, apoiando e fomentando todo tipo de greves e aumentando as tensões no interior do país. Através da UNE estudantes brasileiros conseguiam bolsas de estudos em países comunistas, realizando assim vários intercâmbios com outras entidades estudantis. Foi nesse momento que a UNE se radicalizou de fato e denunciou os problemas pelo qual o país estava passando.

A UNE estava filiada à UIE, com sede em Praga. Essa organização inicialmente não tinha o caráter comunista, mas com o fim da II Guerra Mundial, muitos jovens ex-combatentes resolveram reforçar seus laços de amizade estabelecidos nos campos de batalha ou durante as sessões de tortura e inquéritos. Com a união desses ex-combatentes criaram na Inglaterra a *Federação Mundial da Juventude Democrática*, em 1945, e a UIE, em 1946. Pouco tempo depois, pediram e conseguiram que as organizações filiadas pudessem tomar também posições políticas. Desta maneira, os soviéticos criavam as condições para se apoderarem, e, pouco tempo das duas organizações democráticas.

Para lutar e resistir a UNE precisava de um plano de luta. Foi nos anos 69 e 70 que se elevou o grau de combatividade e resistência. Na ocasião, a 30ª gestão optaria pela luta armada e pela guerrilha. Contudo, havia um racha no movimento, mais precisamente entre Luís Travassos e José Dirceu. Ambos defendiam a derrubada da ditadura, porém o método era divergente. Enquanto Travassos defendia o posicionamento de que as decisões deveriam ser tomadas pela base, ou seja, todas as decisões deveriam primeiramente ser discutidas pela massa estudantil e levada a plenária. José Dirceu e Vladimir Palmeira defendiam a posição do diálogo com o governo, só assim, poderiam comprovar a tese de que não havia possibilidade de diálogo entre os estudantes e o governo.

A vanguarda do movimento estudantil enfrentou esta situação da pior maneira possível. Em primeiro lugar, o sectarismo que a dividia e quase levou à cisão da UNE, muitas vezes cegou os dirigentes para a necessidade de redefinir alianças e posições frente ao perigo crescente da onda repressiva. Em segundo lugar, quase todas as tendências do movimento estudantil consideraram a ofensiva de direita expressa no AI-5 como um sinal de fraqueza do regime. Muitas das lideranças estudantis e inúmeros militantes viram chegada a hora do enfrentamento radical e aderiram aos grupos de guerrilha urbana, outros se

propunham a “mobilizar as massas” para “responder golpe por golpe” à ditadura militar. (HISTÓRIA DA UNE, 1980, p. 83).<sup>68</sup>

Quando da sanção do AI-5 (1968), os estudantes precisaram avançar enquanto grupo procurando elevar seu grau de luta, suas táticas e estratégias de resistência, buscaram inspiração na obra de Lênin. Este afirmava em 1919, “[...] deve-se saber opor resistência, enfrentar todos os sacrifícios e, se for necessário, recorrer a todo tipo de astúcia, de esperteza, de métodos ilegais, às reticências, à ocultação da verdade, contando que se possa penetrar nos sindicatos, permanecer neles, realizando em seu interior, a todo custo, um trabalho comunista”. (LÊNIN, 1983, p. 275).

Isso foi exatamente o que fizeram e fazem os comunistas e os que usavam suas táticas no seio das organizações democráticas. O Estatuto da UIE reconhecia que a organização assegurava a todos os jovens o direito e a possibilidade da instrução, independente das convicções políticas e religiosas, promovia entre os estudantes o amor à liberdade e à democracia e o apreço à cultura de todos os povos<sup>69</sup>, lutava pela eliminação de qualquer traço de ideologia fascista e de expressão dos institutos educativos. Entretanto, liberdade, democracia e opressão eram palavras que eram interpretadas de maneira diversa pelos democratas e pelos comunistas. Sendo assim, não se pode conferir a UIE como organização representativa dos estudantes democráticos de todo o mundo.

Isso ajuda a entender porque as uniões estudantis de vários países filiados à UIE retiraram sua adesão ao Movimento Estudantil Internacional. Pois a UIE não cumpria seu papel perante a massa dos estudantes, uma vez que se negou a ajudar os estudantes expulsos da Checoslováquia, em 1948, quando do Golpe de Estado naquele país. Muitos alunos e professores não comunistas foram expulsos e perseguidos e a UIE não fez nada por eles. Isso foi de certa forma a “gota d’água” para que outras uniões nacionais abandonassem também

---

<sup>68</sup> Depoimento de ex-dirigente da UNE – Jean Marc Von Der Weid: presidente de abril de 1969 a setembro de 1969. (HISTÓRIA DA UNE, 1980, p.81).

<sup>69</sup> O espírito de liberdade, democracia contidos no terceiro parágrafo acima estão intimamente ligados e referendados na *Carta de Punta Del Este* de agosto de 1961, onde o modelo educacional proposto aos países latinos e particularmente ao Brasil, deveria ter como elemento primordial o desenvolvimento integral de cada ser humano, onde o espírito individual do homem se fortaleceria como parte decisiva na manutenção do pleno desenvolvimento social econômico. A educação neste momento histórico, tinha o caráter específico de diminuir os altos índices de analfabetismo nos países latinos, otimizar programas de educação em massas e servir como parâmetros para a aplicabilidade dos recursos financeiros adquiridos com os convênios estabelecidos durante a reunião no Uruguai, no ano de 1961. As metas deveriam ser seguidas à risca, a fim de habilitar culturalmente os povos da América Latina. Os princípios estabelecidos no plano de educação nos apresentam a influência das

essa entidade. Assim pode-se dizer que a partir de 1950 a UIE se transformou numa organização para-comunista. (FLORIDI, 1973, p. 109).

Os estudantes brasileiros continuaram filiados a UIE até 1952. Nesse ano, a ala dos democratas reconquistou o comando da organização e decidiram aderir ao COSEC<sup>70</sup>. Durante a realização do *XXII Congresso da UNE*, as esquerdas tentaram, sem êxito, restabelecer as relações com a UIE, mas apenas em 1960 quando da realização do *Fórum Latino-Americano dos Estudantes Secundários* apoiados pela UIE, os contatos foram retomados. Em 1961, a UIE financiou o *Seminário Latino-Americano pela Reforma Universitária*<sup>71</sup>. Em 1962, a UIE tomou parte no *XXI Congresso da UNE* no Hotel Quitandinha em Petrópolis, Rio de Janeiro.

Em 1963, realizou-se em Salvador, Bahia, o *Seminário do Mundo Subdesenvolvido*, organizado conjuntamente pela UNE e UIE. De 25 de outubro a 02 de novembro de 1963, um delegado da UNE se encontrou, em Jacarta, com os representantes da China, da Argélia e de Cuba para discutir a convocação de uma *Conferência dos Estudantes da América Latina, da Ásia e da África*. Em novembro do mesmo ano, dirigentes brasileiros tomaram parte em uma *Semana Estudantil Latino-Americana*, em Havana, dirigindo-se depois a Praga, onde, na sede da UIE, estabeleceram contato com o representante da mesma, com o qual trataram de aspectos da política internacional da entidade brasileira<sup>72</sup>.

No mês do Golpe de 64, a UNE enviou delegados ao *segundo Congresso Latino-Americano da Juventude de Santiago do Chile*, patrocinado pela UIE: a Secretaria Executiva da Comissão Organizadora do Congresso foi confiada a UNE. Para o Brasil, ainda neste mesmo ano, estava programado o *Seminário Latino Americano pela Reforma e a Democratização do Ensino Superior*, em Belém, patrocinado pela UNE e pela UIE, mas não ocorreu devido ao Golpe de 64.

Nos intensos contatos da UNE-UIE, havia nos bastidores “elementos” do comunismo nacional e internacional. Por ocasião do golpe, vários estrangeiros suspeitos de estarem

---

idéias da filosofia positivista, onde a educação moral, afetiva, intelectual e cívica leva o homem a desenvolver o sentimento nacionalista de amor ao território nacional e de fraternidade na cooperação cidadã.

<sup>70</sup> O COSEC foi uma via para o movimento estudantil brasileiro e latino americano separar e medir forças com a UIE.

<sup>71</sup> Seminário que estudou a reforma de ensino para os países latino-americanos. (REFORMA..., 29 mar, 1961).

promovendo campanhas pró-comunismo no país foram presos. Um deles foi Jaimovitch<sup>73</sup>, filho de húngaros, que já em 1947 fora delegado do Brasil no *6º Festival da Juventude em Moscou*. Por ter posses e condições materiais era a pessoa que dava suporte para as reuniões fechadas da UNE. Tinha influência no PCB e por isso, conseguia que vários materiais do M.E fossem publicados na tipografia deste partido. Percebe-se desse modo, que a atividade da UNE, no campo internacional, desenrolava-se, nos últimos anos que antecederam o Golpe de 64, quase exclusivamente em colaboração com associações, sob a orientação de guias comunistas. O período que compreende 1960 a 1964, foi onde ocorreram intensas atividades política da UNE interna no país e no exterior.

Merece particular menção a atividade desenvolvida pelos estudantes brasileiros com o objetivo de criar uma organização estudantil latino-americana. Nos anos 50, a UNE já tinha uma idéia, um projeto enviando representantes a todos os países da América Latina para estudar “*in loco*” as condições dos estudantes e convidá-los para a primeira reunião de uma projetada *Organização Continental Latino-Americana dos Estudantes (OCLAE)*<sup>74</sup>, que teve lugar, efetivamente em Montevidéu, em 1952. Naquela ocasião, a UIE procurou intervir, mas a manobra foi frustrada pela UNE, que precisamente naquele ano separara-se dela para aderir ao COSEC. (UNE, 1959, p. 27).

Em 1965, a Ação Popular fez um relatório sobre a política estudantil internacional e sobre o Movimento de Educação Brasileira (MEB) até aquele momento. Dizia o relatório que a UNE,

---

<sup>72</sup> Essas informações são tiradas da citada “UNE em foco”, que se transcreve de relatórios oficiais da UNE. Neste mesmo ano, uma delegação de sete elementos da UNE participam do 9º Congresso da UIE, obtendo uma das vice-presidências, material de propaganda e 10 mil dólares para as “necessidades mais urgentes”.

<sup>73</sup> Jaimovitch de 1947 a 1963, foi um dos grandes articuladores da UNE, ocupou vários cargos no M.E, coordenando Fóruns, Seminários, Festivais e colaborou por último para a preparação do *Seminário sobre o Mundo Subdesenvolvido*, em Salvador, Bahia. Outra pessoa de nome destacado na UNE foi o de Zuleika Alambert, com o apelido ou codinome Berta Júlia, membro do PCB em Santos, fez curso de formação marxista em Praga, participou de cursos em Moscou, representou o M.E várias vezes nos movimentos internacionais até que em 1960 foi presidente do primeiro *Congresso Latino-Americano*, em Havana, e dirigiu um grupo brasileiro no *Seminário Latino-Americano pela Reforma Universitária* na Bahia. Em 1961, assistiu ao *Fórum Mundial da Juventude em Moscou*. Em 1963, dirigiu o *Seminário sobre o Mundo Subdesenvolvido*, em Salvador, Bahia. Em 1964, participou como dirigente da delegação brasileira do segundo *Congresso Latino-Americano da Juventude*, promovido pela UIE e pela União Cubana dos Estudantes, em Santiago, Chile.

<sup>74</sup> Os segundo e terceiro Congressos do OCLAE, em 1953 e 1959, foram determinantes e impuseram grande influência sobre o futuro da política estudantil. A orientação dada era a de que os ensinamentos e ações das UNEs seguissem o laicismo e o socialismo. A UNE, que desde 1959, fora reconquistada pelas alas esquerdas, não fez qualquer oposição. Em 1966 se reuniu em Cuba a *Conferência Tricontinental*, que elaborou um plano de ação estudantil para a América Latina e decidiu convocar para julho do mesmo, em Havana, o quarto OCLAE. A linha adotada neste congresso foi a castrista da recém-nascida Organização Latino Americano de Solidariedade (OLAS).

depois de um período de afastamento, voltou a filiar-se a UIE em 1951, decisão tomada em congresso. A AP via a UNE como uma das mais fortes representações estudantis nacionais, se não a mais forte, isso porque: 1) conseguia reunir mais de 100 mil universitários nas ruas, quantidade enorme no contexto internacional; 2) Entidade máxima em um país tão importante que buscava sua emancipação; 3) Preservava as eleições “democráticas” como forma de organizar o ME e eleger seus líderes, todos representantes universitários e com liderança ampla em qualidade e em quantidade; 4) Manteve sempre um equilíbrio médio, mesmo quando estava a reboque de outros países; 5) Teve firmeza na maioria das vezes quando se tentou atingir a massa estudantil. (DREIFUSS, 1981, p. 282-290). Segundo esse relatório, a UNE teve condições de dar corpo à idéia de uma nova estrutura do movimento internacional (UIE), lutando por uma causa mais justa, e que justificasse a existência do próprio movimento, que foi a luta pela libertação e emancipação dos povos subdesenvolvidos, mas não o fez porque:

Faltou para o M.E uma visão mais clara do problema precisamente quando a UNE teve nas mãos, os melhores anos de sua existência.<sup>75</sup> b) Não teve uma linha definida, fruto de discussões comuns, pelo contrário, assumiu-se nas reuniões internacionais, posição divergente segundo a inclinação de seus representantes<sup>76</sup>. c) A falta de uma posição mais definida impediu de certa forma que se formasse uma corrente mais forte no seio da entidade e isso fez com que as decisões se inclinassem para o lado do bloco soviético. d) Faltou preparar o chão. A política interna não fez correto o dever de casa. Podemos dizer que A UNE, não conseguiu alinhar todos os seus quadros se tornando algumas vezes massa de manobra. e) Com a inexperiência de participar em reuniões internacionais, a UNE sempre enviava alguns membros para participar do movimento internacional e seus representantes acabavam por aceitar tal política. F) Jamais teve participantes efetivamente na COSEC, tendo em vista que a própria COSEC não conseguiu obter concessões ou manobras tão freqüentes na política estudantil internacional. G) Nossa posição política não era considerada correta e foi defendida esporadicamente em alguns encontros internacionais. (FLORIDI, 1973, p.117).

A UNE perdeu créditos internacionalmente, quando ocorreu o golpe em 64. Na ocasião do momento estava se realizando em Belém o *Seminário Latino-Americano sobre a Reforma e Democratização do Ensino Superior*, onde, no ato da realização desse Seminário a maioria dos participantes foi presa por vários dias e logo depois, foi obrigada a deixar o país. Essa imagem negativa do Brasil ficou marcada na memória daqueles jovens estrangeiros, que

<sup>75</sup> Referência à influência católica no movimento estudantil.

<sup>76</sup> Acredita-se que pela possível falta de discussões comuns entre os membros dos diretórios, o que pesava no final era apenas a posição ou melhor a visão do representante nos congressos e seminários.



acabaram vendo um país às vésperas de um Golpe de Estado. O golpe de 1º de abril de 1964 daria uma nova configuração ao movimento.

### 3.2 A UNE APÓS O GOLPE DE 64

A ditadura militar fez da UNE sua maior vítima. A repressão, a tortura e a perseguição política-ideológica foram algumas das armas usadas para conter a massa estudantil e seu avanço nas campanhas nacionais e manifestações reivindicatórias. Em 1964, quando a notícia de que o presidente fora destituído do posto, no mesmo momento, a sede da UNE, localizada na Praia do Flamengo, fora incendiada. A rivalidade entre os grupos que disputavam a direção da entidade era enorme. E os que atearam fogo viam o M.E como um instrumento de subversão e da penetração das forças comunistas internacionais no país, devido as relações descritas anteriormente. De início a UNE não foi extinta como afirmam muitos pesquisadores, mas suas atividades foram suspensas e proibida qualquer manifestação de cunho político-ideológico. As universidades no geral foram expurgadas, como insistia em afirmar o novo Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, onde os estudantes pegos em atos de revolta ou de rebelião, apurados através de inquérito militar eram condenados com o rigor da lei. A repressão aos estudantes se agravou quando da sanção da Lei 4.464, em 09 de setembro de 1964, com a qual a UNE, a UBEs e as outras uniões estudantis estaduais e metropolitanas foram suprimidas e substituídas por novos organismos vinculados ao Estado. (LEI..., 01 set. 1964).

A lei era severa, e pretendia fazer uma varredura entre os “estudantes profissionais”<sup>77</sup> uma vez que estes na visão dos ditadores só agitavam política e ideologicamente as bases estudantis e tratando-se de ditadura militar, esses estudantes poderiam de certa forma subverter politicamente os demais a não aceitar os expurgos da Lei 4 464. A lei veio para proibir a eleição nos órgãos acima mencionados de estudantes fora de curso e que não freqüentavam as aulas. Institui o voto obrigatório a todos os alunos e nenhum estudante poderia prestar exame parcial ou final imediatamente após ter votado, mas, a pior e mais drástica medida posta em funcionamento pela *Lei Suplicy* foi o corte de verbas, ou seja, a

---

<sup>77</sup> Os “*estudantes profissionais*” segundo os militares golpistas eram aqueles estudantes que permaneciam vários anos na universidade com a intenção de fazer política e não estudar. Esse era o discurso usado pela direita na tentativa de justificar o emprego da Lei Suplicy.

UNE perdeu os financiamentos oriundos do Estado e passava a depender somente do movimento popular. Nesse sentido, a falta de dinheiro por medida autoritária fez com que a UNE recorresse a outros movimentos organizados.

Em 04 de junho de 1964, o Ministro da Educação enviou seu anteprojeto de lei ao Congresso para aprovação. Nesse momento, estudantes e outras personalidades políticas e culturais faziam de tudo para impedir sua aprovação. Os estudantes contavam com o apoio da maioria dos deputados, mas mesmo assim foram surpreendidos e a lei foi aprovada por uma diferença mínima de votos<sup>78</sup>.

A revolta era tamanha por parte dos estudantes que Antônio Figueira Filho, em nome de seus colegas cariocas, enviou um telegrama ao presidente Castelo Branco pedindo-lhe que os jovens brasileiros não fossem marginalizados, pois, eles só queriam o bem do país. O estudante nesse telegrama cobrava do presidente da república o entendimento verbal entre Castelo Branco e líderes estudantis. (ESTUDANTE..., 7 abr. 1964).

Num clima de descontentamento com a atitude tomada pelo ministro Suplicy, Hélio de Almeida, um amigo na época de faculdade enviou ao ministro Suplicy uma carta ressaltando a necessidade de se respeitar o M.E e advertindo um velho colega de faculdade para que não adotasse medidas autoritárias contra uma camada da sociedade que muito importava ao país. A carta foi transcrita na sua integridade para não haver dúvida do seu conteúdo:

“Rio de Janeiro, 29 de junho de 1964”.

Profº Engº FLÁVIO SUP LIC Y DE LACERDA, Ministro da Educação e Cultura. Nesta. Excelência:

Não é o seu colega, engenheiro Hélio de Almeida, quem se dirige a Vossa Excelência. Tampouco o presidente do clube de Engenharia. E muito menos o ex-ministro da Viação e Obras Públicas. Quem lhe escreve é o presidente da UNE nos idos de 1942/43.

Tomo conhecimento pelo noticiário jornalístico, que Vossa Excelência enviou ao Presidente da República, anteprojeto de lei dispondo sobre os órgãos de representação dos estudantes de ensino superior. Leio o seu texto, publicado na íntegra. Lamento-o.

Diz o artigo 20: “*Ficam extintas a União Nacional dos Estudantes*” e outras entidades estudantis especificamente mencionadas.

Diz o artigo 11: “*Não poderão ser consignados no orçamento da União, dotações permanentes, mas apenas auxílios financeiros eventuais*”, os quais,

<sup>78</sup> O Congresso Nacional aprovou por 126 votos a favor, 117 contra e 5 abstenções, o projeto que "extinguiu" a UNE. Criando para substituí-la um Diretório Nacional dos Estudantes, com sede em Brasília e que poderia reunir-se ordinariamente no período de férias escolares. (HISTÓRIA DA UNE, 1980, p.33).

entretanto, nos termos do parágrafo único, “*não poderão ser destinados a serviços assistenciais prestados por órgãos de representação estudantil, devendo tais serviços, para existirem, ser mantidos exclusivamente com a receita ordinária das entidades ou com auxílios e contribuições*”.

Diz o artigo 12: “*É vedado aos órgãos de representação estudantil por si ou pelos que a exercem, qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político*”.

Permita, Excelência, que alguém que foi representante de sua turma no Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Engenharia em todos os cinco anos de duração do seu curso civil e eletricitista; que ocupou a presidência desse mesmo Diretório Acadêmico; que foi presidente do Diretório Central de Estudantes da Universidade do Brasil e, finalmente, presidente da UNE, venha agora, até Vossa Excelência, manifestar-lhe, de forma franca e leal, suas objeções aos termos em que foi colocado tão transcendental problema. Meu objetivo é um só: colaborar para que não se pratique um erro.

Estou de pleno acordo em que se vedem aos órgãos de representação estudantil atividades político-partidárias ou de faccionismo ideológico. Vedar-lhes, entretanto, “qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político” seria excluir da vida nacional uma de suas mais legítimas, puras e autorizadas parcelas.

Afinal, a maioria dos universitários é composta de maiores de 18 anos. A própria Constituição Federal (art.131) lhes assegura, assim, o direito de voto. Reconhece neles, portanto, maturidade política. Por que impedi-los, então, de manifestar-se em questões de política geral, através de seus órgãos de representação? Não deve ser esta, bem, entendido, a finalidade precípua das entidades universidades. Antes mais nada, devem elas dedicar-se à defesa dos interesses dos estudantes e ao desenvolvimento e aprimoramento de ensino. Mas sua voz \_\_ pela pureza dos ideais que representa a nossa mocidade \_\_ deve ser ouvida em todas as decisões que interessem no processo político nacional.

Recordemos, senhor ministro, fato histórico ocorrido há 22 anos. Travava-se, no mundo, a pior das guerras. O Governo brasileiro não se definira, ainda, ante o conflito. Os estudantes \_\_ lembra-se Excelência? \_\_ vieram às ruas. Organizaram através da UNE, comícios e passeatas. Juntaram-se a outras forças vivas da nação para reclamar do governo aquilo que estava no coração do povo: nossa adesão às forças democráticas que lutavam, pela liberdade, contra o nazi-nipo-fascismo. Não nos esqueçamos, os estudantes de então, que o dever primeiro do estudante é estudar. Mas sabíamos que o estudo sob a égide de um regime totalitário, não serve ao progresso e a justiça social. Mister seria evitá-lo. E o fizemos, Excelência. E comemoramos, anos depois, a vitória que foi do mundo democrático, mas foi também do Brasil e foi também da UNE. Foi uma atitude política, senhor ministro, eminentemente política, a posição assumida pela UNE. Mas, no meu entender, acertada e necessária.

Por outro lado, por que, senhor ministro, proíbe Vossa Excelência as dotações orçamentárias permanentes aos órgãos de representação Estudantil? E por que proíbe que as dotações eventuais possam ser destinadas a serviços assistenciais? Volto, novamente, a 1942. Lembro-me bem do que representou para a mocidade acadêmica de então a inauguração do nosso restaurante estudantil (hoje a cargo da UME, no Calabouço); a instalação do serviço de assistência dentária; o incentivo ao teatro universitário, com a contratação de um então quase desconhecido diretor polonês chamado Ziembinski; a realização de aulas de pintura com o concurso de um ainda não famoso artista, de nome Guignard; a edição de livros técnicos a preço de custo, o primeiro deles de autoria do saudoso Ary Franco. Todas essas coisas foram então feitas,

por uma equipe de esforçados, que não contava com verbas de vulto. Mas forçoso é reconhecer: quanto mais poderia ter sido feito, senhor ministro, se amparada a UNE então por dotações federais.

Noto, no texto do decreto, a preocupação de vedar, proibir, extinguir. Quando em se tratando de lavra de um educador a tônica deveria ser compreender, amparar, encaminhar. A existência de uma UNE, órgão de cúpula de todas as representações de estudantes universitários, deve interessar sumamente a qualquer ministro da Educação. Por isso que é através dela que o ministro sentirá as aspirações de toda a classe, filtradas através as entidades de grau inferior, mas chegando até ao ministro íntegras, diretas, legítimas e não por interpostas pessoas ou expedientes, distorcidas em sua tramitação pela falta de unidade e autoridade que só um órgão máximo de representação pode interpretar.

Dirá Vossa Excelência que sou condescendente, apenas ressaltando as qualidades da UNE e não mencionado seus defeitos. Admito, senhor ministro, que a UNE cometeu erros em seus quase trinta anos de vida. A maneira de evitá-los, no futuro, não será, entretanto, pura e simplesmente promulgando-se uma lei que reze: “Fica extinta a UNE”. Se quisermos, realmente, manter em nosso país um regime democrático \_\_ que é, estou certo, o pensamento da maioria esmagadora de nosso povo \_\_ utilizemos processos democráticos em sua própria defesa. Para impedir que a UNE venha a ser eventualmente dominada por uma minoria que não interprete o consenso geral dos universitários, permitamos apenas aos estudantes legítimos o direito de se tornarem candidatos, tornemos obrigatório o voto dos estudantes nas eleições de representação \_\_ como, aliás, se acha previsto, de forma positiva, no anteprojeto de lei ora analisado.

Medita bem, Excelência: o fechamento da UNE e o cerceamento da ação das entidades estudantis brasileiras tem merecido o repúdio de todos os órgãos de representação universitária brasileira, mesmo daqueles que se opunham à última administração daquela entidade. Até os estudantes norte-americanos, através de sua Associação Nacional dos Estudantes dos Estados Unidos (que lá eles têm, também, a sua “UNE”, não me constando qualquer intenção do seu governo visando a extingui-la) já manifestaram o seu ponto de vista, também contrário aos termos em que foi o problema focado pelo ministério ora entregue a Vossa Excelência.

Aceite, Excelência, o clamor dos que estudam e querem ter incólumes suas entidades representativas, desde as de grau inferior até a de grau máximo \_\_ sem a qual qualquer estrutura organizacional será falha e incompleta. Quem derem dispor de recursos, da compreensão e do amparo do Governo federal para suas atividades naturais \_\_ inclusive as de caráter assistencial. Quem querem, afinal, não lhes seja cassado o direito de participar da vida nacional \_\_ não apenas no âmbito interno das universidades, onde ganham os ensinamentos que os tornarão profissionais capazes de produzir para o progresso do país, mas, também, fazendo ouvir a voz da mocidade \_\_ na pureza dos ideais que a caracterizam \_\_ no encaminhamento dos problemas nacionais. Não faça calar, senhor ministro, a opinião daqueles que se preparam para assumir, em breve, a responsabilidade dos destinos da nação. Atenciosamente”. (ALMEIDA, 1965 apud. MOREL, 1965, p. 230-233).

Por todo o Brasil ocorreram várias manifestações dos estudantes contrários à *Lei Suplicy*, por que ela implicaria instaurar no movimento estudantil o “peleguismo” como forma de dismantelar toda ação de estudantes dentro das escolas e universidades tida pelos militares

como ação subversiva. Para o ministro Suplicy de Lacerda, sua lei garantiria a liberdade de voto dos estudantes até porque até os alunos contrários à formação cristã e democrática poderiam eleger seus representantes. Esse mesmo ministro declarou que a Reforma Universitária, bandeira do M.E não interessava apenas à ala de esquerda. Todos estavam ansiosos por essa reforma, os de esquerda, direita e centro, e que o ministério da Educação faria uma reforma com a participação dos alunos e professores e que respeitaria a autonomia universitária acima de tudo.

O discurso foi perfeito para a ocasião. A falácia do ministro não mudou o posicionamento da UNE, pelo contrário, fez esquentar ainda mais os conflitos entre estudantes e militares. O Governo Militar não mediu esforços para reprimir os movimentos que rompiam pelo país. A intervenção nas universidades se tornou prática cotidiana, mas a que mais sofreu foi a UnB, onde a maioria dos professores foram demitidos de seus cargos.<sup>79</sup> Na realidade a *Lei Suplicy*, pôs “lenha na fogueira”. Os estudantes começaram a perceber como de fato funcionava uma ditadura e que a organização da UNE pós-golpe de 64 era imprescindível para a existência, a efetivação das medidas e ações tomadas anteriormente pelos estudantes nos *I, II e III Seminário Nacional de Reforma Universitária*.

O conflito estudantes-Suplicy radicalizava-se cada vez mais, precisamente porque os estudantes não queriam renunciar às suas bases políticas, bem visíveis em seus Congressos e Seminários, enquanto o ministro queria do alto, por meio de decreto e atos, as condições e os termos da reforma. Os estudantes não cederam, preparavam-se para a pior batalha: entre os dias 24 e 25 de julho de 1964 reuniu no Restaurante “O Calabouço”, em caráter extraordinário, um Conselho Nacional dos Estudantes<sup>80</sup> com o objetivo de eleger uma nova diretoria da UNE; tendo a precedente sido dissolvida pelo governo e encerrado seu mandato no dia 20 de julho de 1964.

---

<sup>79</sup> O movimento operário, assim como o M.E foi marcado pela repressão. Com o fechamento de entidades sindicais, invasão e prisão de seus vários líderes, os movimentos populares tendiam à união para fazer a resistência. O arrocho salarial impulsionava os comandos de greve a defragarem greves por todos os lados, inclusive nos quartéis militares. A repressão chegou também aos quartéis, pois havia um certo descontentamento entre alguns escalões. Isso não poderia ocorrer, até porque, os militares agora estavam no poder.

<sup>80</sup> A missão dessa nova diretoria foi fixada em três pontos: impedir que o Congresso Nacional aprovasse o projeto Suplicy; recuperar a sede da UNE na Praia do Flamengo; convocar para o próximo ano o “XXVII Congresso da UNE”. (XXVII..., 22 agos. 1964).

Antonio Figueira Filho, presidente da União Metropolitana dos Estudantes de São Paulo tentou uma aproximação com o presidente Castelo Branco na tentativa de anular os efeitos da lei, mas, não obteve êxito, pois, segundo o ministro Suplicy, a lei veio para pôr ordem nas universidades brasileiras. Nesse sentido, seriam criados o Estatuto do Estudante e do Professor, que segundo o próprio ministro corrigiria os “defeitos” de todos os órgãos estudantis. Com o Estatuto veio o Decreto-lei nº 4 105 proibindo as greves estudantis, que eram o primeiro entrave para o Governo Militar.

No jornal *Diário de Notícias* de 06 de outubro de 1964 estava implícita a reivindicação da UNE e seu descontentamento pela forma como eram conduzidas as políticas educacionais, principalmente, sobre a entidade representativa dos estudantes: “Fizemos ver ao presidente Castelo Branco que a UNE era uma conquista dos estudantes e que não poderia desaparecer de um momento para outro, deixando lugar a outras organizações que, embora sendo aparentemente idênticas, não podem comparar-se com ela”. (UNE..., 6 nov.1964).

Altino Dantas (1980, p. 32), que assumiu a direção da UNE após o Golpe de Estado, fez referências significativas a respeito da condução do M.E face à repressão imposta:

“[...] O golpe civil-militar de 1º de abril de 1964 voltava toda a sua ferocidade à classe operária, muito mais pelo que ela poderia avançar do que de fato pelo que avançou até aquele momento. [...] os estudantes foram atingidos pelo crime que muito os honra de ter procurado se colocar ao lado dos trabalhadores”.

A partir desse momento, a luta dos estudantes se efetivou e intensificou, diferente da condução anterior, pois então se tratava não só lutar, mas, resistir contra a brutalidade da lei:

“[...] o fato é que o ano de 1967 foi marcado por uma grande repressão contra o M.E, mas que nem de longe teve a amplitude da perseguição ao Movimento Operário. Fechamento de entidades, invasão, prisão de quase toda a liderança mais ativa dos estudantes. Não foram presos os que conseguiram se exilar. A repressão referendada pela famigerada *Lei Suplicy* acabou por unir ainda mais o M.E no sentido da reorganização. (DANTAS, 1980, p.32).

Para a UNE, a tarefa então era reorganizar e mobilizar os estudantes pelas principais capitais do país. Com as lideranças perseguidas, as entidades estaduais fechadas, a reorganização não

podia hesitar e devia tomar caminhos políticos para a efetivação e a garantia de infra-estrutura necessária para os trabalhos daí em diante. Assim:

Lançou-se em São Paulo o plebiscito sobre a *Lei Suplicy*, que tinha muito mais a função de mobilizar e ampliar a discussão dos aspectos repressores da lei do que propriamente atingir algum resultado prático como a revogação da lei, por exemplo. Muito mais que revogar, entendíamos que o mais correto era derrotar a lei. Começado em São Paulo, aquele plebiscito se realizou por que quase todo o Brasil e cumpriu suas finalidades mobilizadoras. (DANTAS, 1980, p.33).

A partir daí, a luta para boicotar o novo órgão estudantil (DNE) criado pelo governo militar tornou-se o objetivo principal da UNE. A União Metropolitana dos Estudantes de São Paulo promoveu uma pesquisa entre os estudantes para documentar a oposição à *Lei Suplicy*. Realizada em abril de 1965, a pesquisa foi muito desorganizada e não deu os resultados esperados. No Rio de Janeiro e no Estado da Guanabara, de 24.513 estudantes, votaram apenas 7 583. (ESTUDANTES..., 14 nov. 1964). Quanto a São Paulo, a UNE declarou, que 80% dos estudantes eram contrários à lei. A pergunta apresentada era: Concorda com a lei 464 que limita a autonomia dos órgãos estudantis: sim ou não? No Jornal de 29 de abril de 1965 foram publicados alguns resultados:

Eis alguns resultados da PUC do RJ: na Engenharia, de 1068 alunos, votaram 537, contrários 338; Direito, 225 alunos, votantes 222, contrários 200; Filosofia, alunos 617, votantes 416, contrários 299; Sociologia, alunos 222, votantes 155, contrários 140. Na UFRJ: Engenharia e Química, alunos 2557, votaram 1 803, contrários 1 504; medicina, alunos 1 215, votantes 431, contrários 417. (PESQUISA..., 29 abr. 1965).<sup>81</sup>

Outra forma de atacar a *Lei Suplicy* foram as primeiras eleições dos novos órgãos estudantis. Estudantes de 13 estados e do Distrito Federal reuniram-se durante seis dias em congresso, com a finalidade de discutir a atitude a adotar. A mais radical, de abstenção total, não conseguiu a aprovação da maioria porque teria causado aos estudantes a perda de um ano. As outras soluções foram: recomendar aos universitários que votassem em branco, boicotando a lei, mas de maneira geral, criando depois um clube ou outras associações de regime próprio; na eventualidade de que fossem apresentadas listas de oposição e vencessem, seus componentes deveriam renunciar, mostrando assim a oposição à lei; não apresentar listas de

<sup>81</sup> A pesquisa não se completou, então, não se pode afirmar qual o motivo dos estudantes de não revelar em público sua opinião política. Contudo, era grande o medo da repressão aliado aos mecanismos da lei na hora de votar.

modo que não houvesse em quem votar. Apesar de o Congresso ter aprovado, com 224 votos favoráveis, 71 contrários e 2 abstenções, o não enquadramento das próprias entidades nos esquemas da lei,<sup>82</sup> as divergências nele surgidas enfraqueceram a oposição do movimento estudantil. Ex-dirigente da UNE em depoimento revelou que, “[...] estudantes reuniram-se num Congresso Nacional que, como decisão mais importante, determinou o boicote a *Lei Suplicy*, transformando o dia 16 de agosto no Dia Nacional do Repúdio à Política do Ministro da Educação, bem como defendiam a autonomia e reforma universitária, e destacava a luta contra o acordo MEC-USAID”. (DANTAS, 1983, p.33).

Apresentava então alguns motivos que de certa forma enfraqueceram ao UNE diante da lei Suplicy. Na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, por exemplo, foram apresentadas duas listas contrárias à *Lei Suplicy*: a primeira, chamada *Lista Diretório Acadêmico Livre* venceu por 1121 votos contra 634 conseguidos pela segunda, menos radical, chamada *Luta Espírito Universitário*, que se declarou “dentro da lei, mas não a favor dela”. (UNE..., 17 ago. 1965). No Estado de São Paulo, cerca de 20 faculdades não apresentaram listas, mas a grande maioria dos estudantes votou, registrando assim a solução radical de total boicote a lei. As listas de oposição vencedoras se viram diante de um dilema: renunciar ou aceitar o mandato no âmbito da lei. (FACULDADES..., 15 ago. 1965).

A falta de maturidade política, e a inexperiência levou a UNE a passar por várias crises, em diferentes gestões. Assim, pode-se verificar, que o M.E, em conjunto, tendia a ser “indefinido”, aparecendo simultaneamente como politizado e despolitizado, conforme é possível examinar nas posições de líderes ou as ações dos estudantes em geral. Desse modo, a fraqueza da UNE não foi, só uma consequência do Governo Militar, mas, também, o racha interno na diretoria da entidade e a fraqueza do movimento em geral que permitiu ao Governo golpistas reorganizar as associações estudantis.

A radicalização do comportamento estudantil não era possível se os estudantes permanecessem isolados: foi preciso que o M.E recebesse apoio de outros setores sociais para poderem obter as transformações político-econômico-sociais às quais aspiravam. Daí, então, a importância e, ao mesmo tempo, a responsabilidade não só política, mas também de outros

---

<sup>82</sup> O Congresso Nacional aprova projeto que extingue a UNE. (UNE..., 28 out. 1964).



setores reivindicatórios contrários aos desmandos dos militares. Foi o que se viu muito claramente nas greves estudantis de 1966.

A ordem estabelecida, em 1966, pela UNE, foi a de que todos os estudantes das universidades federais, mesmo podendo fazê-lo, não pagassem as anuidades, estabelecidas pelo governo para os alunos que estavam em condições de pagá-las. A decisão da UNE foi justificada com a afirmação de que os estudantes manifestavam sua solidariedade com toda a população. Lutando pela gratuidade do ensino superior, estavam lutando também pela democratização de todo o ensino e suas distorções.

A contradição por parte do governo era evidenciada, onde o governo dispunha de poucos recursos. Como se queria que o número dos estudantes universitários aumentasse, era necessário que aqueles que pudessem, pagassem. E era preciso também favorecer os institutos privados e as fundações. A posição da UNE, era de que todos deveriam estudar gratuitamente e combater a privatização. Essa posição foi vista por boa parte da sociedade como meio de manter os “privilégios” e aumentar as tensões na sociedade para chegar a uma derrubada do governo. Os protestos por mais verbas e mais vagas para o ensino superior já ocorriam há algum tempo, uma vez que o descontentamento gerava protestos e manifestações político-partidário dentro da própria UNE.

As greves foram anunciadas no jornal Última Hora. A edição falava de greve de três dias, com a participação dos estudantes secundários e a adesão das universidades de outros Estados. Os estudantes conseguiram penetrar nas dependências da Assembléia Legislativa e, enquanto eram recebidos por deputados, o próprio reitor da UFMG protestava contra a violência da polícia e os intelectuais mineiros se solidarizavam com os grevistas. (UNE..., 15 mar. 1966).

Altino Dantas Junior, ex-dirigente da UNE comunicava que a organização realizaria seu *XXVIII Congresso em Belo Horizonte*, o que provocou a reação de parte dos estudantes e das organizações que em 1964 tinham impedido o congresso que realizaria na época, não permitindo que Leonel Brizola falasse na capital mineira. Apesar da proibição da polícia, os

delegados tiveram apoio de padres franciscanos e deram condição para a realização do *XXVIII Congresso da UNE*.<sup>83</sup> (ESTUDANTES..., 13 jul. 1966).

Em declaração feita pelo ministro Juracy Magalhães ao *Jornal Última Hora*, pode-se verificar que este declarou que iria fechar a UNE, considerando subversiva a ação da entidade. O pronunciamento teve ampla repercussão. (MINISTRO..., 17 dez. 1965). A UNE se reuniu com seus diretores e assinou um manifesto de repúdio à declaração do Ministro Juracy, seguia os termos:

A União Nacional dos Estudantes (UNE), hoje cada vez mais perseguida por representar o pensamento dos estudantes, ao se recusar a se compactuar com a traição à democracia praticada continuamente pelo Estado-Militar, manifesta a sua posição, repudiando as recentes manobras da ditadura, que se pronunciou pelo diálogo com os intelectuais, estudantes e trabalhadores. Tal diálogo é apenas uma tentativa de encobrir a impopularidade de uma ditadura repudiada pelos brasileiros, porque estes têm consciência que sua vontade não é respeitada, e que a democracia inexistente no país.

1 - Desde abril de 1964 vem o governo mantendo a nação em permanente clima de terror. A perseguição aos representantes de nossa cultura continuou sendo uma realidade. Vimos recentemente a prisão de oito dos mais expressivos intelectuais brasileiros, pelo simples motivo de terem se manifestado por Democracia e Liberdade. Ao mesmo tempo, assistimos o desmantelamento de nossas universidades e da autonomia universitária, como aconteceu recentemente na Universidade de Brasília.

2 - Pretenderam suprimir aos estudantes suas entidades representativas, através de intervenções em diretórios acadêmicos e UEEs, e por meio da lei 4.464, que criava o peleguismo no movimento estudantil, reconhecendo como lideranças e acenado com a bandeira da corrupção, através da promessa de um bilhão de cruzeiros, a oportunistas sempre repudiados nas eleições estudantis.

3 - Mas, são aqueles a quem o governo federal mais tenta envolver com suas manobras e demagogias, os trabalhadores, os mais perseguidos e reprimidos pelo governo da ditadura. Seus sindicatos foram fechados ou submetidos a intervenções que ainda perduram. O direito de greve foi praticamente suprimido. As conseqüências da política econômica da ditadura recaíram sobre os trabalhadores, agravando o desemprego e levando à miséria mais crítica, grande parte da população.

São, pois, os autores da perseguição e da violência que hoje falam em diálogo. Falam de aproximação. Falam de entendimento. O que na verdade propõem é que esqueçamos os gritos de colegas como Rui Guerra, da União Pernambucana de Estudantes, torturado na prisão. O que na verdade propõem é que esqueçamos os 3000 universitários presos, expulsos, expatriados, desde 1º de abril de 1964. Querem que ignoremos a mão esfacelada do colega Ezequias Gomes. Ferido na Guanabara. Propõem anular a juventude, moldá-la fascista, violenta, corrupta, transformá-la em força do peleguismo e não da renovação. Por isso nos dirigimos aos intelectuais, hoje, no sentido de que se unam a nós, na recusa deste diálogo, que não passa de um monólogo de imposição. Que, conosco, só aceitem o diálogo na medida em que cessem as

<sup>83</sup> Recomenda-se a leitura na íntegra dos depoimentos de ex-dirigentes da UNE. (HISTÓRIA DA UNE, 1980).

perseguições e violência. Na medida em que haja anistia. Na medida em que se respeitem os direitos fundamentais da pessoa humana. Voltamo-nos aos intelectuais, para que só aceitem o diálogo verdadeiro, e isto quando de fato, e não de promessa, se crie um clima de liberdade política cultural. Queremos lembrar-lhes que a história é irreversível, e que o julgamento das gerações é severo. E que os ideais se conquistam lutando, resistindo e sofrendo. (HISTÓRIA DA UNE 1980, p.35-37).

Este manifesto foi, principalmente, para alertar os intelectuais de que o Governo Militar estaria tentando enganá-los através do discurso. Assim, não mediria esforços para dar continuidade ao programa de segurança nacional. Em setembro de 1966, o novo ministro da Educação, o Sr. Raimundo Muniz Aragão, “tentou” iniciar um “entendimento sem prévias exigências ou condições” por parte dos estudantes, mas, eles já estavam decididos pelas grandes manifestações de rua, onde a manifestação culmina com o “dia do protesto nacional”. As universidades, do norte ao sul, entraram na resistência fazendo algumas exigências:

- a) revogação das punições impostas aos universitários;
- b) renovação, a partir de 1967, das taxas escolares “instituídas como primeiro passo para a privatização do ensino público, destinado à formação de elites”.
- c) Libertação de todos os estudantes presos;
- d) Reafirmação da autonomia universitária, com instruções aos reitores para que permitissem as reuniões estudantis, e à polícia, para que não intervisse nas sedes universitárias, reabertura com eleições livres, de todos os diretórios acadêmicos suspensos e revisão da *Lei Suplicy*.

Com a posse do presidente Costa e Silva, em 15 de março de 1967, e a formação do novo governo, algumas das exigências acima mencionadas seriam aceitas, incluindo a da revisão da *Lei Suplicy*. De fato, nos meses precedentes se tinham multiplicado as declarações de políticos e religiosos a favor dos universitários. Em São Paulo, os dominicanos tinham denunciado as violências cometidas pela polícia contra estudantes, professores, intelectuais e trabalhadores culpados de lutar pela liberdade de expressão, reunião e associação.

Os deputados do partido da oposição (MDB) tinham decidido formar com os estudantes na “luta pela democracia brasileira” a *Frente Ampla*,<sup>84</sup> novo grupo de oposição iniciado por

---

<sup>84</sup> A par das pressões contra o governo, exercidas pelo Movimento Estudantil e pela oposição sindical, entrava na cena política a Frente Ampla. A Frente passara a esboçar-se em 1965. Neste ano, o governador de Minas Gerais (Magalhães Pinto) e o governador da Guanabara (Carlos Lacerda) já faziam duras críticas ao governo castelista. Em 1967, eles organizaram a Frente Ampla de oposição às diretrizes de Costa e Silva. A Frente Ampla alcançava muitos setores da política brasileira, alimentando-se de políticos civis de orientação conservadora. A Frente Ampla ganhou partidários importantes, como os Ex-Presidentes Juscelino Kubistchek e João Goulart, o qual se encontrava exilado em Montevidéu, no Uruguai. A presença de Juscelino Kubistchek e de Jango dava maior credibilidade à Frente Ampla, alargando suas bases políticas, sindicais e trabalhistas. O governo Costa e

Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek. O primeiro foi acusado de ser um dos principais responsáveis pelas manifestações estudantis, mas, isso é um equívoco, até porque Carlos Lacerda jamais apoiou a UNE.

Com o ano de 1967, na expectativa das concessões que o governo poderia fazer no plano da política interna, a UNE deslocou seu ataque para as manifestações contrárias à penetração imperialista no ensino brasileiro e através de seminário sobre as forças imperialistas, saiu uma resolução<sup>85</sup> que tinha em vista um acordo que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) pretendia fazer com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) com o objetivo de aliviar o problema da falta de vagas e criar melhores condições para todos os graus de ensino.

Esse acordo já estava previsto na reunião em Punta Del Este em 1961<sup>86</sup>, quando da ocasião o Brasil como membro da Aliança Para o Progresso<sup>87</sup> assumiu compromissos que interfeririam sensivelmente nas políticas públicas daí em diante.<sup>88</sup> A estratégia imperialista para a América Latina aos poucos se concretizaria, uma vez que a maioria dos países assumiram compromissos com o governo americano em troca de assessoria técnica em forma de planejamento para eliminar o analfabetismo e aumentar os índices de expectativa de vida. Pode-se dizer, que os convênios assumidos pelo Brasil com a USAID, previa ainda a participação efetiva de assessores norte-americanos no sistema de ensino superior. A Reforma Universitária foi o pivô central para o início dos trabalhos de assessoria e planejamento.

---

Silva resolveu liquidar a Frente, pois a mesma atingia até mesmos grupos conservadores civis e militares, criticando a orientação governamental. Com o Ato Institucional nº 5 de 1968, o governo proibiu a Frente Ampla de organizar-se, de realizar comícios, reuniões e passeatas, bem como de publicar suas declarações políticas ou seus documentos. (VIEIRA, 1985, p. 26).

<sup>85</sup> O relatório foi extraído do Seminário da União Nacional dos Estudantes sobre a Infiltração Imperialista no Ensino Brasileiro. (GRÊMIO DE FILOSOFIA DA USP, jan. 1967).

<sup>86</sup> No Relatório da comissão de desenvolvimento internacional denominada Sócios no Progresso verifica-se que os países da América Latina naquela ocasião aceitaram as orientações e o princípio do planejamento em Punta Del Este.

<sup>87</sup> O programa adotado em 1961 por vários países do Hemisfério Ocidental tinham como objetivos principais reformar o aparelho estatal. A *Carta de Punta Del Este*, da Aliança para o Progresso, adotou um pacote de medidas para melhorar a habitação, a saúde, a educação e alavancar o desenvolvimento econômico latino-americano. Numa análise mais detalhada dos acordos feitos com as organizações multilaterais, Lester B. Pearson, em seu relatório descreve sobre as vantagens para as organizações multilaterais na realização dos acordos de assistência técnica, principalmente na elaboração e execução de projeto na área da educação. (IANNI, 1974, p. 98).

<sup>88</sup> A Aliança para o Progresso tinha como objetivo unir todas as energias dos povos e governos das Repúblicas americanas, a fim de desenvolver um magno esforço cooperativo que acelere o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos participantes, para que consigam alcançar o máximo grau de bem-estar com iguais oportunidades para todos, em sociedades democráticas adaptadas aos seus próprios desejos e necessidades.

O governo ditatorial, através desses convênios queria mostrar para a sociedade um verdadeiro “raio-x” da universidade brasileira. Então, três relatórios levantados pela ditadura citados anteriormente foram fundamentais para “diagnosticar” os “problemas” do ensino superior no Brasil segundo o Estado-Militar. Eis os relatórios: Relatório Atcon, Relatório Meira Mattos e Relatório do Grupo de trabalho da Reforma Universitária.<sup>89</sup> Os relatórios foram armas usadas pela ditadura para mostrar que a Universidade defendida estava muito aquém das necessidades da sociedade civil. Neste sentido, a reforma Universitária de 68 foi de certa forma resultados desse processo cíclico que o governo militar criou e engendrou como explicitado no capítulo anterior.

As comissões além de terem acesso livre para documentar a crise universitária, interferiram sensivelmente na Reforma de 68. Os pareceres emitidos por tais comissões influenciaram a política adotada a partir daí, para o ensino superior. Nesse sentido, o Ministro da Educação acatou as sugestões dos (GTs) em esfriar a ação estudantil e atrelar a educação de nível médio à lógica (capitalista) de mercado para frear o aumento do número de vagas no ensino superior, assim estaria minimizando um grave problema, mas não eliminando porque esta não era a verdadeira preocupação do Governo Militar.

No Jornal *Correio da Manhã*, verifica-se a seguinte leitura do pensamento da AMES e UBES contra o acordo MEC-USAID. Segue, então, as partes imprescindíveis:

A nossa observação da história mundial apresenta como um fato central à luta dos países dominados contra os países dominantes. As nações que alcançam um desenvolvimento capitalista, baseado na exploração desumana dos operários de seus países e que atinge uma saturação de seus mercados internos, têm a necessidade econômica de ampliar suas áreas de domínio. Este domínio se reflete em todos os seguintes aspectos da vida do país dominado: 1) aspecto econômico, que pode ser dividido em dois pontos: o primeiro, a instalação de monopólios nos países dominantes os quais, além de explorar a mão-de-obra barata que eles lhes oferecem, aumentando a miséria do povo, absorvem todo o poder aquisitivo destes povos explorados, obtendo somas vultuosas para aumentar suas áreas de domínio; o segundo é o envio dos excedentes de produção por preços exorbitantes que, sob o pretexto de constituir auxílios, funcionam como meio de domínio econômico, político, ideológico. 2) Aspecto político, caracterizado pela imposição de ditaduras que garantam a exploração dos países dominados e tentem impedir qualquer movimento de libertação nacional. 3) Aspecto ideológico, que se caracteriza com a importação de uma cultura que reflete os valores culturais do país dominante, com vistas á integração do povo dominado nesta cultura

---

<sup>89</sup> Ver, análise sobre os relatórios Atcon, Meira Mattos e GTRU em (SANFELICE, 1986, p.123), ver também (PELEGRINI, 1997, p. 157).

estrangeira, pra reforçar assim o domínio econômico. (CONGRESSO..., 02 mar. 1967).

Observa-se que, no mesmo dia em que a UBES encerrou seu Congresso “contra a ditadura”, o ministro Muniz Aragão tornou público as mudanças na *Lei Suplicy* nos seguintes termos:

1) serão órgãos representativos dos estudantes de nível superior somente o Diretório Acadêmico (DA) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), um para cada universidade; 2) o voto continua a ser obrigatório, mas as sanções contra os abstencionistas são mitigadas (30 dias de suspensão); 3) O DCE será eleito indiretamente, através de um colégio constituído pelos diversos DA de cada universidade; 4) Os DA e o DCE poderão receber auxílios públicos e particulares com a autorização das Congregações ou dos Conselhos Universitários; 5) é proibida aos órgãos representativos dos estudantes qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, radical ou religioso, como também promover ou apoiar faltas coletivas aos trabalhos escolares; 6) fica instituída a Conferência Nacional dos Estudantes Universitários, cuja finalidade será examinar e debater, objetivamente, os problemas da classe para a elaboração de teses ou sugestões e reivindicações a serem apresentadas às autoridades e órgãos competentes, ficando proibidos os temas de conteúdo político-partidário, religioso ou social. A reunião não poderá durar mais de uma semana e será realizada uma vez por ano, podendo ser convocada em caráter extraordinário apenas pelo ministro da Educação. A Conferência será formada por um representante de cada DCE e por cada grupo de dez escolas superiores isoladas de cada Estado. No caso de não haver um número igual ou superior a este, será designado um representante para o total inferior; 7) ficam extinguidos os órgãos estudantis estaduais, ou seja, os DEE, mesmo se transformados em entidades de direito privado. 8) A fiscalização do cumprimento deste decreto-lei caberá ao Diretores do estabelecimento ou ao Reitor da Universidade, respectivamente, conforme se tratar de DA e DCE. Caso os diretores ou Reitores fossem omissos e descumprirem o decreto serão aplicados as penalidades que couberem. 9) Os atuais órgãos de representação estudantil deverão proceder à reforma de seus regimentos, adaptando-os ao presente decreto-lei e os submetendo, através do Diretor do Estabelecimento ou do Reitor, à Congregação ou ao Conselho Universitário, dentro de 30 dias da aprovação da Reforma dos Regimentos e Estados. 10) Serão suspensos ou dissolvidos os órgãos de representação estudantil que não se organizaram ou não funcionavam em obediência ao decreto ARAGÃO/SUPLICY. (MINISTRO..., 02 de mar. 1967).

A reação às emendas introduzidas na *Lei Suplicy* foram de insatisfação e de revolta. A reforma da lei tornou-a ainda mais dura uma vez que a UNE lutava pela Reforma Universitária e a favor da extinção da *Lei Suplicy*. Com o novo decreto presidencial, mantendo a cátedra vitalícia os protestos contra a efetivação do decreto Aragão e dos acordos MEC-USAID aumentaram.

Com a aproximação do *XXIX Congresso da UNE*, em 1968, o racha na diretoria faz a atmosfera esquentar novamente.<sup>90</sup> O caráter anti norte-americano e infiltração imperialista no país tomou conta da assembléia e apesar das proibições da polícia o Congresso pôde realizar-se na data prevista. O Congresso de Vinhedo, em 1967, foi interrompido pela intervenção da polícia, mas, nos três dias que durou, os delegados da UNE conseguiram eleger o novo presidente, Luís Travassos, e redigir, não sem divergências, um Manifesto (Carta Política) contra a “ditadura” e o “imperialismo”.

Santos (1980, p. 66-67) afirmava que “[...] o *XXIX Congresso* foi representativo do movimento estudantil da época, de um movimento apenas da parcela avançada dos estudantes”. Nessas condições as delegações muito dificilmente foram escolhidas diretamente pelos estudantes em assembléias gerais, ou de outras formas. Em alguns casos foram escolhidos pelos CAs. Na maioria dos casos a decisão ficava com os FTs e GTs, (Frentes e Grupos de Trabalhos), forma de organização dos “setores avançados” da época, reunindo de 10 a 50 pessoas, dependendo da escola, nas diversas faculdades”. Isso fez com que houvesse um certo tipo de desequilíbrio na organização do M.E.

A Carta Política<sup>91</sup> retirada do *XXIX Congresso* deixou clara a opção “castrista” e estabeleceu uma comissão encarregada de constituir em cada faculdade um grupo de trabalho que levaria as posições básicas aprovadas no Congresso para todas as bases estudantis. Eis alguns fragmentos da Carta:

[...] O dever do movimento estudantil brasileiro é organizar-se em entidades nacionais e internacionais e empenhar-se nas fileiras da luta dos povos oprimidos contra a penetração e a dominação imperialista. Achamos assim que as organizações estudantis são instrumentos da luta antiimperialista.[...] condenamos por isso as exposições conciliadoras da UIE, que se transformou em organização de todas as associações estudantis indiscriminadamente, inclusive das favoráveis ao imperialismo.[...] fazemos nossa a luta do povo do Vietnã, da Bolívia e de todos aqueles que hoje lutam e resistem mesmo com as armas, a penetração imperialista.[...] A única possibilidade de levar o povo a participar do poder é a luta dos trabalhadores pelo fim do poder da grande burguesia,<sup>92</sup> do campo e da cidade, dirigida pelo imperialismo. O estudante participa desta luta.[...] A força fundamental desta luta é a aliança entre os operários e os camponeses. O dever do movimento estudantil é de aliar-se a

<sup>90</sup> Apesar das posições, em algumas coisas os estudantes estavam completamente de acordo. Para eles, o Governo era uma “ditadura”, e queriam derrubá-la. O acordo MEC-USAID era a “infiltração imperialista no planejamento do ensino brasileiro”. (REALIDADE, jul. 1968, p. 35).

<sup>91</sup> A “Carta Política da UNE”, foi extraída do *XXIX Congresso da UNE*, em julho de 1967.

<sup>92</sup> Recomenda-se uma leitura mais aprofundada sobre luta de classes. (MARX; ENGELS, 1978, p.17).

estas forças enquanto movimento e não enquanto classe. O fundamental para nós, estudantes, é integrar-se e apoiar-se aos operários e camponeses na luta pela tomada do poder.<sup>93</sup> A luta dos operários e camponeses é uma luta política. Do mesmo modo, o objetivo fundamental do M.E é a luta política caracterizada pela denúncia da ditadura e do imperialismo”. (UNE - CARTA POLÍTICA, jul. 1967)

O texto refletia uma divergência (divisão), no seio da UNE, entre “conciliadores” e “radicais”, especialmente no ponto em que criticava a posição da UNE e insistia na necessidade da “luta”. O documento fazia uma distinção entre luta “política” e luta “armada”, mas de todo o contexto se entendia que esta última era considerada pela maioria da UNE como a única saída para o Brasil. Verifica-se também outros pontos na *Carta Política da UNE* a demonstração ulterior da radicalização do M.E. A prática provou que o movimento contra a ditadura (MCD), como fora aprovado e lançado pela UNE foi um instrumento de luta equivocado. E, no *XXIX Congresso* foi revogado.

Dos vários pontos do Programa estabelecidos na *Carta Política da UNE*, vários evidenciavam a marca dessa exigência de maior radicalização: boicote absoluto da aplicação do acordo *MEC-USAID*; ensino livre e gratuito em todos os níveis; (exigência da admissão, na universidade, de todos os que terminavam os estudos secundários); maior união com as lutas dos operário e camponeses; luta contra qualquer forma de “peleguismo” e o *Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social* (MUDES), um movimento organizado sob forma de fundação para convidar os estudantes a colaborar nos projetos governamentais de desenvolvimento, de modo a dar à juventude a oportunidade de transformar o protesto e o “slogans” verbais em ações efetivas para corrigir as injustiças, diminuir os sofrimentos e aperfeiçoar a capacidade produtiva da comunidade. (GOVERNO..., 15 set. 1966).

Isso ocorreu em função da maior radicalização, delineando-se no seio da UNE uma divisão de posições. Imediatamente após o término do *XXIX Congresso da UNE*, o Diretório Central do Rio Grande do Norte emitiu uma nota condenando as últimas tomadas de decisão por parte da diretoria da entidade e pedia que a UNE não fosse suprimida, mas que ela fosse livre e democrática. Esse diretório criticava a falta de representatividade e que defendia que realmente as causas emanantes da massa estudantil e não as posições sectárias dos dirigentes

---

<sup>93</sup> Sobre a união entre camponeses e operários a Declaração *da Bahia* (1961), diz o seguinte: “[...]Tomar consciência é partir para uma atuação concreta ao lado dos operários e camponeses, por uma Revolução Brasileira. Declarar posições ousadas é fácil; difícil é assumir concretamente essas posições”.



fossem defendidas. Nesse sentido, o M.E perdeu forças enquanto entidade de representatividade nacional.

A posição adotada pelo *XXIX Congresso* era evidente. Vários confrontos ocorreram entre estudantes e militares. As mortes eram dos dois lados, claro que entre os estudantes o número era maior. No dia 28 de março de 1968, em um choque com a polícia do Rio de Janeiro, no restaurante “*Calabouço*”, o estudante Edson Luís de Lima Souto foi mortalmente ferido. No cortejo fúnebre distinguiam-se os retratos de Fidel Castro e Che Guevara. (ESTUDANTE..., 29 mar. 1968).

A linha dura do *Ato Institucional nº 5* (AI-5), em 1968, e mais tarde do famigerado *Decreto-Lei 477*, em 1969, tomaram os conflitos entre UNE e Governo Militar mais acirrados. Os estudantes aos poucos eram suprimidos e acabavam deixando de lado a luta pela Reforma Universitária pela luta armada. Derrotar na prática o Decreto 477 e denunciar o AI-5 eram as diretrizes principais. Mas ainda assim, o objetivo era muito alto e os estudantes tendiam a agir como se o Decreto 477 não existisse e o espaço de liberdade na Universidade (relativamente maior que o resto da sociedade) não estivesse muito restringido. A diretoria e as tendências hesitaram, frente a proposta defendida por Jean Marc. Nela o então presidente da UNE propunha uma concentração na luta específica no plano do ensino e no plano profissional, acoplada com a denúncia política do 477, o AI-5 e outros instrumentos de repressão. Propõe, então, a reprodução da experiência de luta acumulada na Escola de Química UFRJ onde presidente do diretório em 67/68.

[...] Para a diretoria da UNE, as entidades estaduais e as entidades de base, o caminho foi o de impedir a ofensiva da repressão, baseada no AI-5, no 477, no aparato policial militar montado dentro das universidades e a caça desenfreada contra as lideranças mais conhecidas em nível nacional e nível estadual. O caminho foi exatamente o de manter aquele espírito de resistência, manter articulado o movimento estudantil.[...] A gestão de 71/73 coincidiu com um dos períodos mais negros de nossa história, um período em que além do AI-5, decreto 477, da censura prévia, do decreto-lei 5.540 que pretendia liquidar a nossa organização independente, movia-se uma repressão mais violenta que nunca a quaisquer de nossas iniciativas. Todas as manifestações foram declaradas pelo Estado-Militar como se fossem atentado a Lei de Segurança Nacional”. (HISTÓRIA DA UNE, 1980, p. 83-110)<sup>94</sup>

---

<sup>94</sup> Ver, depoimento de ex-dirigentes da UNE, Jean Marc Von Der Weid: presidente da UNE entre abril de 1969 a setembro de 1969. In: (HISTÓRIA DA UNE, 1980, p. 81).

A força repressiva do Governo Militar fez com que, mesmo de maneira incipiente, houvesse uma divisão no meio estudantil. Após o *XXIX Congresso*, um grupo acusado de ser oportunista que defendia a tese de que as decisões da UNE deveriam ser tomadas pela massa dos estudantes, ou seja, pela grande maioria e que ninguém deveria impedir esta massa de fazer manifestações nas ruas quando e como quisesse. Que a UNE deveria permanecer na “ilegalidade” e de nenhuma maneira deveria procurar dialogar com o governo. Outro grupo acusado de ser “cúpula” (por dar maior importância à decisão da direção nacional, isto é, ao diretório da UNE), “reformista” e “conciliadores”, sustentava que as decisões deveriam ser tomadas pelos dirigentes da UNE, os quais deveriam determinar se era oportuno ou não fazer os estudantes sair às ruas. Que a massa deveria ser organizada, que a UNE deveria ser reconhecida legalmente e deveria dialogar com o governo não tanto para procurar uma acomodação, mas para demonstrar ao povo que a rejeição do diálogo vem do governo; que os problemas políticos não deveriam fazer esquecer os dos estudantes. (ESTUDANTES..., 11 jun. 1968).

Efetivamente, houve proposições divergentes e formas conflitantes de encaminhar o movimento no ano de 1968. Assim, a questão sobre qual a luta era principal, a política ou a reivindicatória: a questão do diálogo com o governo e uma série de outros problemas levaram a discussões intermináveis em assembleias, a acusações mútuas de divisionismo, à formação de chapas que disputavam como inimigas palmo a palmo o poder nas entidades, dos diretórios até os UEEs e UNE. Assim, a UNE chegou no ano de 1968 ao ponto crítico de sua existência enquanto célula representativa política dos estudantes. O movimento teria que sobreviver ao período mais negro da ditadura.

Segundo Nilton Santos, vice-presidente da UNE entre os anos 1967-1969, ela funcionou bem até o período de maio/junho de 1968. Nesse período, ela não foi apenas a organização reconhecida pelos estudantes, mas foi de fato a direção política do M.E. Direção política não apenas pelas suas orientações políticas, mas pela presença física nos movimentos “[...]. Até então, existia na diretoria uma relativa unidade ainda que quebrada pelos novos problemas colocados pelas manifestações de massa. Isso não impedia de se constatar, que já existiam diferentes tendências políticas dentro da diretoria”. (HISTÓRIA DA UNE, 1980, p.70-71).

Pode-se afirmar que a inexperiência política, ao longo dos anos não ajudou a definir melhores rumos ao M.E, uma vez que as divergências acentuavam-se interna e externamente. Mas, o que de fato punha em xeque o movimento organizado, eram os impasses referentes à direção política adotada e que era massiva, mas não deu conta de obter melhores e significativos resultados até porque o movimento caminhava sozinho. Então, como diziam os próprios diretores da UNE na época o Movimento Estudantil era capaz de obter vitórias localizadas, mas, para levar sua política mais à frente era necessário, em primeiro lugar, aprofundar sua capacidade de organização e mobilização, e em segundo lugar, apoiar-se em outras parcelas da população. Mas, qual parcela da população? Havia uma ausência de ação reivindicatória por setores populares, o que jogava a UNE inevitavelmente ao isolamento.

A desarticulação do M.E era questão de tempo. O sistema de repressão adotado pelo governo Médici faria em pouco tempo uma verdadeira devassa nos diversos movimentos organizados, um deles a UNE. A força institucional legislativa canalizava o que era mais sórdido na época para frear e conter os movimentos populares. Funcionavam como Constituição, feria a classe política cassava-se mandatos, exilava-se presos políticos, instaurava-se comissão de Inquérito Militar para julgar à revelia os acusados de subversividade entre outras coisas.

A intervenção no ensino por parte dos militares foi de tal forma, que o cargo de diretor e reitor das universidades passou a ser de militares do alto escalão das forças armadas. A ordem e a disciplina estavam na pauta do dia. Desarticular a UNE era questão de honra para o governo militar. Assim, pode-se verificar que um acordo da UNE com outros setores seria imprescindível. Jean Marc, em 1969 expôs como via a UNE em um de seus depoimentos:

[...] no contexto das grandes manifestações de ruas e das greves dos trabalhadores no auge, o Movimento Estudantil na época, estava organicamente isolado do movimento popular e, por isso mesmo, sempre numa posição perigosíssima. [...] acreditava que em decorrência da grande debilidade dos movimentos operários e camponeses, naquele momento histórico, o M.E liderado pela UNE se colocou numa linha avançada da luta contra o governo militar e a repressão, contando com a simpatia de outros setores mas sem dispor de apoio organizado. “À medida que o recuo das massas se acelerava, no segundo semestre e, sobretudo em 1969, enquanto avançava a brutalidade do terror do Estado, o M.E foi ficando cada vez mais vulnerável e exposto aos golpes do regime. [...] Após a AI-5 e o Decreto 477 o recuo foi massivo, sobretudo após algumas desastrosas experiências de fincar-pé aqui e ali”. (HISTÓRIA DA UNE, 1980, p.83).<sup>95</sup>

---

<sup>95</sup> Sobre as condições adversas do Movimento Estudantil após o ano de 1968, ano que se apresenta como o ano das divergências teóricas dos líderes estudantis, ver Sanfelice (1986, p. 158).

A adversidade das condições somadas aos desastres internos no seio da UNE fez com que o M.E saísse das ruas, das grandes capitais e das manifestações grandiosas<sup>96</sup> e passasse a se articular e se reorganizar no interior. Aos poucos iam conquistando novamente unidade e arquitetavam a realização do *XXX Congresso* para o ano de 1968. Observa-se que durante a preparação e a realização deste Congresso, a manutenção do caráter divergente dos ex-dirigentes da entidade.

Nos depoimentos, outro ex-dirigente da UNE, José Luís Guedes, afirmava que o movimento de 1968 ficaria na história da juventude, uma vez que, vários fatores conjugaram-se e influenciaram a realização do *XXX Congresso*. Como afirmamos na primeira parte deste trabalho, a crise econômica tornava-se uma carga insuportável para o povo. A política de arrocho salarial comprimia o nível de vida dos trabalhadores. Nas universidades, a fúria elitizante da ditadura empurrava o processo de privatização do ensino, com anuidades mais elevadas, ao mesmo tempo em que a inflação tornava impossível o acesso dos trabalhadores aos livros e outros materiais necessários. Para Guedes, “os estudantes mostrariam sua força e organização na passeata dos “Cem Mil”, no Rio de Janeiro em 1968.

Também ex-dirigente da UNE, Luís Raul Machado apontava que o maior fracasso do M.E em 1968, foi a continuidade das passeatas, que aos poucos desgastavam o movimento tornando-o quase suicídio, devido ao número das prisões. As manifestações não eram organizadas, na maioria das vezes eram espontaneístas e desencadeavam ações até mesmo negativas.<sup>97</sup> Aldo Arantes, também ex-dirigente da UNE, confirmou o divisionismo no interior do M.E em 1968. Pois, havia aproximadamente 43 grupos ou organizações diferentes. Isso tornava o rumo das ações uma verdadeira bomba que poderia explodir a qualquer momento. Para Machado, (1980, p.79), “[...] os erros do M.E e principalmente o de Ibiúna e o mais flagrante foi a divisão interna dos próprios estudantes, que pouco a pouco impossibilitou a ação da UNE”. O estudante Nilton Santos, em 1968 teceu uma importante consideração sobre a preparação do *XXX Congresso da UNE* em Ibiúna. Eis sua consideração:

No início existem divergências quanto à sua preparação, mas depois vai se conseguir quanto a este ponto uma unidade do conjunto da diretoria. Se esta

<sup>96</sup> Uma das maiores manifestações do M.E durante sua existência foi a Passeata dos “Cem Mil”, ocorrida no Rio de Janeiro em 1968.

<sup>97</sup> O ex-dirigente da UNE, Raul Luís Machado refere-se a ações negativas, como: quebra-quebra, apedrejamento de alvos secundários como jornais etc.

não tinha unidade para dirigir o movimento, tratava-se de dirigir o congresso para que este, discutindo e enfrentando os problemas que vivia o M.E, lhe desse uma nova direção. (HISTÓRIA DA UNE, 1980, p.72).

As posições extremistas de alguns líderes e as prisões de outros vários, por pouco não frustraram a realização do Congresso em Ibiúna. Em determinados momentos o ímpeto dos estudantes diminuía, mas foram mantidas as pautas das discussões para o Congresso. Tratava-se de discutir a penetração imperialista no ensino superior, a luta política ou a reivindicatória, a crítica à Reforma Universitária proposta nos relatórios Meira Mattos, Atcon e G.T da Reforma Universitária e também discutir outras questões de ordem nacional.

Impossibilitados no *Congresso de Ibiúna*, os estudantes agiram de maneira surpreendente no presídio. Conseguiram dar continuidade a algumas discussões iniciadas em Ibiúna. Os militares não conseguiram calar as vozes dos estudantes, tampouco dos amigos, familiares e adeptos ao M.E que faziam manifestações no lado de fora do presídio Tiradentes em São Paulo.

A reclusão da maioria dos estudantes que participaram do *XXX Congresso da UNE* em Ibiúna movimentou o cenário político na época. As manifestações diárias sempre às nove da manhã, dentro e fora do presídio era uma resposta do M.E à repressão ao Congresso de Ibiúna. O elemento fundamental para a liberação de quase 800 presos foi a união de vários delegados que conseguiram fugir do cerco e comandar as manifestações políticas. A conotação dada ao fato pela imprensa, de certo forma passou ser a razão de uma crise política. Em seguida, os presos foram liberados.

A partir de 1968, a UNE enfrentaria o endurecimento do Governo Militar. A luta armada de alguns grupos foi usada pelos estudantes em vários momentos. A UNE tinha a necessidade emergencial de se reorganizar, buscar e criar condições de dar seqüência às suas manifestações. A UNE foi buscar forças nos movimentos populares, principalmente, na classe trabalhadora (operária) tentando mostrar que suas reivindicações também eram as reivindicações da massa.

Considera-se que o governo-militar-ditador jamais quis abandonar o projeto nacional-desenvolvimentista. Então, na ótica da ditadura, a Reforma Universitária pretendida pelos estudantes estavam em conformidade com as proposta de reformulação da universidade

brasileira pelos militares. Para o Governo golpista era preciso dar eficiência às universidades, era preciso modernizar o ensino superior, era preciso formar mão-de-obra especializada, porque o modelo desenvolvimentista defendido e engendrado pela ditadura necessitaria desses “investimentos”. Para Martins (1988, p.14), “[...] os jovens não poderiam ser politizados e a única forma de despolitização dos movimentos era o controle rígido de suas ações”.

Para garantir o controle político-ideológico o Estado-Militar usou a força de dois órgãos oponentes e importantíssimos para a ditadura: o IPES e o IBAD <sup>98</sup>. Estes foram complexos burocráticos que deram mobilização para a efetivação do Golpe de 64, e, juntos formavam um mecanismo orgânico para a defesa do Estado e da burguesia multinacionalista. A defesa da elite estava clara, mas o apoio popular muito aquém de se obter pela força e pela repressão. Então, foi montado um plano de ação por parte deste complexo organizado (IPES/IBAD) na tentativa de planejar, organizar e dar tempo ao Estado-Militar e engendrar a ação ideológica e político-militar.<sup>99</sup>

Logo após a “derrota” em Ibiúna, e imediatamente, no ano de 1968, os principais líderes do M.E das últimas gestões tentaram uma “manobra” para novamente fazer renascer o ímpeto da UNE. Discutiam novas estratégias e novas composições de líderes para o engajamento na luta e resistência “militar” na clandestinidade. A principal idéia desse grupo formado pelos líderes próximos a José Dirceu e a Vladimir Palmeira seria fazer novamente um Congresso Nacional, mas haveria um enorme risco, pois as férias de fim de ano estavam próximas, isso provavelmente ajudaria a impossibilitar uma nova reorganização do M.E. Outra idéia proposta seria fazer um congresso com menor representatividade, mas essa proposição não seria aceita, até porque diminuir o número de participantes significaria naquele momento histórico o fim e mais uma derrota da UNE frente ao Governo Militar.

---

<sup>98</sup> O IPES e o IBAD foram complexos que marcaram a passagem da supremacia multinacional-associada ao seu posicionamento de força política de liderança. Significou também a passagem de antigas tentativas de reforma dentro da lei para um golpe de Estado que mudaria a constituição. Não foi, portanto, somente a expressão organizacional e doutrinária dos intelectuais orgânicos, mas sua supremacia política de fato.

<sup>99</sup> Os canais de persuasão e as técnicas mais comumente empregadas compreendiam a divulgação de publicações, palestras, simpósios, conferência de personalidades famosas por meio da imprensa, debates públicos, filmes, peças teatrais, desenhos animados, entrevistas e propaganda no rádio e na televisão. A elite orgânica do complexo IPES/IBAD também publicava, diretamente ou através de acordo com várias editoras, uma série extensa de trabalhos, incluindo livros, panfletos, periódicos, jornais, revistas e folhetos. Saturava o rádio e a televisão com suas mensagens políticas e ideológicas. (DREIFUSS, 1987, p. 232).

Era preciso criar um “fato novo” no cenário político do Movimento Estudantil. Com isso, Santos (1980, p.76), defendia que “[...] uma eleição direta seria um fato político nacional capaz de mostrar que as massas estudantis defendiam a UNE e se encarregariam de sustentá-la. Nós somos capazes de eleger diretamente nossos representantes”. É importante compreendermos que este fato, da UNE ser eleita diretamente pelo M.E, estaria em partes amenizando a divisão interna dentro da própria entidade. Esta proposta teve assim um aspecto positivo, uma vez que, o apoio da massa estudantil e da vanguarda estariam defendendo o “movimento” e não idéias de alguns líderes.

Em meio a esses fatos, a *Ação Popular* (AP) teve um papel de destaque dentro do M.E naquela época. Tinha por prioridade a luta de classes, ou seja, a luta política, e, isso só ocorreria quando a força do Governo Militar fosse usada contra os estudantes. A luta da AP não era diferente de outros movimentos estudantis: lutavam por mais vagas nas universidades, mais verbas, bem como eram contrários as anuidades. Mas, para a AP somente as manifestações organizadas, ou mobilizações dos operário-camponeses faria a revolução desejada.<sup>100</sup> Outra parcela significativa dentro do M.E da época foi o Movimento Universidade Crítica (MUC) que defendia uma universidade mais crítica, que lutasse contra o “arcadismo” de algumas estruturas no ensino superior, uma delas a extinção do regime de cátedra, uma forma “parasital” que persistiam nas universidades brasileiras.

Quando Jean Marc em 1969 assumiu a 30ª gestão da UNE, o M.E já se encontrava bastante enfraquecido pelos diversos fatores que impulsionavam a política da UNE para a resistência a censura e a repressão militar. O M.E dirigido por Jean Marc, funcionando precariamente, caminhava para sua extinção em 1973 onde seus últimos dirigentes como Honestino Guimarães, Gildo Macedo Lacerda, Humberto Câmara e José Carlos da Mata Machado foram assassinados pela polícia do exército. Para Jean Marc (1980, p.82), apenas Doralina Rodrigues escapou da repressão e tortura entre 67/69, e,

Este quadro trágico dá, cruamente, a medida das imensas dificuldades com que se defrontou a UNE e o M.E na fase mais negra de sua história e da história do país. Cabe, no entanto analisar como se deu este enfrentamento

---

<sup>100</sup> Segundo Fernandes (1975, p. 14) “[...] a revolução não é um fenômeno inexorável. Ela precisa ser construída. No entanto, se ela (a classe operária, os estudantes e camponeses) sucumbe no plano prévio de enfrentamento com a supremacia burguesa, incorporando inclusive a ideologia da burguesia e sua forma de democracia, ela tem de abater-se e de sucumbir ao poder do Estado”.

desigual com a repressão da ditadura e se perguntar se não poderia ter sido diferente, ou pelo menos, porque as coisas se passaram como se passaram.

A crise do M.E naquele momento já era visível, o quadro nacional da luta de classes aprofundou ainda mais as lutas do M.E. Os movimentos populares que até então davam um pequeno suporte às lutas estudantis estavam ainda mais minimizados nesse período. Para Jean Marc as manifestações de 100 mil e 50 mil não foram suficientes para fomentar o espírito político dos operários nas suas células, uma vez que o M.E e a UNE estavam organicamente isolado dos outros movimentos de massa.

É importante saber que a ditadura militar não agiu do mesmo modo em toda parte no ano de 1969. A ação repressiva dependia de onde partia a “agitação” política de estudantes e professores. Na época as possibilidades da luta política, de enfrentamento, de manifestação, eram incipientes em muitas universidades.<sup>101</sup>

A forma isolada de organização da ação estudantil, tornou-se mais fácil para a ditadura fazer a repressão e o controle da ação mobilizadora das massas. Na medida em que os vários golpes ocorriam, a opção por lutar pela Universidade Crítica, derrotar o 477 e fazer a denúncia do AI-5 eram com certeza a bandeira naquele final de ano, em 1969. Mas havia uma proposta que partia de Jean Marc, no sentido de que se deveria diminuir as manifestações de rua e aumentar a condição de resistência com relação à luta política, devendo esta ser mais direcionada, organizada e conduzida para uma verdadeira educação política na qual a falta de experiência acabou colocando o M.E e a UNE na clandestinidade e debilitada perante o Governo Militar. Vale lembrar que esse processo de radicalização das lutas do M.E, principalmente pós-AI-5 foi condicionante fundamental para a geração de novas tendências políticas na esquerda do país.

Do ponto de vista político a falta de uma organização política interna e externamente na base do M.E enfraqueceu a luta da UNE.<sup>102</sup> Com essa debilidade, o AI-5 não teve problemas para reprimir e dificultar as manifestações populares. A força do aparato militar era de tal forma

---

<sup>101</sup> A Universidade Federal do Paraná e a Universidade de São Paulo são dois exemplos de universidades onde o enfrentamento político foi mais acirrado.

<sup>102</sup> O funcionamento, do ponto de vista político e representativo era muito precário porque a UNE estava muito distante do movimento estudantil real, das escolas e das bases estudantis. O ME estava vivendo uma outra dinâmica, estava vivendo uma fase de refluxo e desorganização enquanto a gente estava querendo puxar uma resposta ofensiva à política do regime, tanto no âmbito da universidade quanto no âmbito geral. (HISTÓRIA DA UNE, 1980, p.101).



que a última gestão da UNE, a 31ª de Newton Miranda Sobrinho, teve sérias dificuldades de organizar-se após o Congresso em Ibiúna. Do ponto de vista da organização do movimento, a UNE se mobilizava mantendo as deliberações anteriores a 1969, buscando sempre o fortalecimento da massa estudantil. A penetração das idéias imperialista foi também motivos de manifestações e debates em Congressos no sentido de tirar uma diretriz que reafirmasse a condução política da 30ª gestão da UNE.<sup>103</sup>

Neste mesmo ano, mais precisamente em agosto de 1969, a UNE decidiu publicar para toda a imprensa um dossiê completo sobre os crimes de tortura envolvendo os estudantes e professores. Foi um período de muita repressão e farto aparato de tortura que tinha como certo conter o movimento estudantil e aprovava que os estudantes que participaram das manifestações precisariam de uma nova orientação. Foi nesse contexto que o governo tirou da gaveta o decreto-lei que normatizava e “reintroduzia” a Educação Moral e Cívica (E.M. C) como conteúdo obrigatório nos currículos escolares. O conteúdo era de cunho ideológico e de prática educativa. Para o 1º Grau deveria ser Educação Moral e Cívica, para o 2º Grau estudava-se a disciplina de Organização Social e Política Brasileira articulada com a E.M.C, e os Estudos de Problemas Brasileiros nas Universidades, para isso, os professores eram contratados sem concurso devendo ser informantes dos órgãos de repressão.<sup>104</sup> Tal decreto foi auto-afirmado nos princípios liberais e positivistas tendo como ponto chave o fundamento na moral, no amor à pátria e na obediência da Lei. Eis o texto na íntegra:

A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;

<sup>103</sup> Percebeu-se também, que nos Estados e centros onde as universidades e os diretórios estudantis tinham uma certa estrutura, a UNE conseguiu manter uma boa ação política. Diretórios como os da USP foram fundamentais e serviram de infra-estrutura para o movimento resistir a repressão no interior das universidades.

<sup>104</sup> O Decreto nº 68.065 (14 jan. 1971), regulamenta o Decreto-lei nº 869 (1969), dispondo sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País.

- f) a compreensão dos direitos e decretos dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, morais, patrióticas e na ação construtiva visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade;
- i) formação da consciência cívica do aluno;
- j) a prática educativa da moral e do civismo nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extra-classe e orientação aos pais. (BRASIL. DECRETO-LEI 869,12 set. 1969).

A efetivação da Educação Moral e Cívica nos currículos escolares fez aumentar a própria resistência do M.E, onde sua organização, sua tática, na pior das hipóteses havia resistido o aparato disciplinador do AI-5, decreto-lei 477. Então, a radicalização e a combatividade manteve na UNE a chama da revolução tão sonhada. Os estudantes defendiam a força motriz radical na sociedade brasileira e um posicionamento político de fundamental importância para “provar” aos ditadores que a UNE era a única entidade legítima capaz de representar os estudantes em nível nacional e sem qualquer vínculo com o Estado.

O funcionamento do M.E dependia agora do *XXXI Congresso da UNE*. Era o momento de reavaliar o método na mais rigorosa clandestinidade. O processo de organização de base começou quase um ano antes. Vários estados elegeram seus delegados em reuniões regionais. Pois com a censura prévia, o AI-5, o *Decreto 477* pretendiam de fato passar a limpo a organização livre. O Governo não podia permitir que “alguns” estudantes de ação revolucionária não respeitassem os princípios de democracia, igualdade e liberdade contidos nas leis e atos institucionais. Nesse sentido, a UNE entre altos e baixos foi uma entidade de classe organizada e que liderou milhares de estudantes a combatividade e a resistência da massa estudantil por uma ampla abertura política, pela defesa e liberdade reprimida pela ditadura e por particularmente um projeto de universidade comprometida com a classe dos trabalhadores. No próximo capítulo analisa-se de forma detalhada a universidade defendida pela UNE na década de 60.

#### 4 A UNIVERSIDADE DEFENDIDA PELA UNE NA DÉCADA DE 60

Na breve história da educação brasileira, a Universidade foi considerada como importante na transformação e manutenção da sociedade de classes. Desde a criação da primeira universidade em 1920, porém não efetivada pelo governo central, ela serviu aos interesses da classe dominante. Os estudos de Cunha (1986, p. 319) apontam para uma educação superior onde os estudantes

[...] só provocaram possíveis mudanças no papel político, senão pela s transformações trazidas pela crise de hegemonia dos anos 20 e do estado de compromisso que propiciaram o reforço do aparelho de Estado, desenvolvendo políticas bonapartistas e, particularmente, uma política educacional autoritária, parafascista. Elas propiciaram, também e contraditoriamente, um espaço político para as camadas médias, até então desconhecido. As escolas superiores foram o *locus* privilegiado desse espaço político, onde professores e estudantes não cessaram de absorver, reinterpretar, ampliar e difundir as ideologias surgidas fora do aparelho escolar, nele penetrando à sua revelia.

Percebe-se na afirmação do autor a defesa especificamente da escola superior no cumprimento da manutenção sócio-cultural das classes dominantes. Pretende-se, analisar o projeto de universidade e proposto pelos estudantes nos anos 60. A UNE lutou pela Reforma Universitária de forma a democratizar este nível de ensino, produziu documentos importantes no qual explicitou sua compreensão de como as instituições educacionais voltadas para o ensino superior deveriam ser organizadas. Sua concepção está expressa na “Declaração da Bahia, na Carta do Paraná e no documento de Belo Horizonte. Entretanto, tais documentos não podem ser analisados isoladamente, pois, se inseriram num processo de luta que extrapolou as questões educacionais propriamente dita.

Sua ativa participação na vida política brasileira revelou esse seu compromisso para além dos muros das universidades. A UNE não agia sozinha, enganjou-se com o movimento social como um todo e avançou as fronteiras nacionais, dando ao movimento um caráter internacional. Assim, sua posição quanto às universidades era compartilhando com o movimento estudantil Latino Americano. No *I Seminário Latino-Americano de Reforma Universitária* organizado pelas UNEs dos países participantes, realizado entre os dias 15 a 23 de maio de 1960, no qual participaram 16 países no total, discutiu-se, entre outras questões a situação da universidade latino-americana.

Segundo a organização desse evento, os trabalhos apresentaram informes sobre a situação da universidade em cada país participante do evento. Esses informes foram objetos de análise em várias reportagens editadas pelo jornal “*O Metropolitano*”. (SEMINÁRIO..., 29 mai. 1960). Discutia-se sobre o número de universidades e de alunos, composição social das universidades, denominação social e política nas universidades, situação econômica dos estudantes, situação do corpo docente, equipamento técnico-científico e humanista, orçamentos das universidades, e movimentos estudantis nos diversos países. Foram ressaltadas as características particulares de cada país, podendo-se concluir, a partir desses informes, que a situação da universidade latino-americana em geral, apresentava inúmeros aspectos comuns, quase todos decorrentes da situação econômica e social dos países latino-americanos.

Sobre o tema universidades e alunos, pode-se analisar que o número de universidades, apesar de diferenciar de país a país, era sempre muito baixo e não atendia em absoluto às necessidades da sociedade, não contemplando os anseios dos alunos. A questão da discriminação econômica foi tratada com muita ênfase. O resultado extraído nessa plenária apontava que em vários países, principalmente, nos subordinados a “regimes ditatoriais”, vinha se juntar à discriminação econômica já existente pelos motivos acima mencionados, uma forte discriminação de caráter político que era normalmente mais um empecilho para a democratização do ensino.

Para os estudantes não havia integração entre a teoria e a prática no ensino universitário, assim como a educação científica e a humanista, ambas completamente desvinculadas pelo ensino aplicado, o que acarretava uma completa alienação do ensino superior com a realidade social de cada país. Foi discutido também sobre a má preparação ou a falta de formação dos professores sendo uma das maiores falhas do ensino superior, para isso concorrendo o fato de que em vários países não existia concurso de provas para efetivação de catedráticos.

Tal problemática quanto à formação dos professores era questão dos orçamentos universitários que em sua maioria eram insuficientes para cobrir as despesas do ensino superior. Esta era uma das principais causas da inexistência da autonomia das universidades latino-americanas, ora obrigando-as a recorrer a outras instituições, instituições essas que passavam a controlar vários aspectos da administração universitária, ora sobrecarregando fortemente as “taxas pagas pelos estudantes”, ora obrigando-as a recorrer a várias outras

fontes de rendas próprias, como no Equador, por exemplo, onde a universidade era detentora de um dos maiores poderosos latifúndios do país.

Os diversos informes trazidos pelos representantes que participaram desse seminário serviram de base para a discussão sobre a organização e estrutura legal das universidades, a forma da participação estudantil na sua direção e vários outros aspectos da vida universitária. O documento apresentou a proposta de Reforma Universitária e a participação estudantil nos órgãos administrativos da universidade. Esta foi dividida em quatro itens, a saber: a) Programas de Ensino, distribuição do tempo na escola, teoria e prática. b) Educação superior em relação às necessidades do desenvolvimento nacional; c) Organização do magistério superior; d) Educação pré-universitária e movimento estudantil, bem como sua participação na direção das universidades.

Os programas de ensino foram um dos aspectos menos abordados em todas as tentativas de Reforma Universitária, e o que mostrou menores avanços. Em geral tais programas eram anacrônicos, sobrecarregados de matérias e inteiramente desligados da vida sócio-cultural de cada país. Sobre esta questão, escreveram:

Sua principal falha consiste no fato de que não capacitam o aluno, em qualquer setor, para a pesquisa científica. Resume-se normalmente em simples transmissão de conhecimentos adquiridos, em uma forma estática que não permite a participação ativa do aluno na obtenção desses conhecimentos. Aliás, essa aceitação passiva do aluno domina o ensino, em geral, vindo desde o ensino elementar. (SEMINÁRIO, 29 mai. 1960).

Observa-se no documento apresentado pelos diversos delegados, a necessidade de uma transformação radical nos programas e planos de estudos, transformação essa que deveria estar dirigida fundamentalmente no sentido de despertar o interesse do aluno para a investigação científica em todos os campos. Para essa transformação era absolutamente necessária a participação ativa dos estudantes que, como principais interessados no ensino, talvez fossem a única força verificadora e independente capaz de concretizar essa reforma.

Os estudantes observaram que as universidades latino-americanas faziam distinção completa entre teoria e prática. Havia nelas uma oscilação constante entre o academicismo retórico e um "praticismo profissionalista", ambos desligados inteiramente da realidade cultural de cada país. As universidades pretendiam formar profissionais e a partir disso especializava demais o

estudante, desvirtualizando a finalidade de seu estudo e não lhe dando uma visão clara dos problemas de seu meio social, problemas que teriam que enfrentar quando profissional.

A integração total entre teoria e prática era uma necessidade imperativa para o ensino universitário e só poderia ser conseguida através de uma transformação radical dos métodos de estudos, transformação essa tendo uma vista as características particulares do meio social e possa dispor dos materiais didáticos indispensáveis a ela, segundo os estudantes.

Concluíram que as universidades não cumpriam com sua missão de formar os técnicos que a independência econômica de seus países necessitavam. Isso era causado segundo os estudantes, basicamente, por sua formação acadêmica que impedia de tomar consciência da importância desse problema e pela desorientação total dos alunos que ingressavam na Universidade. Eram poucas as universidades que evoluíram no sentido de subordinar as disciplinas, no seu aspecto técnico, às necessidades de cada país, mesmo nelas esse progresso não foi notável.

Para desenvolver um duplo trabalho de estudo e investigação das disciplinas científicas que tivessem relação com a realidade sócio-econômica, as universidades necessitariam de grandes somas, o que as obrigaria a recorrer a outras instituições. O Estado era a instituição indicada para fazê-lo, suprimindo as subvenções ao ensino privado e utilizando os fundos que atualmente se evaporavam nos ministérios militares, e nunca recorrendo a ajudas exteriores que, com o pretexto de realizar uma colaboração científica, não fazia mais do que deformá-la, com fins antinacionais, de acordo com as coordenadas imperialistas da monocultura para os países subdesenvolvidos.

Levando-se em conta que o processo educacional era um só, naquele momento colocava-se como imprescindível que se estabelecesse uma relação íntima entre os ciclos do ensino, que atualmente, via de regra, deixava várias lacunas que atentavam contra a formação integral dos alunos, principalmente na etapa pré-universitária com conseqüências nefastas quando estes se integravam no ensino superior. Portanto,

Cabia à Universidade, como órgão de ensino superior, tomar consciência desse problema e intervir para sanar essas dificuldades, mediante o controle e orientação dos ciclos anteriores, e um amplo trabalho de orientação vocacional do estudante. (SEMINÁRIO..., 29 mai. 1960).

Para a manutenção e resultado positivo dos princípios anteriormente expostos, era imprescindível a participação estudantil nos órgãos administrativos da universidade, participação essa que foi a garantia da democratização do ensino e da efetiva realização dos princípios reformistas de caráter técnico-docente. Seria através da representação estudantil, mais suscetível às novas situações, que a universidade estaria em íntima ligação e daria uma resposta fiel aos acontecimentos decorrentes das circunstâncias históricas e sociais de cada povo. Dessa maneira, a representação nos órgãos diretores da universidade deveria ser paritária, de tal maneira que nenhum corpo tivesse maioria absoluta e para que as decisões surgissem do acordo de posições. Assim, os delegados estudantes deveriam ser submetidos a um intenso controle de sua gestão por parte dos órgãos estudantis, suas decisões deveriam ser reflexo fiel da opinião majoritária desses órgãos.

Na década de 60, os estudantes estavam sujeitos, internamente, às mesmas contradições que condicionaram o esquema de classe de uma sociedade em que era dado. Tais condicionantes fizeram com que nem sempre fosse possível a marcha comum, em bloco, em torno das reivindicações políticas. A condição de jovens ainda livres de comprometimentos políticos facilitava aos estudantes o trânsito de adesões a questões que nem sempre condiziam com sua situação social, a perspectivas que nem sempre eram as de sua classe de origem.

De maneira incipiente, ocorreram os debates que antecederam o processo de discussão geral em torno do movimento estudantil e dos intelectuais em prol de um projeto de reforma do ensino superior. Foi a partir dos anos 60, que os debates passaram a atingir não só o meio universitário, mas também a sociedade civil. O discurso estava na opinião pública e estava nos movimentos organizados, estes travavam grandes embates em prol de uma universidade crítica menos favorecedora do *status quo*.

Com esse espírito, os estudantes reuniram-se no XXIII Congresso dos Estudantes, em 1960, onde participaram representantes de todos os Estados brasileiros. Como grupo organizado e institucionalizado, conferiram, suas posições políticas além de discutí-las e decifrá-las. Mais ainda, enquanto grupo de vanguarda, tinham os estudantes obrigações de se pronunciarem e exporem ao debate público seu pensamento em torno dos diversos problemas nacionais e internacionais.

Considerando o posicionamento político da UNE nas questões mais emblemáticas, e considerando sua valiosa contribuição construção histórica da Reforma Universitária Brasileira, discute-se a seguir em três documentos a proposta de universidade defendida pelos estudantes na década de 60.

#### 4.1 I SEMINÁRIO NACIONAL DE REFORMA UNIVERSITÁRIA E A “DECLARAÇÃO DA BAHIA”

Após a realização do Seminário Nacional pela reforma Universitária, organizado pela UNE, em 1961, os estudantes tentaram publicar o documento intitulado “*Declaração da Bahia*” na gráfica da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro por conta de um convênio mantido com o MEC. Foram tomadas todas as medidas, mas ocorreu um impasse: *o teor revolucionário* desta carta não permitia sua publicação pelos órgãos do governo. A UNE propunha então, assumir a responsabilidade pelo conteúdo, entretanto, a gráfica propôs a revisão e censura do texto, o que foi seriamente recusado por parte dos estudantes por chocar-se com a dignidade que o M.E julgava necessária para assumir atitudes corajosas. O assunto foi levado ao conhecimento do então presidente Jânio Quadros, este por sua vez endossou o recusa do documento.

Desse seminário foram elaborados alguns relatórios conclusivos que evidenciavam particularmente três temas básicos: A realidade brasileira, a Universidade no país e por fim, a Reforma Universitária. No final do documento, em adendo, estavam as conclusões sobre o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Cada um dos temas foram aprofundados nas discussões. Não apenas a situação, quer sócio-econômica, quer universitária ou ainda do modelo de reforma, mas de diretrizes básicas reivindicadas pelos estudantes brasileiros, para a solução dos problemas apontados na Declaração.

O documento situou a universidade na perspectiva histórica. Incumbia-se de esboçar a missão de uma Universidade existencialmente entendida, comprometida com as necessidades concretas do povo brasileiro, Universidade historicamente datada e sociologicamente situada na segunda metade do século XX, num país em fase de desenvolvimento. Nesta perspectiva, foi necessário realizar uma análise crítica da realidade brasileira e da inserção da Universidade no seu contexto.



Sobre a realidade brasileira, apesar de o país apresentar uma continuidade em relação ao seu território, o Brasil se apresentava, do ponto-de-vista econômico, como um bloco descontínuo, onde coexistiam ao mesmo tempo, fases históricas de desenvolvimento sócio-econômico não contemporâneas e uma grande contradição no que dizia respeito à educação superior.

O setor industrial encontrava “barreiras” para a sua dinamização: escassez de capital; ausência de pessoal técnico; mercado consumidor pequeno; infra-estrutura econômica deficiente. Pode-se verificar a disparidade de desenvolvimento entre os dois sistemas na diferença de renda per capita: enquanto esta era de apenas Cr\$ 7.066,00 na região nordestina, em São Paulo chegou a Cr\$ 30.571,00. Além do mais, a riqueza que lá era escassa no Nordeste, apresentava de modo geral mal distribuída. A imensa área do “vazio econômico” era particularmente caracterizada pelo fato de sua economia natural apresentar condições negativas à integração nacional, transparecendo um raio de esperança com a transplantação da Capital Federal para o “centro” desta região.

Encontrava-se nesse contexto, duas classes: a classe dominante (burguesia latifundiária) e a classe dominada (numericamente significativa, composta de lenhadores, seringueiros, etc). Esta classe proletária rural estava condicionada a uma vida anti-municipalista, fruto da dispersão latifundiária. A UNE concluiu, que apesar das diversas situações observadas nas regiões brasileiras, podia-se afirmar que globalmente o nosso país era subdesenvolvido ou se encontrava em fase de desenvolvimento.

Para comprovar esta tese, a UNE tratou de três questões importantes:

- a) A infra-estrutura, de base latifundiária, da nossa economia é primitiva, natural do “vazio econômico”, o regime imperante da monocultura, a completa falta de assistência técnico-financeira, implicando numa baixa produtividade agrícola (ponto de estrangulamento de nossa atual evolução industrial), em resumo, a própria infra-estrutura agrária faz do homem um alienado, um ser sem menor visão crítica da realidade;
- b) A dependência econômico-financeira de potências estrangeiras mostrou que quase toda nossa economia está entregue a poderosos grupos estrangeiros, principalmente dos EUA, verdade definitivamente constatada desde que foram desmascaradas as “empresas nacionalistas” e a partir do momento em que foi comprovado o seu grande número. A farsa das “nacionalizações” nada mais é do que uma forma mais aperfeiçoada e menos ostensiva de devoramento de nossos recursos;
- c) Devido à insuficiência dos padrões de vida, condicionou o alto índice de mortalidade infantil no País e a precariedade alarmante das condições médico-sanitárias. (UNE, 1961 p. 02).

As contradições fundamentais do processo do desenvolvimento brasileiro indicava para a falência da estrutura liberal-burguesa de nosso país e a uma ascensão dos oligopólios. Nesse modelo oligárquico e classista, onde a propriedade privada dos bens de produção criava um antagonismo de interesses entre a classe burguesa e o proletariado, havia uma coincidência entre os detentores do poder econômico e os titulares do poder político, a classe economicamente dominante também nas decisões do Estado, que passa a funcionar no sentido da manutenção do status quo.

Nesse sentido, o Estado liberal-burguês, pretendendo oferecer liberdade igual para grupos sociais economicamente desiguais, culminava por privilegiar as classes dominantes, transformando o trabalho humano em mercadoria do capital e fazendo do operário um ser alienado no seu trabalho, valorizando apenas pelas leis de mercado.

A consequência fundamental deixada por essas bases capitalistas para nossa economia, era maior espoliação do proletariado e uma proletarização crescente da classe média. Nesse sentido a UNE propunha:

Se a massa monetária criada fosse utilizada para financiar projetos que recomendassem a imediata promoção do proletariado, uma nova perspectiva poderia ser aberta. Contudo, o fato de o Estado ter aumentado a sua intervenção no campo econômico não implica em nenhuma tendência socializante, pois na maioria das vezes o Estado brasileiro age no sentido de subvencionar a burguesia industrial, criando a infra-estrutura para a implantação da iniciativa privada ou mesmo ainda para sustentar uma política fruto da pressão de grupos poderosos, dos oligopólios internacionais, como, por exemplo, vultuosa compra de café para estocarem, ignorando-se mesmo a possibilidade de haver mercado pra sua colocação. (UNE, 1961, p.03).

A forma pela qual o capital era empregado de maneira errada foi motivo de discussão da UNE, uma vez que a situação do país era complicada e os níveis de qualidade de vida eram ainda piores. O volume de capitais estrangeiros que entrava no Brasil se agigantava na medida em que o mercado nacional aumentava as suas dimensões. Esses capitais eram usados para aumentar ainda mais os lucros daqueles que defendiam a entrada do capital estrangeiro no país. O lucro era certo e volumoso, mas não respondiam às necessidades da promoção de nossa população, pois os lucros obtidos em investimentos no Brasil, ultrapassavam a ordem de 3.000% (UNE, 1961, p. 03) e eram remetidos para seus países de origem para incrementar o desenvolvimento de onde provieram.

Ao chegar ao final dessa primeira análise sobre a atual realidade econômica brasileira e feita a exposição dos principais pontos imprescindíveis, para os estudantes, a concretização das diretrizes só ocorreria na medida em que se superasse a estrutura capitalista dominante, estrutura que imperava nos sistemas a visão de expropriação e dominação do ser humano no que lhe é mais valioso, a sua força de trabalho, com ela a sua dignidade.

No que diz respeito à realidade política, a UNE apontava que o homem cada vez mais tomava consciência do social e buscava aprimorar a sua dimensão política, sua dimensão criadora por excelência, conseguindo uma forma de se dirigir, fazendo desaparecer a exploração do homem pelo homem. Saindo do período colonialista, os povos buscavam a sua emancipação econômica e política. Nesta busca enfrentam dois grandes sistemas políticos em luta: o capitalismo e o socialismo. O capitalismo retrógrado e classista recorre ao imperialismo para tentar manter-se. O socialista, dentro da luta que lhe era imposta, acabou por adotar a mesma arma do capitalismo.

No Brasil, a estrutura do Estado estava manchada pela falsa democracia, onde os três poderes, executivo, legislativo e judiciário, evidentemente não guardavam a sua autonomia. A forma de governar de nossos dirigentes era corrompida gradativamente pela estrutura, levando o povo brasileiro a um estágio de indiferença e de apolitismo, que colaborava para que os grupos dominantes se mantivessem no poder. Por fim, tratava-se de um regime político falido, que ludibriava o povo com o estandarte de democracia e de liberdade. (UNE, 1961).

Observa-se que a vida política brasileira não estava representada pelas aspirações e realizações da massa, e, sim, como instrumento da elite que governava o país. Seu funcionamento era como uma engrenagem que estava a serviço da oligarquia e ligados aos interesses internacionais e do capital privado. Eis as características em linhas gerais:

- 1 – individualismo e competição, que o atual regime capitalista desenvolve ao máximo, forçando as forças políticas a entrarem no jogo dos interesses econômicos de pequenos grupos açambarcadores dos meios de produção e consumo.
- 2 – domínio das classes economicamente privilegiadas sobre a grande maioria do povo, usando-o como objeto na luta pela conservação do poder.
- 3 – quadros políticos atuantes saídos das classes donas do poder econômico – representam essencialmente essas classes não o povo.
- 4 – os partidos pertencem à burguesia: industrial ou agrícola.
- 5 - ausência de ideologias nos partidos.

- 6 – multiplicidade de partidos políticos e falta de pensamento informativo das forças políticas.
- 7 – heterogeneidade dos grupos políticos, que se fracionam internamente em diferentes alas, formados por elementos provenientes de camadas diversas.
- 8 – pouca possibilidade de representação das classes menos favorecidas, e corrupção progressista dos raros elementos realmente voltados para o interesse do povo, em conseqüência de seu engajamento a uma estrutura política fundamentalmente viciosa (paternalismo).
- 9 - impossibilidade de formação, nos quadros políticos partidários, de autênticos líderes catalisadores das aspirações populares e aparecimento de pseudolíderes, interessados em fazer carreira política ou em adquirir prestígio pessoal com os grupos no poder.
- 10 – compromissos dos partidos políticos com grupos econômicos, aos quais facilmente vendem suas legendas.
- 11 – inautenticidade do poder político, que não representa a síntese da participação consciente e livre de todas os homens na vida da comunidade nacional.
- 12 – *ausência absoluta de preocupação pela formação política do povo (analfabetismo).*
- 13 – controle da opinião pública pelos meios de propaganda – manipulação das mentalidades.
- 14 – manobras partidárias dos movimentos grevistas – sufocam reivindicações e apresentam soluções acomodatórias. A atuação efetiva dos governos se traduz sempre em concessões – revisão agrária, propaganda das leis existentes, entre outras coisas.
- 15 – *No setor educacional encontramos um fato gritante na distribuição do orçamento público. Sabemos que uma das características do subdesenvolvimento é o alto índice de analfabetos, caso típico do Brasil. Verba destinada à educação é criminosamente de apenas 10% do orçamento da União, enquanto que para as forças armadas, cerca de 40%<sup>105</sup>. O projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional visa apenas a oficialização da situação do ensino no Brasil. Não atende aos pontos fundamentais da realidade brasileira: desenvolvimento econômico, democratização do ensino, planejamento global da educação, erradicação do analfabetismo, e outros aspectos estruturais.*
- 16 – Se caracteriza pela completa ausência da participação do proletariado brasileiro na estrutura governamental.
- 17 – O Ministério do Trabalho, por outro lado, não cumpre a sua missão de favorecer o surgimento de organizações sindicais, atrofiando as já existentes: o “peleguismo” não é outra coisa senão o reflexo dessa situação. (UNE – CARTA DA BAHIA, 1961, p.04).

Da mesma forma que ocorreu com os sindicatos (o peleguismo), também as organizações camponesas, foram taxadas pelo governo de subversivas e não foram reconhecidas como representantes legais e legítimas do movimento camponês. Ocorreram várias campanhas de descrédito, por forças reacionárias contrárias a Aliança Operário-estudantil e estudantil-camponesa, querendo identificá-las com os movimentos apenas de agitação, a serviço de facções ou de outros grupos.

<sup>105</sup> A UNE neste momento fez duras críticas ao serviço militar obrigatório e ao fato do orçamento para as despesas militares serem muito superior ao da educação. (UNE, 1961, p.4).

Para a UNE só seria possível a concretização dessas medidas no momento histórico quando houvesse uma intensa união dos estudantes, principalmente dos universitários, que também na condição de proletariado, aliam-se aos outros movimentos reivindicatórios, especificamente às classes trabalhadoras. Assim, do mesmo tempo em que forneceram a estes subsídios para o aceleramento do seu processo emancipatório, sofre, por parte delas, a influência revolucionária que só essas classes, poderiam exercer.

Com relação à política nacional, A UNE apontava alguns pontos fundamentais para serem seguidos como a extensão do direito do voto aos analfabetos; a condenação do regime capitalista, conciliador de nossa dependência econômica; a reforma agrária efetiva, com assistência técnica e planificação; a mudança em toda a estrutura sócio-política vigente; a rejeição total do Projeto de Diretrizes e bases da Educação, que tramitava no Senado; o aumento dos gastos com a educação; promover uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que viesse com as necessidades dos professores, estudantes e o povo brasileiro. Erradicar o analfabetismo. Formar a consciência política do povo brasileiro<sup>106</sup>; exigir a participação efetiva dos operários nos órgãos governamentais; fazer o Governo reconhecer que as ligas dos camponeses assim como os operários são fundamentais para o processo de desenvolvimento; lutar contra qualquer força de coerção social; e buscar uma maior organização entre: estudantes, operários e camponeses, numa luta comum e reivindicatória. (UNE, 1961, p.05).

A UNE entendia que uma revolução brasileira, só seria possível numa posição clara e consciente de mudança das estruturas arcaicas e sócio-política, ultrapassadas e injustas, por uma que fosse capaz de eliminar as injustiças, as desigualdades, as explorações e competições. Eram os jovens brasileiros a partir da Universidade que tinham uma enorme responsabilidade por esses ideais. Eram eles e os oprimidos por excelência que precisavam romper com as alienações, com os preconceitos e as deficiências, oriundas da própria formação. Foi nesse sentido, que a UNE, propôs a tomada de consciência ao lado dos operários e dos camponeses por uma revolução brasileira.

---

<sup>106</sup> Para formar a consciência política do povo brasileiro, a UNE cria os CPCs, responsáveis para difundir em pouco espaço de tempo uma formação política-cultural para a massa. (CALDAS, 2003, p. 01-10).

Sobre a Universidade no Brasil, a Declaração da Bahia apontava que a “escola” era como uma conquista sócio-cultural no processo da evolução humana. Ela apareceu quando o nível de conhecimento estava muito elevado para a simples transmissão familiar ou individual espontâneo, quando o conjunto das experiências humanas exigiu uma sistematização tal que uma organização do tipo “escola” poderia possibilitar.

No processo dessa evolução os conhecimentos se multiplicavam, tornando-se mais complexos, exigindo uma igual modificação da escola. Assim, a Universidade surgiria transformando o desenvolvimento da sociedade: surgia a pesquisa, a comunidade universitária que se transformava em instrumento do desenvolvimento histórico. Com a especialização crescente do trabalho, as conquistas da sociedade moderna, a Universidade tornou-se cada vez mais complexa.

Para acompanhar e influir nas transformações sócio-econômicas naquele momento histórico, a Universidade deveria: a) estar totalmente integrada na sociedade e no meio que a criou, e para a qual devia voltar-se; b) ter uma estrutura flexível, para acompanhar as transformações sociais. Em síntese, dever-se-ia cuidar de democratizar a Universidade, do ponto-de-vista da sociedade e da comunidade de trabalho.

Para a UNE, a Universidade e a sociedade se interpenetravam e se interinfluenciavam ineludivelmente. Uma sociedade deformada determinaria uma Universidade mutilada, e a Universidade seria responsável pela sociedade. Assim, a Universidade, como reflexo da sociedade, mostrava-se alienada, deformada economicamente, subdesenvolvida, estratificada, pseudodemocrática, desumana, não atendendo ao projeto histórico brasileiro – o desenvolvimento na perspectiva do proletariado.

As estatísticas sobre educação no ano de 1959 apontavam a Universidade brasileira como um privilégio a poucos, divulgavam os seguintes dados:

- a) a população em idade escolar (primária) era de 12,7 milhões;
  - b) no curso primário, apenas 6,9 milhões conseguiram matrícula;
  - c) no ensino médio, apenas 1.076.201 conseguiram matricular-se.
- Destes, “apenas” 15.985 alunos concluíram o curso superior, no ano de 1959. (UNE, 1961, p.06).

No processo discriminatório do ensino brasileiro, a Universidade estava em primeiro lugar. Pode-se dizer que em qualquer outro país, os estudantes necessariamente não atingiriam os bancos universitários. O Brasil possuía um caso especial de discriminação, então, a minoria, era altamente privilegiada, porque:

- a) o sistema discriminatório se fundamenta em critérios extra-educacionais, de base econômica e social;
- b) o ensino é gravemente oneroso para a população. Em 1961, a verba solicitada para o ensino superior ficou na ordem de: Universidade do Brasil – Cr\$ 3.900.000.000; Universidade de Minas Gerais – Cr\$ 4.449.000.000; todas as universidades – Cr\$ 35.000.000.000 e para o orçamento federal de educação – Cr\$ 28.000.000.000. Caso fosse concedida a verba solicitada, um estudante custaria anualmente ao povo, na Universidade de MG (3.600 alunos) – Cr\$ 600.000.
- c) os profissionais, formados a este custo, não atendem às exigências da realidade nacional;
- d) os profissionais formados por esta Universidade estão insensíveis ao drama social brasileiro. Jamais retribuirão ao povo que o custeou, mas, coerentes com a mentalidade burguesa individualista que a própria Universidade lhes infundiu, saberão usar quaisquer meios para aumentar os seus ganhos. (UNE, 1961, p.06).

Diante deste quadro, verifica-se que a instituição Universidade era um privilégio, situado no topo do processo discriminatório do ensino brasileiro. Nesse sentido, a Universidade falha em sua missão cultural, em sua missão profissional e em sua missão social, que pode ser comprovada nos apontamentos abaixo:

- a) Funciona como repositório da cultura nacional, cultura enquanto compreensão da problemática do homem; consciência do processo histórico; elaboração de um pensamento brasileiro.
- b) Não incentiva a pesquisa, a cultura e o artístico. Alimenta-se de esquemas importados, invariavelmente inadequados.
- c) Não esclarece ao povo o conteúdo de uma cultura popular, entendida como o despertador das classes populares para a consciência de sua destinação histórica dentro dos quadros brasileiros.
- d) A formação dos profissionais competentes tem um caráter formalista, não desenvolvendo uma iniciativa criadora do estudante e não o tornando um mero repetidor de fórmulas. Não leva em conta a realidade nacional e regional.
- e) A Universidade não atende as necessidades particulares de cada região.
- f) Está inserida no processo educacional brasileiro globalmente oligárquico.
- g) Não assume o seu papel de liderança social. Ainda é ingênua e porcamente politizada.
- h) Da ênfase na formação do profissional individualista, o que fazia a manutenção da ideologia do “*status quo*”: advogados para os que podem

pagar as custas astronômicas; médicos para uma clínica de alto preço, incompatível com os recursos da maioria da população.

i) Pelo emprego perdulário e ostentatório dos recursos orçamentários, num país de maioria analfabetos. (UNE, 1961, p.07).

É importante compreender o verdadeiro significado da Reforma Universitária para a UNE, pois ela deveria ser vista como um momento maior, a própria Revolução Brasileira. Assim, não se podia esperar que a Universidade fizesse a transformação por si só. Sua verdadeira missão estaria em romper com as amarras das velhas oligarquias classistas e servir de impulso à evolução social.

As diretrizes para a Reforma Universitária consistiam no compromisso com as classes trabalhadoras e com o povo. Para isso, as lutas reivindicatórias, e a resistência ao projeto de Estado deveriam ser encampadas pela maioria dos estudantes universitários. Sobre a luta da UNE, a “Declaração da Bahia”, destacou os seguintes pontos:

1 – lutar pela reforma e democratização do ensino, dando todas as condições de acesso à educação, em todos os graus.

2 – abrir a Universidade para o povo, através da criação nas Faculdades de cursos acessíveis a todos.

3 – colocar a Universidade a serviço dos órgãos governamentais, sobretudo do interior dos Estados. Promovendo, por exemplo, o levantamento topográfico de uma cidade do interior, para traçar um plano de qualidade no saneamento básico.

4 – fazer da Universidade uma trincheira de defesa das reivindicações populares, através da atuação da classe universitária na defesa de reivindicações operárias, participando de gestões junto aos poderes públicos e possibilitando cobertura aos movimentos de massa. (FAVERO, 1977, p. 46).

Os estudantes que participaram desse seminário, após apresentarem suas considerações sobre a formação dos professores, ao tempo integral dedicado ao magistério superior e ao regime da cátedra vitalícia, concluíram que os pontos analisados acima foram em grande parte responsáveis pela não realização dos objetivos fundamentais da universidade brasileira. E, diante dessa atual realidade na educação brasileira, propuseram:

1 – exigir que se sustenha o provimento de cátedras, seja por concurso ou por nomeação simples;<sup>107</sup>

<sup>107</sup> Sobre uma análise mais detalhada do assunto, ver (CUNHA; GÓES, (1985), ver também, (GERMANO, 1994)).



- 2 – manifestar o firme desejo de ver alterados o artigo 168, item VI, e art. 187 da Constituição;<sup>108</sup>
- 3 – sugerir o estabelecimento do regime departamental – nos moldes em que o presente relatório abaixo se refere;
- 4 – sugerir adoção do regime de tempo integral, satisfeitas as seguintes condições:
  - a) condições de trabalho a professores e alunos na Universidade;
  - b) remuneração mais justa para o docente;
  - c) criar um eficiente sistema de assistência ao estudante.
- 5 – Insistir na necessidade de se regulamentar a carreira do magistério, de acordo com o espírito das alíneas “b”, “c”, “d”, do capítulo que segue. (UNE, 1961, p.08) (grifos nossos).

A Declaração da Bahia estabeleceu um plano de luta que, depois de feita a análise da realidade da universidade brasileira, seguiu um ritual metodológico para analisar, concluir, apontar os pontos fundamentais e, propor soluções. Isto está implícito em toda o documento no qual traz valiosas informações acerca dos problemas enfrentados pelos estudantes na década de 60. Observou-se também, as propostas do Seminário para o regime da cátedra, do tempo integral e da carreira do professor. A discussão feita em torno dessas questões, foi imprescindível para uma análise das dificuldades que existiam para a integração dos docentes em tal regime na Universidade.

Nessa declaração foram apresentados três pontos fundamentais os quais tratam da Administração da Universidade, em seguida fizeram seis considerações relevantes acerca do Governo da Universidade. Eis as questões:

Verifica-se que as cúpulas dirigentes da Universidade:

- a) manifestam um inegável caráter oligárquico e classista;
- b) estão comprometidas com a estrutura colonial e alienada do Brasil, ora em fase de superação;
- c) configuram-se como impotentes ou desinteressadas na criação de uma verdadeira comunidade universitária. Considerando:
  - 1 – que a Reforma deveria visar criação de uma comunidade e a democratização da Universidade;
  - 2 - que em uma comunidade democrática, o governo deveria assumir suas responsabilidades;
  - 3 - a necessidade de um “diálogo criador” com os estudantes;
  - 4 – a participação estudantil – constante renovação do ensino e dos valores da Universidade;
  - 5 – a participação dos mestres é essencial, (desde que sobre eles recaia a tarefa de formar e orientar a juventude);
  - 6 – a participação de ex-alunos é imprescindível para tal organização de Universidade. (UNE, 1961, p.09).

<sup>108</sup> São artigos que dispõem sobre os catedráticos e garantem sua vitalidade. Ver os artigos na íntegra, bem como o Decreto 19.851, no seu art. 59. (Constituição Brasileira).

Os estudantes que participaram do “I seminário Nacional de Reforma Universitária”, diante dos apontamentos discutidos sobre a administração, governo e universidade, concluíram por uma participação dos alunos, professores e funcionários, com direito a voz e voto, em todos os órgãos técnico-administrativos da Universidade, assim como nas comissões e Departamentos a serem criados. A participação na seguinte proporção à participação nas decisões da Universidade: 40% - aos professores, 40% - aos alunos e 20% - aos profissionais. Escolher dois representantes dos grupos: estudantes e professores escolhidos por seus órgãos de classe. Dos profissionais escolhidos entre os egressos das Faculdades ou Universidades onde se fariam representantes e não exerceriam cargos docentes.

Considerando que a autonomia constituiu-se num marco importante para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, este seminário defendeu a autonomia das Universidades, deixando claro que deveria dar à Universidade “mobilidade legal” para resolver seus problemas, “[...] visualizando a Reforma como processo de contínua adequação das Universidades à realidade sócio-econômica”. (UNE, 1961, p. 09). Também deveria possibilitar à Universidade atender novas exigências sociais e impedir interferências estranhas de grupos políticos e econômicos e libertá-la de modelos pseudamente nacionais, para que ela pudesse responder à exigência dos mercados de trabalho de regiões diversas.

O entendimento que a União Nacional dos Estudantes chegou sobre a autonomia das universidades, é que não se pode separar do processo de discussão da Reforma Universitária o aspecto da autonomia. E segue no pensamento de que a autonomia não deveria ser concedida sob um projeto de Reforma consolidadora do “*status quo*”, então, reformar a Universidade pressuporia dar-lhe a autonomia sem frustrar o processo de mudanças, adequações e depurações. Foi mais que isso, dar autonomia universitária pressupunha não impedir o avanço do movimento histórico do conhecimento.

Interessante saber que muitos princípios que estavam postos no Anteprojeto de Reforma Universitária, que tramitava no Congresso, carregavam ainda, algumas diretrizes dos anos 30. Ressalvam-se, as diretrizes para o ensino superior apresentadas por Francisco Campos, em 1931, onde se destaca dois pontos paradoxais:

1 – A Universidade tem um duplo propósito:

[...] equipar tecnicamente as elites profissionais do país e proporcionar ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino,

imprescindível à formação da cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura”.

2 – A Universidade não tem uma finalidade meramente didática, mas também social:

[...] transcende ao exclusivo propósito do ensino, [...] é uma unidade social ativa e militante, isto é, um centro de contacto, de colaboração e de cooperação de vontades e de aspirações, uma família intelectual e moral, que não exaure a sua atividade no círculo dos seus interesses próprios e imediatos, senão que como unidade viva, tende a ampliar no meio social, em que se organiza e existe o seu círculo de ressonância e de influência exercendo nele uma larga, poderosa e autorizada função educativa. (CAMPOS, 1940, p.60).

As diretrizes apresentadas no texto acima foram extraídas da Reforma Francisco Campos<sup>109</sup> para a reorganização do ensino superior no Brasil. Foi pensada e articulada num momento histórico onde a revolução de caráter liberal eclodia nas academias através de decretos, assim como foi a Reforma da década de 60, este modelo de Universidade tem uma certa preocupação com o meio social. Segundo os estudantes eram idéias justas, mas muito otimistas para serem realizadas de uma vez, pois, não havia escolas até mesmo para a minoria privilegiada.

Sobre o projeto de Lei de Diretrizes e Bases, os estudantes apresentaram propostas acerca da administração e autonomia da Universidade. Assim, através de pareceres os estudantes rejeitaram alguns itens do atual projeto de Diretrizes e Bases. “art.78 – O corpo terá representação com direito a voz e voto nos Conselhos Departamentais CTA e Congregações das Universidades e escolas superiores isoladas, nas formas dos estatutos das referidas entidades”. (SANFELICE, 1986, P. 200. In: UNE, 1963, p. 52).

A plenária rejeitou este artigo porque entendia que a representação que discente deveria ser determinada pelos estatutos das Universidades, não contemplava aos anseios de democratização que devia a comunidade universitária buscar. Bem como rejeitaram o art. 80, que trata das universidades que gozarão de autonomia didática, administrativa e financeira. No parágrafo segundo, no que se refere a autonomia administrativa reservava ao governo a escolha do reitor a partir de uma lista tríplice.

---

<sup>109</sup> Sobre a Reforma Francisco Campos, ver (BRASIL. Decreto nº 19.851, 11 abr. 1931), ver também (BRASIL. Decreto nº 19.852 e nº 19.850, 15 abr. 1931). Todos publicados no Diário Oficial de 15/04/1931.

Do mesmo modo, a plenária resolveu pela rejeição deste artigo, pois entendia que quem deveria indicar sobre a matéria, seria a congregação, formada por professores, estudantes e profissionais – na proporção de 40%, 30% e 20%, respectivamente que elegerá o reitor, nomeado pelo Presidente. A UNE não concordava com a lista tríplice, tampouco com a recondução do reitor por mais uma vez, conforme razões já apontadas. (FÁVERO, 1977, p. 43) (grifos nossos).

Criticavam o projeto entendendo que a representação dos alunos nos órgãos administrativos e, portanto, a pseu-autonomia da Universidade, não atendia absolutamente aos mínimos reclamos de todo o povo brasileiro, interpretados pelo I SNRU, no que toca à democratização da Universidade. Por fim, consideram que da forma que foi proposto o projeto, o mesmo deveria ser rejeitado e reestudado.

Da mesma forma, ao que se refere aos programas e aos currículos, o I SNRU considerava que existia uma total falta de articulação dos mesmos com a realidade nacional não atendendo as necessidades dos alunos, propôs algumas medidas. “[...] medidas que mais tarde foram usadas na condução do ensino superior”. Eis as medidas:

- a) que a Comissão de Reforma Universitária da UNE coordene os estudos para as modificações dos programas e currículos;
- b) que se recomende às faculdades o estudo da reforma dos seus programas e currículos, e as conclusões apresentadas a CRU – UNE;
- c) elaboração dos programas e currículos, que acompanham o desenvolvimento do país e se voltem para a integração nacional;
- d) que fossem ajustados às particularidades regionais;
- e) seria garantida ao professor liberdade de iniciativa, respeitadas as diretrizes gerais estabelecidas pelo Ministério da Educação;
- f) entrosamento dos programas das disciplinas;
- g) cadeiras básicas fixadas nas duas primeiras séries, para uma especialização objetiva;
- h) que fosse introduzida nos currículos uma cadeira para o estudo de problemas brasileiros;
- i) estudar a possibilidade de ministrar em dois períodos letivos certas disciplinas que já constituam uma especialização, atualmente lecionadas em um só período;
- j) descentralização na elaboração dos programas e currículos, fixadas as diretrizes gerais. (UNE, 1961, p.10).

Os problemas sócio-econômicos também foram debatidos neste Seminário, onde observou-se que, no atual contexto brasileiro, onde a inflação foi um dos grandes vilões da economia do país, o estudante, embora sabendo-se que provém das classes mais favorecidas, padecia ainda

desse grave problema decorrente da nossa deficitária estrutura sócio-econômica. O I SNRU destacou alguns: a manutenção que foi uma das sérias dificuldades onde o estudante não conseguia permanecer na Universidade por falta de recursos; a carência de livros didáticos e, sobretudo o seu preço levaria ao uso, na maioria das escolas, exclusivo ou exagerado de apostilas desatualizadas; os instrumentos técnicos – para os cursos “nobres” os alunos carentes não tem acesso a tais instrumentos; o sistema de bolsas é extremamente precário, em todas as instâncias; o trabalho – enquanto prática para sua formação profissional, foi valorizado, mas na realidade, a maioria dos estudantes trabalhavam, mas exercendo funções que nada tinha a ver com o que estudava. Concluiu que a existência desses problemas só tornou a Universidade cada vez mais um privilégio para poucos.

Como último assunto a ser discutido neste Seminário, tendo em vista que a educação era concebida como direito de todos e que, milhares de estudantes não tinham acesso a esse ensino, por falta de condições sócio-econômicas, a plenária resolveu intensificar a luta buscando o bem comum para todos. Assim, reivindicava uma reforma Universitária que garantisse tais necessidades. Aprovou por unanimidade uma moção dirigida aos políticos do país, afirmando algumas posições discutidas nesse encontro. Posições que apontavam o ensino superior uma situação calamitosa. Em razão das exigências criadas com as transformações econômicas, sociais e culturais da sociedade brasileira. Nesse sentido, a UNE mesmo sabendo que todos os aspectos levantados nesse Seminário corriam o risco de serem postos de lado, exatamente no instante em que os problemas se tornam mais graves e impõem soluções urgentes.

Ao final desse seminário ficou a crítica dos estudantes com relação ao projeto de Diretrizes e Bases em trâmite no Congresso. Diretrizes que não atendiam às necessidades do povo brasileiro, pois no geral era um segmento das estruturas que imperam em nosso país por muitos anos e que vêm se consolidando nas políticas públicas implementadas em nosso país. Cabe ressaltar, que várias medidas defendidas pela UNE nesse seminário e em outros encontros nacionais, serviram de subsídios para a ditadura na elaboração e efetivação da própria Reforma Universitária e que tiveram em muitos casos péssimos resultados como foi o caso de algumas medidas adotadas para a autonomia universitária e aos programas e currículos.

#### 4.2 II SEMINÁRIO NACIONAL DE REFORMA UNIVERSITÁRIA E A “CARTA DO PARANÁ”

Na mesma ótica do seminário anterior, foi realizado em Curitiba, entre os dias 17 e 24 de março de 1962, o *II Seminário Nacional de Reforma Universitária*, onde os trabalhos foram baseados nas discussões do seminário anterior elevando o nível do debate. As conclusões foram estabelecidas no documento extraído deste Seminário denominado a *Carta do Paraná*, que foi redigida em três etapas principais: 1 – fundamentação teórica sobre a reforma universitária; 2 – análise crítica da universidade brasileira; 3 – síntese final, esquematizando taticamente a luta dos estudantes pela Reforma Universitária.

A luta estudantil pela reforma universitária já tinha uma história. O primeiro movimento estudantil de reforma no país, surgiu em 1960, onde os alunos baianos fizeram uma greve e a transformaram em greve nacional. Outros movimentos sucederam-se pelo como foi o caso do I SNRU, em 1961.

As lutas pela Reforma se intensificava, as greves aumentavam ao passo de uma enorme repercussão. O Seminário de Curitiba foi, por assim dizendo, o ponto de encontro de estudantes de todo o país, unido por um mesmo problema, em busca de uma solução para o ensino superior brasileiro.

A direção da UNE denunciava que os preceitos tirados no I SNRU eram de cunho subversivo, e, isso não contribuía para sua efetivação. Porém, a intenção dos estudantes era a de subverter as estruturas que caracterizava a sociedade brasileira. Em busca de uma solução para os vários problemas no sistema de ensino brasileiro, os estudantes se reuniram nesses dias e revisaram todos os pontos do encontro na Bahia, traçando uma linha comum de luta para o movimento estudantil universitário.

A *Carta do Paraná*, logo depois de sintetizada e discutida tornou-se a orientação básica de todo o movimento estudantil. Nela estava o espírito de consciência em que se encontrava o estudante. Tal consciência levaria a história da UNE como um episódio de grande importância para a história do povo e de sua liberdade. Analisa-se a seguir seus três pontos fundamentais:

#### 4.2.1 Fundamentos da Reforma Universitária

Este Seminário resgatou a questão básica da realidade nacional e internacional traçando um panorama sobre o desenvolvimento e suas bases capitalista. Segundo a UNE, o povo adquiriu a consciência de que o desenvolvimento era um imperativo histórico e que, sem ele, o país estaria impedido de se libertar e determinar seu próprio destino. Na época havia duas posições sobre a atual fase de desenvolvimento. Uma delas estavam os que representavam a classe dominante e da outra, as forças progressistas do país<sup>110</sup>.

A UNE, nesta Carta afirmou, que após os anos 30, ocorreu uma aceitação por parte de alguns setores populares do modelo de desenvolvimento implantado no Brasil, o que de certa forma demonstrava uma adesão ou conformidade a que é levada parte das classes populares, pelos agentes da máquina político-eleitoral. Para o M.E, as forças políticas nacionais que se constituiu após a crise de agosto de 1961, culminaram com a intenção de se adotar no país o parlamentarismo no Governo de Jango e com o Golpe de Estado de 64.<sup>111</sup>

As manifestações populares ocorreram em todos os grandes centros urbanos. A luta por melhores condições de trabalho e vida digna foi o lema de grande parte da massa reivindicativa. As condições de um país subdesenvolvido, onde a propriedade dos meios de produção estava iniquamente distribuída, vinha sendo marcada por um conjunto de contradições.

A leitura que a UNE fez das manifestações de massa nesse período, dá-nos a percepção de que o movimento pela revolução<sup>112</sup> estava cada vez mais organizado e acelerado. Então, a Reforma Universitária não deveria ser calcada em meras fórmulas de horários e programas de currículos. Deveria, ser acima de tudo, a expressão do povo, onde os critérios econômicos,

---

<sup>110</sup> Para a classe dominante o desenvolvimento era entendido apenas como a intensificação da atividade econômica, ou melhor, ainda, como crescimento do volume dos serviços e bens produzidos pela coletividade, traria a elevação do bem estar social. Para os progressistas, o desenvolvimento só não repararia as incorreções e injustiças sócias, ressaltando a necessidade de, juntamente com o crescimento da renda nacional, melhorou a distribuição da riqueza, para que o desenvolvimento se fizesse para o povo, e não indiferentemente ao povo ou contra o povo.

<sup>111</sup> “Após esse período, assistimos a uma radicalização progressiva das forças políticas. As manifestações populares, que o povo se aglutinava em torno das forças progressistas, a classe dominante aliou-se às classes decadentes, na chamada aliança dos partidos do centro. Por outro lado, a opinião pública vem obtendo vitórias memoráveis, como a aprovação pela Câmara Federal, da lei que regulamenta as remessas de lucros para o exterior, ou ainda a tentativa de adoção de uma política externa independente”. (UNE, 1962, p.17).

<sup>112</sup> Segundo a UNE, toda revolução é um processo de construção histórica que se orienta no sentido da superação de qualquer compartimentada do homem, em busca de sua total fisionomia.

sociais, políticos, ideológicos, jamais poderiam prevalecer na seleção dos candidatos à escola, em qualquer grau do ensino.

A UNE era contrária ao tecnicismo desumanizante e ao humanismo total na teoria burguesa de reforma universitária, atuando em concordância com os interesses da classe dominante, que pretendia fazer da educação superior um meio de manipulação, de formação de homens alienados do processo da mais-valia. Para desmistificar essa teoria, era necessário que a educação ministrada se preocupasse com uma visão de conjunto destas manifestações. E, somente com essa visão de conjunto o homem poderia se situar na totalidade social e compreender o sentido de sua atividade. Então, o humanismo não excluiu do processo a técnica, pelo contrário, ele repôs em seu devido lugar, na totalidade sócio-cultural, pois a compreender como momento de execução do humanismo, da cultura e do homem.

Para a UNE, essa visão humanizante da cultura e da universidade não afastava a necessidade da especialização. Assim, o homem especialista era aquele que tinha uma visão clara e global da cultura onde estava inserida como momento a sua especialidade. Era assim que o homem teria condições de exercer um trabalho criador e resolver os problema que envolveria sua atividade profissional. Por fim, a Universidade deveria como compromisso formar homens especializados e profissionais que teriam uma visão global da sociedade, da qual a ciência era uma interpretação funcional, da cultura que engloba a sua especialidade escolhida.

#### 4.2.2 A Universidade no processo histórico

Na análise do processo histórico da cultura brasileira e a compreensão de que a Universidade derivaria do processo de alienação do pensamento brasileiro, os estudantes defendiam dois procedimentos: o retrato do quadro social que deu origem à alienação, a extração do sentido social e de classe essa alienação. Nesse sentido, deve-se resgatar as raízes históricas e sociais da alienação brasileira, onde a economia é dependente condicionante do surgimento de uma classe social ligada estreitamente ao mercado externo (metrópole) e uma sociedade que retratava ainda a maneira dos Jesuítas doutrinare um determinado povo. No segundo ponto, o aparecimento de uma classe média que condicionou um problema social e tornou-o sistemático e amplo na produção intelectual em nosso país.



Assim, a classe média fez uma tentativa de “rompimento” com a referida estrutura social, porém, ficou no processo de acomodação com o regime vigente, pois lhe interessava devido a não objetivação de uma reforma mais radical e de base, tampouco uma reforma com a finalidade de promover pelo mesmo regime vigente, a absorção da parcela que jazia marginalizada e sem perspectivas de subsistência econômica. Foi nesse contexto que a Universidade estaria se estruturando e se perpetuando. A cultura era encarada como forma de promoção social e perpetuação do “status quo” devido à conclusão de um curso superior. Tal promoção era sempre individual, nunca coletiva, pois se tratava de formação de pequenos burgueses. Para a UNE,

Só uma classe é que pode, a partir de sua própria consciência, organizar o conjunto da sociedade em função de seus interesses, é capaz de exercer papel de domínio social. Isto não se verifica com a classe média brasileira, cujos interesses restritos levam-na a um mero reformismo, a um enquadramento dentro do mesmo sistema social vigente. É o que atesta, além deste caso exposto da alienação e da universidade, a atual ideologia moralista que manipula. (UNE, 1962, p.27).

A utilização da cultura alienada, desvinculada de seu objetivo de transformação, tornou a Universidade brasileira um instrumento falido, desumano e afastada de sua essência e finalidade, uma vez que ela mesma era a própria cristalização desse processo de diferenciação. O modelo de Universidade dos anos 60 no Brasil derivava de uma sociedade colonial, cuja cultura era alienada, e se fez, ela mesma, veículo de manutenção desta ordem social desumana. Prestou-se ao papel quase que exclusivamente de separar na sociedade a classe média da massa popular, garantindo um sistema a favor do imperialismo e da integração da classe média nos quadros e processos sociais. Esse processo alienatório cumpriu um papel de ajustamento dos diversos segmentos de uma determinada sociedade, reafirmava esse documento da UNE.

O imperialismo teve um papel fundamental para perpetuar em nosso sistema de ensino superior um modelo de políticas públicas que nos tornaria mais tarde subordinados ao estado de coisas, que visava exclusivamente implantar em nosso sistema educacional a concepção de mundo para um país em subdesenvolvimento, ou seja, implantar no Brasil políticas públicas paliativas, políticas referendadas na *Carta de Punta Del Este*, em 1961, extraída de uma

reunião programada pela *Aliança pelo Progresso*<sup>113</sup> em prol do “desenvolvimento” dos países latino-americanos, e mais tarde no Relatório Pearson, da *Comissão do Desenvolvimento internacional*, denominado *Sócios no Progresso*.

Do ponto de vista político-social a Universidade brasileira estava amarrada à forma antidemocrática: seleção econômica, política e social. O II SNRU considerou que o ensino baseou-se na alfabetização, desligado das condições sócio-econômicas e culturais. Não havia planejamento na distribuição da rede escolar<sup>114</sup> e não se empregavam ou desenvolviam os métodos pedagógicos adequados às condições de trabalho. As verbas eram infinitamente mínimas e não estavam de acordo com sua obrigatoriedade constitucional, portanto, o Estado não cumpria sua função prevista em lei, pelo menos no que compete a destinação de recursos para o setor “educacional público”.

A crítica da UNE ao sistema educacional revelava que o projeto de Estado defendia os interesses da classe burguesa, estava como sempre esteve a serviço da elite dominante e aos interesses da acumulação de capital. Tais interesses são traduzidos no número de analfabetos no país, no número de crianças e adultos fora da escola primária, média<sup>115</sup> e superior, no déficit habitacional, na qualidade da saúde pública, nas péssimas condições sanitárias da maioria esmagadora da população pobre e, principalmente no número de mortalidade infantil.

A discussão que os estudantes se propuseram a fazer em torno do sistema nacional de ensino dos anos 60, evidenciavam a própria Universidade como obstáculo imenso à revolução brasileira e à própria reformulação do sistema educacional, uma vez que a Universidade se prestava o papel fundamentalmente de mantenedora do “*status quo*”. Ela era a mola

<sup>113</sup> “[...] considera-se que, o primordial da educação é o desenvolvimento integral do ser humano, que os baixos níveis de educação, nos países latino-americanos, são, ao mesmo tempo, o resultado e a causa de sua situação econômica e social, impondo-se dar vigoroso impulso aos serviços educacionais, que a fim de assegurar o êxito da Aliança para o Progresso e os máximos resultados dos recursos destinados à educação, é indispensável integrar os planos para desenvolvimento desta com os programas nacionais de desenvolvimento, recomenda: Que se adote, em cada país, planos integrados de educação, que se adotem, como metas da Aliança para o Progresso no campo da educação, a serem alcançadas nos próximos dez anos. A metas mais considerável diz o seguinte: Proporcionar, no mínimo, seis anos de educação primária, gratuita e obrigatória, para toda a população de idade escolar. Isto pressuporia o aumento da matrícula nas escolas primárias, que foi aproximadamente de 26 milhões de crianças em 1960, para 45 milhões em 1970”. (CARTA de Punta Del Este, 1961, p.27).

<sup>114</sup> Este Seminário apontou uma estatística real e preocupante. “Dentre 15 milhões de crianças em idade escolar, 7 milhões não têm escolas, no Brasil; de 8 milhões de crianças que se matriculam no curso primário, apenas 600 mil terminam o curso. Metade da população brasileira é, oficialmente, analfabeta”. (UNE, 1962, p. 32).

<sup>115</sup> “[...] no Brasil, apenas 4% dos maiores de 19 anos tem curso médio completo; se analisarmos o que representam 300.000 estudantes matriculados no ensino médio brasileiro para uma população de 70 milhões; de

propulsora da propagação de um modelo educacional que servia apenas como promoção de um determinado grupo social, a elite sócio-econômica. Assim, não se constituiu como acessibilidade à grande maioria da massa populacional que a matinha e a financiava.

Cabia ao estudante brasileiro tomar consciência dos problemas nacionais juntamente com as massas trabalhadoras e aí estabelecer o ponto de partida para a reforma. Assim, a RU significou,

[...] um momento na transformação global da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, a Reforma Universitária significa um esforço, uma luta no sentido de uma dinamização da Universidade, visando integrá-la no atual processo histórico e torná-la, em decorrência desta dinamização pela participação, o centro cultural e intelectual atuante por excelência no desenvolvimento nacional. Somente integrada dialeticamente no processo histórico é que a Universidade poderá ser dirigida e dirigir este mesmo processo. Assim, integrada, a análise do processo fornecerá os elementos para solucionar os problemas daí decorrentes. (UNE, 1962, p.35).

A Universidade colocada nesta perspectiva abandonaria o ensino livresco e acadêmico, para buscar o trabalho de aperfeiçoamento, especialização, pesquisa e análise, extensiva e intensiva, adaptada a condições reais, e, universal. Caberia à Universidade possibilitar a todos uma oportunidade de participação ativa no processo democrático.

Os estudos realizados nesse encontro apontaram problemas existentes nas duas categorias de escolas no Brasil. As escolas particulares que o Estado subvencionava, dotando-as de verbas para sua manutenção e ampliação: mas, apesar do apoio estatal retirado do povo brasileiro, essas escolas faziam discriminações e mantinham um caráter seletivo que impediam o ingresso dos menos favorecidos. Já as escolas públicas, em tese, permitiriam maior acesso ao ensino por parte da massa popular. Ela era mais “democrática” que a particular, embora marcada por várias opiniões e ideologias; porém, aos recursos que legalmente deveriam satisfazer suas necessidades não eram suficientes, além do mais sofreu desvio para garantir o receituário das escolas privadas.

A contradição existente no ensino público contribuiu também para o processo de exclusão das massas populares dos bancos escolares. A partir desses fatos concretos, era necessário que

---

15 milhões de crianças em idade escolar, chegaremos à reformulação de nossa política educacional no sentido de democratizar o ensino brasileiro”. (UNE, 1962, p.33).

fosse impedido o Estado de manter compromisso de subvenção das escolas privadas. Propunham que as escolas que não tiverem condições de sobreviver sem a subvenção estatal, que se torne escola pública, transformando-a em escolas a serviço da massa popular nas quais existam realmente a liberdade de cátedra e a pluralidade de ensino.

Do ponto de vista cultural, a Reforma Universitária apresentava aspectos que exigiam uma atenção mais imediata, interna à própria estrutura das universidades, que sedimentassem e favorecessem seu alheamento do meio brasileiro. A transformação total da sociedade deveria ser assim, uma necessidade mais justa nessa perspectiva de Reforma Universitária. Mesmo seguindo esse caminho a Universidade cometeria falhas, uma vez que, o processo de transformação da realidade brasileira não só depende da tomada de consciência, como da mudança urgentemente da condução global de nossa sociedade.

Considerando-se que a Universidade era falha em sua organização estrutural, poder-se-ia apontar, então, que a estrutura da universidade não estava adaptada às necessidades do estudante brasileiro, não permitindo a formação de técnicos e profissionais para o Brasil, por não dispor de material e quadros técnicos que atendessem a essa formação, por se constituir em faculdades isoladas, impedindo o verdadeiro espírito universitário e a pela não participação do aluno no governo da universidade.

Desse modo, as reivindicações deveriam ter uma importância fundamental no processo de democratização universitária, uma vez que fosse regulamentada e efetivada de fato a participação do estudante na direção das universidades. A participação dos ex-alunos também seria significativa, no sentido de trazer informações práticas para os problemas encontrados na universidade.

A Cidade Universitária seria outra reivindicação dos estudantes no Seminário em Curitiba. Discutiu-se a concepção e a necessidade de a cidade universitária ser um instrumento de melhor alcance de concretização de uma verdadeira “comunidade universitária”. Uma vez que poderia aproximar os diversos componentes. O modelo e o seu modo de organização era criticado pelos estudantes. Esses julgavam que as cidades eram: suntuosas; desumanas (porque isolava os indivíduos entre si e deles com relação à sociedade, inadequada assistência ao estudante), e acima de tudo a discriminação sócio-econômica prevaleceria.

Do sistema de ensino universitário os estudantes entendiam que aquele era um sistema viciado de preceitos liberal-burgueses, defendiam um sistema que proporcionasse ao aluno, meios e condições ao trabalho de pesquisa, possibilitando-o os instrumentos necessários à obtenção de novos conhecimentos, a fim de que pudesse por si chegar às conclusões teóricas, e até mesmo fazer novas contribuições. Nesse sistema o aproveitamento proveniente da troca de experiências entre professores e alunos seria fundamental para romper os vícios do atual sistema de ensino. (UNE, 1962, p. 53).

O sistema de aproveitamento dos candidatos às escolas superiores (vestibular) foi considerado por esse Seminário como selecionador socioeconômico entre os alunos. A UNE pediu a supressão deste modelo de ingresso ao ensino superior, entendendo que deveria ser implantada uma série de medidas visando um melhor acompanhamento e encaminhamento do estudante da escola média até ao ensino superior. (UNE, 1962, p. 54). A implantação do teste vocacional seria para a UNE uma medida que ajudaria o aluno a tomar conhecimento de sua verdadeira aptidão e saber direcionar melhor o seu potencial. Para objetivar melhor tais medidas, faz-se necessário lutar para assegurar a participação dos universitários na direção e no comprometimento do colégio universitário com a realidade.

A UNE denunciava a má aplicação das verbas para educação superior, os salários baixos dos professores, a falta de acesso aos alunos que precisavam trabalhar e estudar. Isso levaria a uma insuficiência na concretização das propostas apontadas pelos estudantes acerca de uma Reforma Universitária que estabelecesse um regime de tempo integral com remuneração condigna para professores, uma vez que isto daria maior importância para a eficiência do ensino. Uma Reforma que viesse para melhorar o resultado das aplicações dos recursos destinados ao ensino superior evitaria gastos supérfluos. Porém, para a efetivação deste sistema, só seria efetivamente válido numa sociedade desenvolvida, pois, naquele momento em que encontrava a sociedade, tenderia a formas de discriminações.

Um dos problemas mais sérios num sistema de ensino universitário foi a formação do professor, este ponto que mereceu muita atenção por parte desse Seminário uma vez que, estaria envolvida a capacidade de transmissão de conhecimento e do processo de alienação do professor. Tal profissional deveria ser capaz de compreender a relação <sup>116</sup> histórica que existia

---

<sup>116</sup> No II SNRU, a questão foi tratada da relação entre o corpo docente e discente, levantando-se os seguintes aspectos: o caráter não paternalista que deve orientar a assistência ao estudante, a criação de uma universidade

entre a transmissão de conhecimento e o envolvimento de seu trabalho com o resultado desse processo que é a formação do homem pleno. Se isso, não ocorresse, de nada valeria ser professor, se não estivessem libertados das amarras do sistema.

A Universidade de Brasília mereceu destaque no seminário. Ela foi criada pela Lei nº 3998, de 15 de dezembro de 1961, e surgiu como um projeto orgânico de uma instituição integrada. De certo, no modo de entender de educadores e cientistas brasileiros, esta Universidade seria para nós o que esse tipo de instituição era em alguns países: uma resposta à necessidade de renovação do ensino como forma de integrar nos seus cursos universitários a ciência moderna e a tecnologia. Esse empenho de renovação, no pensar de seus fundadores, seria reforçado por uma contingência feliz: os cientistas brasileiros, descontentes com as Universidades onde atuavam, encontrariam condições de trabalho nesta Universidade, onde se tentou instaurar uma metodologia interdisciplinar. (FÁVERO, 1994, p. 42).

Para os estudantes a universidade estava intimamente ligada à elite educacional como um modelo de instituição de ensino superior que surgiu em meio a luta pela Reforma Universitária, merecendo um estudo mais crítico, tendo em vista que se pretendia ser a fonte de uma casta educacional no país, enquanto toda a luta estudantil e popular pela Reforma do Ensino consistia precisamente, na supressão do caráter aristocrático da educação brasileira. “[...] se é verdade que a inovação na estrutura e no funcionamento do ensino faz prever uma melhoria nas técnicas pedagógicas, por outro lado essa inovação é duplamente insensível às necessidades do desenvolvimento brasileiro”. (UNE, 1962, p. 59).

Foi como instituição capaz de dar continuidade aos processos antidemocráticos da antiga Universidade, juntando esquemas e reproduzindo a classe dominante, que surgiu a UnB. Entre os pontos mais relevantes de organização estrutural da Universidade de Brasília pode-se destacar os seguintes:

- a) substituição da estrutura tradicional, composta de Faculdades isoladas, com cátedras autárquicas e duplicadoras, por uma estrutura tripartida e integrada, composta por institutos centrais de ensino e pesquisa, por Faculdades responsáveis pela formação profissional e por órgãos

---

crítica e a necessidade de centralização administrativa, nas universidades. Nesse sentido, considerou-se que as relações entre o corpo docente e discente devem ser constantes e sob forma de diálogo. Somente assim haveria na comunidade universitária um verdadeiro espírito democrático, que deve regê-la.

- complementares destinados a funcionar supletivamente como centros de extensão para a Capital e demais pontos do país;
- b) ênfase no papel dos institutos centrais encarregados de oferecer cursos básicos nos demais campos de conhecimento, ao mesmo tempo em que se constituiriam em centros de pesquisa e de formação de cientistas e humanistas ao nível de graduação de pós-graduação;
- c) extinção da cátedra e criação do Departamento como unidade universitária. (FÁVERO, 1977, p.43).

Embora a experiência de que a UnB fosse consenso no sistema educacional brasileiro, os objetivos não foram alcançados da maneira como foram pensados: “[...] em primeiro lugar a pressão do meio que reclamava o funcionamento imediato de alguns Institutos, a fim de atender à população estudantil, que desejava começar seus estudos superiores. Assim, a UnB perde a oportunidade de se transformar num centro de estudos superiores, para pós-graduação e, depois, graduação”. (TEIXEIRA, 1968, p.121, grifos nossos).

Outros fatos que contribuíram para a não efetivação dos objetivos traçados. Entre eles pode-se destacar as implicações ideológicas ocorridas no país já no início dos anos 60 e, especificamente, no início de 1964. Com a implantação do regime autoritário e com ele toda uma legislação de cunho repressivo, começou por todo o país o cerceamento dos professores, os quais, muitos foram afastados por dois anos e em seguida, ocorreram as demissões em massa.

#### 4.2.3 Plano de ação pela Reforma Universitária

Uma das primeiras discussões do II Seminário de Reforma Universitária foi localizar a Reforma Universitária no contexto social e concebê-la como um problema a ser entendido numa análise global da realidade brasileira. Ao fazer esta leitura caracterizaria e perceberia as implicações da “educação” no mesmo contexto.

Portanto, não se pode pensar a Universidade desvinculada do processo histórico. Assim, a reivindicação exigida pela UNE em Relação à RU não se apresentou no cenário nacional como algo isolado, alheio ao contexto social. A UNE entendia que a Reforma Universitária pretendida não seria possível alcançá-la por completo, sem primeiro conquistar-se outras reformas de base que eram tão necessárias quanto à própria Reforma Universitária. (UNE, 1962, 64).

A Universidade era apontada pelo M.E não apenas como um modelo anacrônico e falido, mas, era uma Universidade que não dava conta de atender nem as necessidades do próprio capitalismo. Porém, desenvolvia um papel significativo e imperativo para o sistema capitalista: a manutenção do *status quo*. Diante dessas primeiras considerações, este Seminário apontou como objetivos básicos: 1) a Reforma Universitária pretende fazer com que a Universidade seja para a sociedade o seu cérebro pensante, fornecedor constante de elementos para uma consciência crítica, em relação à realidade social, para que a Universidade seja o centro propulsor da cultura elaborado com os valores do próprio povo. 2) fazer com que a Universidade dê, efetivamente, ao universitário uma visão global da sociedade em que se insere, não se limitando somente a uma visão parcial (e ainda assim falha) de sua profissão. O futuro profissional não seria somente uma peça em uma engrenagem montada, mas teria uma visão crítica de seu papel na sociedade. 3) democratizar o ensino, erradicando discriminações de qualquer espécie, elegendo um critério único para todas as seleções feitas na universidade: o de capacidade. 4) melhorar o nível profissional dos formandos não só dentro de uma perspectiva técnica, mas também de uma visão de responsabilidade social. (UNE, 1962, p. 65).

Na seqüência apontaram quais eram as resistências para a concretização da Reforma Universitária: a) estrutura sócio-política-econômica brasileira subdesenvolvida, com todos os anacronismos que lhe são decorrentes, no vários setores da vida nacional (bancário, urbano, agrário, educacional). b) verbas para a educação, curtas e mal discriminadas. Conseqüência, principalmente, de uma má política de distribuição de verbas. c) cúpulas políticas profundamente marcadas pelo reacionarismo e pela política de interesse. d) lei básica de ensino que ainda tem muitos pontos vitais a serem revistos, como o tratamento que dispensa às escolas públicas e privadas. Esta lei está comprometida com as atuais estruturas vigentes no país. e) a Constituição Brasileira em diversos artigos, como o que estabelece a vitaliciedade de cátedra. f) estrutura das universidades e faculdades que são decorrência das leis superiores, que pela própria natureza se encontram superadas. g) o Estado de apolitização e mesmo indiferença política da maioria do povo. h) a pouca politização de consideráveis parcelas do estudantado, pela formação que lhes é ministrada, sua procedência é, freqüentemente, tendência burguesa. i) os corpos docente e administrativo das faculdades, universidades, Ministério da Educação e Cultura, e demais órgãos educacionais, especialmente o Conselho Federal de Educação, que, com honrosas exceções, se caracterizam, por compromissos com as atuais estruturas, pela cultura alienada. (UNE, 1962, p. 66).



Quanto aos aspectos políticos da Reforma Universitária, destacou-se a Lei de Diretrizes e Bases e suas possibilidades enquanto reforma. Nesta análise, verifica-se duas posições que se divergem entre si. Uma defendia a mudança de estrutura da universidade, contrária à segunda posição que defendia a manutenção do texto da citada lei a ser aprovado no Congresso. A UNE fez esse alerta porque a primeira posição consistiria numa preocupação da “legalidade”, isto é, não transcender, para objetivar a tática da Reforma, o texto legal. Após essa preocupação, não se pode jamais concretizar as aspirações dos estudantes, vez que a lei referida não ultrapassava os quadros de uma política educacional arcaica e obstaculizada de transformações estruturais.

A outra posição estaria baseada no caráter reacionário e freador da Lei, negando qualquer possibilidade de se continuar trabalhando por modificações da estrutura de ensino universitário, enquanto a Lei vigorasse. Esta posição, negativista, conduziria os estudantes dos anos 60 a uma posição de passividade, impedindo um posicionamento mais radical. Uma autêntica política de R.U seria a luta pela transformação global, e, na luta ligada a todo o processo de lutas pelas reformas de base necessárias à libertação nacional.

A constituição do Conselho Federal de Educação e dos Conselhos Estaduais, em junho de 1961 em seus “artigos 8º, 9º e 10º” regulava a formação e atribuições desses conselhos e, não contemplava a participação estudantil, ou seja, o Conselho Federal de Educação negava a participação dos estudantes em setores da educação nacional. A participação limitava-se somente em nível estadual, onde as UEEs faziam pressão para representar a UNE junto ao CFE e a cada DCE junto ao Conselho de seu estado. No “artigo 7º” tratava representação discente nos órgãos de direção: “O corpo discente teria representação, com direito a voto, nos Conselhos Universitários, nas Congregações e nos Conselhos Departamentais das Universidades e Escolas Superiores isoladas, na forma dos estatutos das referidas entidades”. (FÁVERO, 1977, p. 45) Este artigo implicaria na limitação da participação dos representantes dos estudantes nas decisões e discussões nos órgãos universitários. Para isso, seria especificada nos próprios estatutos das universidades e institutos a maneira da participação dos estudantes.

Já o “artigo 18º” tratava da jubilação do aluno: “Nos estabelecimentos oficiais do ensino médio e superior seria recusada a matrícula ao aluno reprovado mais de uma vez em qualquer série ou conjunto de disciplinas”. Assim, este item revogava todas as medidas anteriormente

tomadas em diversas faculdades, estabelecendo uma regra única para todo o território nacional. O “artigo 93º” normatizava sobre os recursos oficiais para a educação que deveriam ser aplicados, preferencialmente, na manutenção e desenvolvimento do sistema público do ensino. A UNE durante a campanha pela escola pública propunha a mudança da palavra “preferencialmente”, por “exclusivamente”, mas, foi recusado devido a uma forte pressão exercida por parte do grupo de proprietários de escolas privadas e confessionais. Isso porque, da forma como estava no texto, deixava brecha para a subvenção das escolas particulares com verbas públicas. (UNE, 1962, p. 59).

Embora ainda de forma não convincente, o “artigo 95º”, que regulamentava a concessão e a subvenção de auxílios, em seus “parágrafos 2º e 3º”, apontou duas medidas “positivas” para as quais a UNE (1962, p. 60), deveria lutar para serem efetivadas:

§ 2º - os estabelecimentos particulares de ensino que receberem subvenção ou auxílio para sua manutenção, ficariam obrigados a conceder matrículas gratuitas a estudantes pobres **“no valor correspondente ao montante recebido”**. (grifo do autor)

§ 3º - não será concedida subvenção ou financiamento ao estabelecimento de ensino que, sob falso pretexto, recusar matrícula a alunos por motivos de raça, cor ou condição social”.

Desde o aparecimento do projeto de Lei de Diretrizes e Bases, estes artigos, destinados a satisfazer os interesses do sistema privado, foram vigorosamente combatidos pelos estudantes; apesar disto, foram aprovados e os seus resultados nefastos logo iriam surgindo, na medida em que fossem utilizados.

Por fim, o II SNRU apresentou algumas considerações acerca das Universidades Regionais, apresentando algumas diretrizes gerais para uma possível integração de cada região com sua Universidade. Com isso, a partir de uma análise sócio-político-econômica da realidade brasileira foram apontadas:

- 1 – que toda Universidade, se autêntica, é regional;
- 2 - que pelo fato de o Brasil apresentar acentuada diversificação regional impo-se um planejamento regional para as Universidades;
- 3 – que para responder às exigências regionais é importante a esquematização de um método para a adequação da Universidade a sua região;
- 4 – que o conhecimento da realidade regional e mundial em que se vai integrar a Universidade, é outro pólo cujo conhecimento é necessário para que o processo de integração seja bem conduzido;

- 5 – que o levantamento dos pontos do estrangulamento das regiões nos conduzirá a um planejamento que procure atender às necessidades mediatas e imediatas do homem integral e da sociedade;
- 6 – que é indispensável o conhecimento dos recursos da Universidade: materiais, financeiros e humanos, para fazer frente à problemática regional;
- 7 – que é necessário um planejamento nos setores de: ensino profissional, pesquisa pura e aplicada, extensão de cultura geral autêntica em nível de apresentação popular, difusão e conservação dos valores culturais autênticos já existentes;
- 8 – que é importante uma constante atualização de métodos e estruturas procurando no momento: sistemas de Institutos para ensino e pesquisa nas matérias básicas, sistema de Faculdades para a especialização profissional, instituição de colégios universitários e instituição da carreira de professor e agrupamento das cadeiras afins em departamentos, com a eliminação da vitaliciedade na cátedra;
- 9 – que a partir das análises da realidade mundial, a grande luta que caracteriza o mundo atual não é dos dois sistemas econômicos que, fazendo uso de aparato bélico, numa disputa suicida, desviam recursos preciosos para o erguimento do mundo. (UNE – CARTA DO PARNÁ, 1962, p.76).

Diante de tais considerações e visando o interesse estudantil e popular neste II SNRU, propuseram:

Para o setor de ensino superior, uma conscientização e preparação dos profissionais para nas suas especialidades e regiões enfrentar e superar com soluções de sentido humano e social os problemas que a realidade nacional e em especial a regional lhe oferecem. [...] orientar a pesquisa visando os problema de desenvolvimento, novas estruturas para a vida nacional, eliminação do imperialismo e elaboração de uma cultura popular e meios de difundi-la para todos. [...] conscientizar o povo dos problemas nacionais, visando sempre a solução dos mesmos. [...] difundir uma cultura popular com valores do próprio povo. [...] formar profissionais com clara noção do caráter de gigantismo dos problemas que irão enfrentar, embora sem exigir soluções complexas; prepará-los para promover as reformas ou extensões de estrutura necessárias. [...] preparar técnicos e pesquisadores com capacidade profissional, visão social e compreensão do processo de desenvolvimento em que estão inseridos, preparando-os para bem dirigi-lo e para realizar as reformas estruturais necessárias. [...] e, para superar o estado de coisas é uma necessidade enfatizar as pesquisas tecnológicas e outras relacionadas com o desenvolvimento da região e sua humanização como: meios para corrigir o sentido do desenvolvimento, aumento da produtividade agrícola, meios para eliminar o imperialismo cultural e nosso país. (UNE, 1962, p.78-85).

A forma de lutar da UNE por uma Reforma Universitária e outras reformas de base deixou dúvidas sobre as diversas considerações apontadas, uma vez que as mesmas geraram entre os estudantes do próprio M.E e fora dele, contradições e grandes debates acerca das reformas pretendidas pelos estudantes. Afirma-se ainda, que a luta reivindicativa dos estudantes pela

Reforma Universitária, não ocorria somente até 1962, pelo contrário, os *I e II “Seminários Nacional de Reforma Universitária”*, caracterizaram como o momento imprescindível no processo histórico de engajamento dos universitários em prol de conquistas que efetivariam as aspirações da grande maioria da sociedade naquele momento histórico.

Sendo assim, a Reforma Universitária somente seria efetivada na medida em que a luta fosse de forma coletiva e aliada a outras reformas que a sociedade exigisse. A Universidade não era de maneira algum um problema para as classes dominantes, até porque faziam dela a fonte de sua dominação ideológica sobre as massas populares, que nela fabricavam cultura alienada com que justificavam cotidianamente a espoliação que exercia. Sobretudo, era um grande problema para o povo, uma vez que sua concretização ajudaria no sentido da garantia do direito de ter educação pública e de qualidade.

#### 4.3 III SEMINÁRIO NACIONAL E A LUTA PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA

Para a UNE, foi no debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases, sobretudo na discussão da escola pública, que se impôs a luta pela democratização do ensino. O debate que se travou, à margem das discussões no Congresso sobre o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, demonstrou que a luta por melhores condições de ensino estava associada a lutas de interesses no âmbito da sociedade global.

Segundo José Serra (1963, p. 21) “[...] a grande maioria dos universitários não tinha revelado um amadurecimento na tomada de consciência necessitava imprescindível unir a luta pela reforma universitária à luta popular”. Como consequência dessa falta de consciência, algumas diretrizes deveriam ser tomadas na perspectiva pela luta coletiva:

A atuação do M.E deve ser cada vez mais alicerçada num permanente diálogo entre as lideranças e as bases. O trabalho de base deve ser a preocupação primordial, bem como a de elevar o nível político da massa estudantil. Portanto, seria necessário rever as condições de funcionamento e providenciar a reorganização do M.E. O estudo da Reforma Universitária deve orientar-se para a praticidade, e para um esforço de aplicação dos princípios gerais, difundindo o mais possível os estudos sobre a Reforma Universitária e sua especificidade para os estudantes. (UNE, 1963, p. 22).

Se a Reforma Universitária era uma consequência da organização estudantil, era, também um processo que propunha concluir etapas, logo, a ação deveria identificar-se com o processo de

mobilização na construção e reformulação do ensino superior no país. Nesse sentido, entendemos que a Reforma Universitária, também era uma reforma de base. Dessa forma, o movimento estudantil deveria estar entrosado com os movimentos populares, como exigência da própria luta.

Entendemos também que naquele momento histórico, a UNE precisava urgentemente de apoio de outras áreas organizadas da população. Na Carta do Paraná (1962), já havia uma sinalização por parte do movimento, no sentido de direcionar as ações da massa estudantil as lutas pela reforma de base, contudo, faltava o fundamento maior para essa ligação bem como a tomada de consciência.

Segundo Sanfelice (1986, p. 42) “[...] a UNE reconheceu, que, pela luta em torno da Reforma Universitária, havia se estabelecido o elo entre as reivindicações escolares e a luta política”. Nesse sentido, entende-se por reformas de base, as reformas indispensáveis para o processo de desenvolvimento do país, verificando-se a importância e a dificuldade à formação de uma consciência crítica que constituiu o caráter alienado do ensino.

Naquele momento, os estudantes estavam se instrumentalizando e se mobilizando para participar da luta para assegurar na Lei de Diretrizes e Bases a participação de um terço dos estudantes na direção universitária. Nesse seminário, foi adotado pelos representantes de todas as Uniões Estaduais o compromisso que teriam acesso fosse aprovado essa reivindicação.

Para a UNE, a luta por melhor representatividade nas decisões das universidades, significaria superar a fase de mera teorização para uma teorização e luta concreta. Já no I SNRU, em 1961 os estudantes reivindicavam por mais vagas e por representação paritária nos colegiados. O caminho para a concretização dessas reivindicações passaria por assembleias onde se discutia a proposta de reformulação dos estatutos das universidades, tendo em vista que as mesmas estavam em consonância com os decretos Suplicy/Aragão. Logo após o término do IISNRU, cada UEE através de reuniões com seus diretórios estudavam a proposta sobre a representatividade paritária e, em seguida através do CPC, a reflexão levantada seria levada a todos os cantos do país. (UNE, 1963, p. 17).

A tentativa de lutar por uma representação de um terço nos colegiados seria uma maneira de os estudantes se instrumentalizarem e tomarem decisões sobre os mais variados aspectos que

giravam em torno da estrutura universitária. A LDB (1961) assegurava aos estudantes uma cota de participação nos órgãos colegiados, mas precisaria ainda ser regulamentada. Decidiram então, por três medidas:

- 1) A participação efetiva dos estudantes nos órgãos colegiados das Universidades era um passo fundamental para a reforma;
- 2) O prazo de que se dispunha para no sentido de forçar essa representação era efêmero, uma vez que estávamos a apenas um mês do término do prazo para que fossem submetida ao Conselho Federal de Educação os estatutos reformados;
- 3) A preparação para um movimento de maior seriedade era insuficiente, mas se deveria confiar que o movimento em si fosse capaz de mobilizar as bases universitárias. (UNE, 1963, p. 17).

Passada essa fase de avaliação, o Conselho Estudantil de São Luís, resolveu, aguardar até 1º de junho por uma decisão das universidades. Caso a decisão fosse recusada, deflagrar-se-ia uma greve nacional. Encerrado o prazo mais do que o previsto, as universidades recusaram e não atenderam a reivindicação estudantil, como resultado esperado a greve foi deflagrada. Em seguida os estudantes consideraram que ela foi necessária e de fundamental importância para o M.E, pois mostrou para todo o país uma união entre os estudantes. A greve serviu para a evolução do movimento universitário e da luta pela reforma. (UNE, 1963, p.18).

Apesar dos aspectos positivos, o documento de 1963 apontou três falhas na preparação e durante a greve: primeiramente, a recusa à greve como paralisação e não como mobilização, permanecendo grande parte das bases afastadas do movimento durante toda a duração da greve. Em segundo lugar, a confusão entre o entusiasmo despertado nas bases estudantis pela luta e pela greve com uma consciência, que só existia de forma difusa, dos problemas da universidade. E finalmente, por confiança excessiva na atuação isolada do movimento estudantil, sem atentar seriamente para a necessidade de ganhar apoio de outras áreas da população.

A partir desse momento, já nos fins de 1962, a UNE retomou a luta pela democratização do vestibular, pela abolição da nota mínima, aumento de vagas, pelo preenchimento de todas as vagas, pela não cobrança das anuidades e a gratuidade de ensino. Observa-se nas entrelinhas do documento que UNE ensaiava uma recuperação tática no sentido de rever criticamente as lutas passadas para tirar conclusões fundamentais para o futuro do movimento universitário, e sua luta maior o projeto emancipatório do povo.

A UNE procurou, desde logo, participar no esforço de organização popular e alinhar-se ao lado dos trabalhadores e das forças a eles ajustadas. (UNE, 1963, p. 25). Justifica, então, porque no III SNRU realizado durante o ano de 1963 em Belo Horizonte, concluiu pela “[...] necessidade de um projeto de lei que afastasse os obstáculos jurídicos à democratização da universidade e associasse a luta do M.E às lutas pelas principais projetos de base e ao mesmo tempo vinculasse as forças populares à luta pela Reforma Universitária”. (SANFELICE, 1986, p. 46, apud. UNE, 1963, p. 25-6).

No processo de revisão tática do movimento estudantil, A UNE encontrou duas formas de fazer valer suas reivindicações, as duas centravam-se no eixo político, aproveitando-se que o momento era propício. “[...] encaminhou ao Congresso um projeto de Emenda Constitucional e outro de alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em que se consubstanciassem os pontos fundamentais da luta imediata pela Reforma Universitária”. (UNE, 1963, p.26). Tanto o projeto de Emenda à Constituição, quanto o de alteração a LDB, tinha como objetivos emergencial afastar os entraves legais à democratização da Universidade.

A possibilidade da efetivação de uma universidade que contemplasse as reais necessidades da massa estudantil exigia que os estudantes retirassem juridicamente os principais entraves do ensino superior como a cátedra vitalícia, os exames vestibulares, a estrutura de decisão dos problemas universitários, entre outros tantos, oriundos das legislações anacrônicas, embora recentes.

O documento mostrava que a UNE elaborou aqueles dois projetos, não com a intenção de mudar toda a estrutura universitária e suas anacronias, mas, foram pensados no sentido particularmente emergencial devido ao pouco tempo que teriam para a Reforma Universitária. “[...] por isso mesmo é que o Seminário compreendeu que os projetos deveriam revestir-se de certos requisitos: terem condições de mobilizar os estudantes, ferir a estrutura da universidade brasileira e enquadrar-se numa diretriz conseqüente com as posições do movimento, isto é, representarem realmente um etapa no processo de Reforma Universitária”. (UNE, 1963, p. 27-8).

Quanto a Emenda Constitucional, o projeto extinguiu o regime da cátedra vitalícia e propunha mudanças na carreira do professor, levando-se em conta a avaliação constante do trabalho prestado pelos docentes. Justifica-se a partir disso, que a liberdade de cátedra discutida na Declaração da Bahia, na Carta do Paraná e em Belo Horizonte, em 1963, não deveria ser uma espécie de manutenção do *status quo*, ou seja, um protecionismo ao professor de carreira. A avaliação proposta no projeto de Emenda Constitucional visava, portanto o desenvolvimento do ensino na universidade. Propõe, então, a alteração do artigo 168 da Constituição Federal.

Em relação ao substitutivo a LDB, o projeto pretendia mudanças em artigos que dispunha sobre a cátedra vitalícia (art. 72 e 75), vestibular (art. 69, 70 e 80 2§), verbas universitárias e a participação estudantil nos órgãos colegiados (art. 78 e 79). Vários estudos foram feitos até a versão definitiva dos artigos a serem alterados. O projeto passou por um processo inicial de discussão entre os diretórios acadêmicos de todo o Brasil. Em seguida, para a direção dos trabalhos foram criadas as comissões de estudos em nível de Estado. Por fim, a fase fundamental, encarregada pelas assembléias locais, coletas de assinaturas, as manifestações de rua, de edição de panfletos, de passeatas e comícios, enfim, a mobilização pela Universidade Brasileira às vésperas de um golpe de Estado.

Encerradas as discussões, o documento apresentou em última instância a necessidade da unidade de luta, pois o país demonstrava através da tentativa de se implantar o regime parlamentarista que o próximo ano seria de muita luta e radicalismo. O descontentamento político por parte da classe média, aliada aos interesses externos e a estratégia burguesa em relação à educação superior, torna cada vez mais visível o futuro da luta pela Reforma Universitária, pois enquanto a burguesia se desinteressava pela educação pública, leigo, gratuito e universal, os estudantes colocavam-na em 1º lugar na defesa pela emancipação da classe trabalhadora. “A luta é de todos e de cada um; é de nossa responsabilidade, é nosso compromisso” (UNE, 1963, p. 34).



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em uma conclusão para esse tema torna-se pretensioso, pois, as variadas pesquisas em torno desse objeto de pesquisa, reportam diferentes e divergentes perspectivas. Entretanto, em se tratando da UNE enquanto entidade representativa dos estudantes busca-se compreender a dimensão educativa do movimento estudantil consubstanciada às transformações políticas e econômicas do país.

Fundamentalmente, esta dissertação teve como objetivo a investigação da proposta de Universidade que os estudantes militantes da UNE defenderam nos seminários nacionais de reforma universitária durante a década de 60. A defesa pela escola pública, laica, gratuita e universal, cristalizou-se a luta por um sistema nacional de ensino, onde a Reforma Universitária colocou-se como a preocupação mais emergente, no sentido de rompimento com a manutenção de um sistema elitista-classista, arcaico e garantidor dos interesses de classe dominante.

Foi necessário analisar as relações políticas e econômicas, para compreender a UNE enquanto movimento organizado e reivindicatório. Assim, conhecem-se as reais necessidades dos estudantes na direção de um projeto de sociedade sustentado e motivado em políticas de base recebidas pelos organismos internacionais.

Os projetos econômicos e seus desdobramentos históricos nas políticas educacionais e particularmente, no ensino médio e superior, foram concebidas nas alianças dos países emergentes com as agências de desenvolvimento norte-americana. Pode-se entender que, a partir dessas articulações, e, intimamente, da Aliança para o Progresso em 1961, a reforma do Estado esteve intrinsecamente condicionada e sustentada as concessões que o modelo capitalista de desenvolvimento lhe permitia. Portanto, o modelo de educação no Brasil, seguia as determinações externas.

Verificou-se os condicionamentos políticos, econômicos e educacionais em documentos originais da UNE, bem como em relatórios oficiais do Governo Federal, traduzidos em acordos com organismos internacionais de desenvolvimento econômico. Nestes, percebe-se que a estrutura e a formação da Universidade Brasileira ocorreu a partir dos moldes culturais

dos países que exerceram e exercem dominação econômica e política cultural sobre o Brasil. Portanto, a Universidade é ainda uma instituição, concebida como instrumento para perpetuar o “*status quo*”.

Para a UNE dos anos 60, a fase do processo histórico brasileiro caminhava para uma ascensão da classe burguesa com a concentração da renda nacional nas mãos de poucos. Desse modo, a Universidade Brasileira não poderia continuar a ser uma instituição orientada contra este movimento ascensional. Chegaram, portanto, a conclusão de que deveria ser feita uma reforma universitária para que a Universidade Brasileira se constituísse como um órgão de concretização de todas as outras reformas de base.

A UNE questionava o sério problema da falta de vagas e a péssima qualidade do ensino superior. O ponto central para a entidade, no entanto, ainda permanecia intocado: fazer a Reforma Universitária era questão premente naquele momento histórico. A UNE sabia que deveria tomar posição frente a este sério problema, então, foram lançados já nos três primeiros anos da década de 60, os *I, II e III Seminário Nacional da Reforma Universitária* para discutir e elaborar um projeto ambicioso de Universidade, levando em conta o comprometimento da Universidade com a realidade dos estudantes, as conseqüências e os entraves para a efetivação de uma Reforma Universitária que viesse a contemplar de fato as necessidades da massa estudantil e da sociedade como um todo, ao lado de um modelo desenhado pelo Estado através da LDBN 4.024/61.

O processo de discussão de Reforma Universitária implementada pelo Estado revelou a constituição de idéias e posições políticas fundamentadas claramente em princípios positivistas e liberais:

É preciso que fique bem claro, de antemão, que entendemos a reforma universitária concedida como uma manifestação de tutela política e como mera panacéia. Não podemos aceitá-la porque ela não flui de nossa vontade, não responde aos anseios que animam as nossas lutas pela reconstrução da universidade e não possui fundamentos democráticos legítimos. Complemento de dois decretos-leis de um Governo militar autoritário e expressão perfeita do poder que engendrou a constituição outorgada à Nação em janeiro de 1967, ela representa uma confacção de nossos ideais e de nossas esperanças. A ela devemos opor a autêntica reforma universitária, que nasce dos escombros de nossas escolas e da ruína de nossas vidas, mas carrega consigo a vocação de liberdade, de igualdade e de independência do povo brasileiro. (FERNANDES, 1975, p. 203).

A Reforma Universitária, segundo esse autor, foi a expressão cabal do autoritarismo do golpe de 64, nela estavam representadas as idéias mais íntimas do poder implantado em nosso país pelos militares e pela alta cúpula que dava sustentação aos golpistas. O movimento pela reforma feito pelo Governo Militar, reafirmava a defesa do continuísmo e não por uma ruptura do poder. As leis criadas pelo Governo Militar legitimavam a ilegalidade dos movimentos reivindicatórios, vistos de maneira legítima pela sociedade.

Assim, no Brasil pós-64 assistiu-se à crescente hipertrofia da sociedade política (setor governamental) em relação à sociedade civil (conjunto das formas de organização dos diferentes setores da população da qual emana a legitimidade do poder exercido). Em conseqüência, a sociedade política, que detém o monopólio do uso da força (mecanismos repressivos), perdeu o apoio da sociedade civil, que opera na base do consenso (mecanismos persuasivos), emergindo daí o caráter ilegítimo do poder exercido pelo setor governamental. Eis por que, nos últimos anos, se difundiu a distinção entre legalidade e ilegalidade. Quer dizer, o governo é legal porque se apoiou nas leis que ele próprio patrocinou; não é, porém, legítimo, já que não conta com o consentimento ativo dos governados. Igualmente, as diferentes mobilizações sociais, as greves, por exemplo, tendiam a ser consideradas ilegais pelo governo, mas eram definidas como legítimas pelos governados. Está aí, cremos, o fundamento da ação social denominada “desobediência civil”. Já que o grupo que empolgou o poder se arvorou em intérprete infalível das aspirações da sociedade sem a prévia delegação desta, tal poder é ilegítimo, podendo, em conseqüência, ser legitimamente contestado. (SAVIANI, 1987, p. 93).

Com o fortalecimento do Estado, a UNE foi vista por parte da grande maioria dos estudantes, como talvez a única forma de pressionar pela legitimidade do movimento estudantil, pois após o golpe de 64, foi sancionada a Lei 4.464/65 (Lei Suplicy), que regulamentava a organização e funcionamento dos órgãos estudantis no país.

A entidade propunha um projeto alternativo de R.U, proposta aceita pela ampla maioria dos estudantes, tendo em vista, no bojo das grandes mobilizações o que mais se discutia era um conjunto de mudanças que só poderia se realizar a partir do momento que os estudantes tomassem consciência política e assumissem uma postura de objetivação acerca da realidade crítica que se deparava o ensino superior no país em pleno regime militar.<sup>117</sup>

---

<sup>117</sup> A proposta de Universidade dos estudantes se analisada com rigor, não acrescentaria quase nada a reforma defendida pelos militares. Pelo contrário, só teve destaque no campo social em detrimento do envolvimento dos estudantes com as questões sociais do país.

O modelo de Universidade que a UNE questionava, juntamente com outros órgãos estudantis, era tachado na época, como oligárquico e classista, fundamentado na teoria do capital humano, um ensino que prezava as leis de mercado, acima de tudo. Tais leis serviram, via de regra, como “pano de fundo” para as reformas de ensino durante quase todos os governos militares. Portanto, o ensino superior na década de 60 era extremamente seletivo e concesso de privilégios à classe dominante.

Os anseios por partes dos estudantes e da comunidade acadêmica na tentativa da construção de um projeto de universidade crítica eram significativos, forçando a partir do início dos anos 60, uma transformação estrutural das instituições de ensino.<sup>118</sup> Por todo o país foram realizados inúmeros debates em grandes congressos, uma verdadeira batalha por melhores condições de ensino e por um projeto de sociedade com melhores condições de vida ao povo de modo geral. Assim, o modelo de RU não poderia estar desligado das reformas de base que o país precisava realizar.

Enfim, a proposta por uma universidade mais crítica, defendida pelos estudantes militantes da UNE nos seminários nacionais de reforma universitária, deveria romper com as amarras históricas herdadas das reformas de ensino anteriores, particularmente, entre os anos 1942 a 1961. Essas defendiam os interesses constituídos durante a década de 30. A UNE buscava nesse momento a defesa dos interesses da massa estudantil que estava longe de alcançar se prevalecesse a orientação privatista nas reforma educacionais.

Constata-se, também, que o Estado, na sociedade capitalista, não poderia por definição empreender a construção de uma democracia moderna (sociedade aberta) embora tivesse que reeditar, a cada momento, discursos que apresentassem esse objeto de modo a “[...]dissimular tanto a sua função de garantidor dos interesses das classes dominantes, como, também, de dissimular a sua própria prática cotidiana de reproduzir a estrutura de classes através da educação sistemática”. (CUNHA, 1988, p.168). Desse modo, entende-se que o próprio Estado atribuiu ao ensino superior a condição de ensino aberto a todos, porém, esteve longe dessa realidade significativa nos últimos anos.

---

<sup>118</sup> Podemos dizer que o movimento estudantil dos anos 60 era efetivamente forte somente no interior das instituições de ensino superior.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 teve um forte significado político, pois a lei foi um resultado de várias emendas, convertidas em “solução de compromisso” entre as principais correntes partidárias, prevalecendo o espírito de conciliação e a democracia restrita, uma vez que a abertura política pós Estado Novo e a estratégia liberal não atingia as camadas populares, pelo contrário, tratava-se de uma democracia restrita às elites. O período de gestação desta lei representou na prática a manutenção dos ideais liberais e os interesses dos grupos privilegiados econômica, social e culturalmente. Representou também, uma possibilidade da organização e instalação de um sistema nacional de ensino como um instrumento de democratização da educação pela via da universalização da escola. (SAVIANI, 2001, p. 06).

As políticas educacionais implementadas no Brasil a partir dos anos 60 e 70 do século XX, sofreram influências significativas do Governo Militar. Tais políticas constituem-se num modelo para as reformas impostas nos setores estratégicos, onde o Estado foi o grande mediador das relações liberais e hegemônicas no modelo de desenvolvimento econômico industrial embrionado nas relações de trabalho escravo e na obtenção da mais-valia com a mão-de-obra explorada. A economia cafeeira estabeleceu as relações hegemônicas vinculadas as agências internacionais, no entanto, a educação está sendo visto como não referência no acesso ao trabalho. A partir daí, o Estado passa a ser hegemônico e dominador, desarticulando política e ideologicamente os trabalhadores, e tornando-se máximo como mecanismo controlador e mínimo na garantia dos direitos.

Desde sua origem o Estado se organizou na manutenção de poder para frear a “revolução social” que mesmo assim, ainda conseguia se articular em suas bases através de movimentos populares e sindicatos, na formação de uma consciência coletiva de classe. Contudo, é a partir dos anos 70 que a UNE sabendo da importância que este período tinha para a permanência do movimento estudantil e de suas reivindicações, alia-se a outros movimentos para resistir a forte pressão militar. Conclui-se que, “[...] as diferentes classes e facções exploram o trabalho exercendo em conjunto o poder político sobre as classes exploradas, também, uma classe ou facção preponderará politicamente sobre as demais na medida em que os seus interesses econômicos são satisfeitos em caráter prioritário”. (POULANTZAS, 2001, p. 49). A UNE questionava o modelo de políticas públicas através das reformas de base. Nelas estavam como pivô central, os interesses econômicos próprios da elite. Para a UNE, tais interesses eram

reproduzidos nas universidades brasileiras. Tais políticas, vêm seguindo passo-a-passo as orientações da Comissão Interamericana da Aliança para o Progresso, em 1961.

A intenção não foi a de esclarecer todas as indagações relacionadas a História da UNE, pretendeu-se, evidenciar as questões históricas que fundamentaram e sustentaram as políticas educacionais nos anos 60 e 70 do século XX, particularmente, as políticas nos governos militares contrariando o modelo de Universidade pretendida pelos estudantes. Para compreender o posicionamento da UNE na História da Educação foi necessário reconstruir, primeiramente, as relações políticas e econômicas. Essas motivaram os estudantes naquele momento histórico a estabelecer um programa mínimo de luta e resistência, onde a denúncia aos acordos MEC-USAID, ao Relatório Atcon e a todos os instrumentos da infiltração no sistema nacional de ensino, fossem eliminados. Onde a luta pela Reforma Universitária só fosse entendida como transformação total da Universidade e onde a luta pelo sistema nacional de ensino gratuito, atingisse a todos os estudantes na direção da emancipação da classe trabalhadora.

Evidenciando as questões históricas que sustentaram as políticas educacionais da década de 60, compreende-se os motivos da inserção do movimento estudantil no contexto histórico, econômico e social e educacional, que se sustentava em bases econômicas do capitalismo internacional, traduzidas no golpe de 1º de abril de 1964. O estudo da influência militar para a educação brasileira, particularmente, para o ensino superior, demonstrou que os estudantes defendiam o enfrentamento político-ideológico ao modelo econômico imposto pelos militares golpistas e seus desdobramentos no setor educacional.

O controle político desejado pelos militares, consubstanciados na Lei Suplicy e no Decreto Aragão, significaram na prática a própria Lei de Segurança Nacional. Lei que propunha medidas extremamente aliciatórias e repressivas, no sentido de garantir ao Estado o controle nas áreas estratégicas para a manutenção da Doutrina de Segurança Nacional.

A UNE, suspensa por lei, recebeu grande apoio de outros organismos de esquerdas, inclusive de uma parte da Igreja Católica contrária muitas vezes aos interesses militares. Mas, como a implantação do AI-5 e de seu descendente direto, o Decreto-lei 477/69, a UNE, viveu, então, a sua maior dificuldade enquanto entidade representativa, a de garantir sua continuidade, e,

levando-se em conta todas as condições adversas, as lideranças não conseguiram superar as divergências internas e externas no movimento estudantil.<sup>119</sup>

Percebeu-se na leitura dos documentos o caráter oficial e ideológico das reformas pretendidas pelo governo, e, através da investigação dos planos econômicos e seu reflexo para as políticas sociais e educacionais, comprovou que o modelo desenvolvimentista não garantiu a equidade social e tampouco eliminou as desigualdades sociais que era o discurso do governo após o Golpe de 64. Na verdade, o que houve, foi uma reorganização do sistema de produção no processo de acumulação do capital, onde a educação era subordinada a ideologia desenvolvimentista capitalista. Esta era tratada como sendo o mecanismo certo para a garantia de melhores oportunidades de emprego para a população pobre, o que não ocorreu, tendo em vista, o “pragmatismo” do Estado no gerenciamento das políticas educacionais, uma vez que implantou no país, as políticas educacionais definidas pelos assessores norte-americanos e atreladas aos interesses das classes dominantes. Então, compreende-se que a idéia central defendida pelos protagonistas da ditadura, não era ofertar boa educação, e sim justificar através “dela” o porquê da grande concentração de analfabetos e de desempregados no país, garantindo a justificação “natural” do fracasso ou da incapacidade de ajustamento ao sistema, defendido.

A UNE enquanto movimento organizado esteve sempre presente em discussões de ordem nacional e internacional do país. Realizou grandes congressos e seminários, deles conseguiram traçar um plano de luta para a implantação da Reforma Universitária pretendida pelos estudantes da década de 60. Em 1961, foi realizado em Salvador, Bahia, o primeiro Seminário Nacional de Reforma Universitária, onde o ponto central das discussões ficou em torno de uma grande aliança pelos estudantes em nível nacional. Através dessa aliança, os estudantes conseguiriam unificar seus pares para uma luta maior. Em 1962, foi realizado em Curitiba, Paraná, o segundo Seminário Nacional de Reforma Universitária, nesse seminário foi revisto alguns dos Objetivos do anterior e aprofundando nas discussões acerca da proposta de implantação de uma Reforma Universitária que contemplasse os interesses de todos os estudantes sem distinção de classe. Em 1963, pouco tempo antes do golpe de Estado de 1964, realizou-se o terceiro Seminário Nacional de Reforma Universitária, onde se discutiu

---

<sup>119</sup> Os estudantes da época não foram os que mais sofreram com os militares. Os que mais sofreram foi à classe trabalhadora, pois, com a repressão vários líderes sindicais foram mortos. Nesse sentido, a ditadura era do capital sobre o trabalho.

preferencialmente o processo das lutas para sua efetivação. Nesse momento histórico, chegam a um consenso de que a luta pela Reforma Universitária, nasceria da necessidade de conquistar as bases universitárias, ela nasceria mais ainda de um avanço nas lutas pela solução dos problemas estudantis, ela representava um estágio superior dessas lutas, superando a fase meramente assistencialista.

Para a UNE pensar a Universidade significava romper com a alienação em função do imperialismo. A realidade de país emergente e classista impõe o dever de atendermos a este desenvolvimento e a alienação dos privilégios de classe. A superação dessas contradições implica em entender a Universidade como órgão de elaboração e transmissão da própria cultura e não, da reprodução da consciência alienada. Portanto, cabe a Universidade promover a conscientização do processo cultural.

Se, a Universidade, deve promover o processo cultural, faz-se então, necessário uma reformulação do sentido do atual ensino superior brasileiro. Desse modo, entende-se a democratização da universidade, não somente como ampliação de número de vagas, mas sim, uma profunda mudança na cultura que é ministrada através dos conteúdos e currículos. Criar as condições para essa realização seria o primeiro passo. Portanto, a eliminação dessas contradições é tarefa política e não deveria ser conseguida pela ação isolada dos estudantes. É nessa perspectiva que o estudante brasileiro poderá continuar lutando eficientemente para a Reforma Universitária quando se colocar ao lado do povo, para a tomada de consciência e para a elaboração de uma cultura popular engajada na luta política ao das classes populares.



## 6 REFERÊNCIAS

### DOCUMENTOS ESTUDANTIS

UNE. **III Seminário Nacional de Reforma de Ensino.** (Discurso Nacional), Rio de Janeiro, 1º a 12 de junho de 1959, 25 p.

\_\_\_\_\_. **A UNE e os problemas nacionais.** (Discurso Nacional), Rio de Janeiro, s.d. 1959, 94 p.

\_\_\_\_\_. Resoluções do 1º encontro nacional. **Alfabetização e cultura popular**, s.d, 43 p.

\_\_\_\_\_ a. O metropolitano. **I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior**, de 29 de maio de 1960.

\_\_\_\_\_ b. O metropolitano. **Análise do XXIII Congresso nacional dos Estudantes**, de 04 de setembro de 1960.

\_\_\_\_\_ c. **O Metropolitano**, de 29 de maio de 1961.

\_\_\_\_\_. Declaração da Bahia. **I Seminário Nacional de Reforma Universitária**, maio de 1961, 12 p.

\_\_\_\_\_ a. Carta do Paraná. **II Seminário Nacional de Reforma Universitária**, de 17 a 24 de março de 1962, 93 p.

\_\_\_\_\_ b. Resoluções do conselho da UNE. **Encontro Nacional sobre Reforma Universitária**, Rio de Janeiro, março de 1962, 43 p.

\_\_\_\_\_. **Luta atual pela Reforma Universitária**, Guanabara, dezembro de 1963, 61 p.  
JUC. Reforma Universitária. Belo Horizonte de 1963. 19 p.

\_\_\_\_\_. **Declaração de princípios do XXVIII Congresso.** In: História da UNE, depoimentos de ex-dirigentes, Coleção História Presente, vol.4, 1º ed. São Paulo: Livramento, 1980, p.115-6.

\_\_\_\_\_. **Plano de Ação para a gestão 1966/1967.** In: História da UNE, depoimentos de ex-dirigentes, Coleção História Presente, vol.4, 1º ed. São Paulo:Livramento, 1980, p.114.

\_\_\_\_\_. **Carta Política da UNE do XIX Congresso.** In: História da UNE, depoimentos de ex-dirigentes, Coleção História Presente, vol.4, 1º ed. São Paulo:Livramento, 1980, p.116-120.

HISTÓRIA DA UNE. **Depoimentos de ex-dirigentes.** Coleção História Presente, vol.4, 1ªed. São Paulo:Editorial Livramento, 1980, 127 p.

## BIBLIOGRAFIA DO OU SOBRE O PERÍODO PROPOSTO

ACORDO MEC-USAID. **Acordo para o planejamento do ensino superior no Brasil**, de 23 de junho de 1965.

ARAPIRACA, J. O. **A Usaid e a Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 1982.

ATCON, R. **Princípios da Reforma Integral da Universidade no Brasil**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1968.

\_\_\_\_\_. **Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (MEC/ DES/ 1966), 1966.

BANDEIRA, M. **A Renúncia de Jânio Quadros e a crise pré 64**. 2ªed São Paulo: Brasiliense, , 1979.

BARBOSA. R. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública**. In: Obras completas. Rio de Janeiro. MEC, vol. X, t. I ao IV, 1947.

BARROS, R. S. M. **Diretrizes e bases da educação**. São Paulo: Pioneira, 1960.

BEISIEGEL, C. R. **Política e educação popular**. São Paulo: Ática, 1982.

BERGO, A. C. **O Positivismo: caracteres e influência no Brasil**. Reflexão. Campinas ano VIII, número 25, jan. / abr. 1983.

BRASIL, **Ato Institucional nº 5**, de 13 de dezembro de 1968. Institucionaliza fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime jurídico e político. Acesso a página do Senado Federal em 08 de julho de 2002.

BRASIL, **Emenda Constitucional nº 1**, de 17 de outubro de 1969. Dispõe sobre Recesso Parlamentar no Congresso Nacional.

BRASIL, Lei nº 4.464, de 09 de novembro de 1964. **Lei Suplicy**. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências.

BRASIL, **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento de ensino superior e sua articulação com a escola média.

BRASIL, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. In: Internet (On-Line):[www.senadofederal.org](http://www.senadofederal.org), 2002.

BRASIL, **I Plano Nacional de Desenvolvimento** (Lei nº 5 727) DOU, 08- 11- 1971. Ed. Sugestões Literárias S/A, São Paulo, 1972.

BRASIL, **II Plano Nacional de Desenvolvimento** (Lei nº 6 151) DOU, Supl. de 7 e ret. em 31-12-74. Ed. Sugestões Literárias S/A, São Paulo, 1975.

BRASIL, **Lei nº 6.420**, de 3 de junho de 1977. Altera a Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968. Altera a Lei nº 5 540, de 28 de novembro de 1968, que fixa normas de organização e

funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências, In:Internet (On-Line): [www.senadofederal.org.](http://www.senadofederal.org.), 2002.

BRASIL, **Decreto-lei nº 464**, de 11 de fevereiro de 1969. Estabelece normas complementares a lei 5.540 de 28 de novembro de 1968.

BRASIL, **Decreto-lei nº 869**, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica nas escolas.

BRASIL, **Decreto-lei nº 68.065**, de 14 de janeiro de 1971. Regulamenta o Decreto-lei nº 969, de 12 de setembro de 1969.

BRASIL, **Decreto-lei nº 228**, de 28 de fevereiro de 1967. Reformula a organização da representação estudantil.

BRASIL, **Decreto-lei nº 252**, de 28 de fevereiro de 1967. Estabelece normas complementares ao decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966.

BRASIL, **Decreto-lei nº 62.937**, de 2 de julho de 1968. Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária.

BRASIL, **decreto-lei nº 477**, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares.

BRASIL, **Decreto-lei nº 53**, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais.

CALDAS, A. C. **Centro Popular de Cultura no Paraná (1959-1964) encontros e desencontros entre arte, educação e política**. Dissertação de Mestrado, Curitiba: UFPR, 2003.

CAMPOS, F. **Educação e Cultura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1931.

CARMO, P. S. **A ideologia do trabalho**. São Paulo, Ed. Moderna. 1992.

CHAGAS, V. **O Departamento na organização universitária**, Curitiba: Imprensa da UFPR, 1972.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CONCEIÇÃO, G. H. da. **Partidos Políticos e Educação: a extrema - esquerda brasileira e a concepção de partido como agente educativo**. Cascavel, EDUNIOESTE, 2000.

\_\_\_\_\_. **O partido militar e as escolas do exército: a educação e a formação militar**. Cascavel, EDUNIOESTE, 2003.

CUNHA, L. A. **A Universidade Temporã**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

\_\_\_\_\_. **A Universidade Crítica: o ensino superior na República Populista.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

\_\_\_\_\_. **Educação e Autoritarismo.** São Paulo: Cortez, 1981.

\_\_\_\_\_. **Educação e Desenvolvimento no Brasil.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

\_\_\_\_\_. GÓES, M. de. **O Golpe na Educação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

DANTAS, A. **Depoimentos de ex-dirigentes da UNE.** In: História da UNE. São Paulo: Livramento, 1980, 128 p.

DEITOS, R. A. **Ensino Médio e Profissional e seus vínculos com o BID/BIRD, os motivos financeiros e as razões ideológicas da política educacional.** Cascavel, EDUNIOESTE, 2000.

\_\_\_\_\_. Texto mimeografado. (monografia de conclusão do Curso de Especialização em Educação, 1996).

DICIONÁRIO de Ciências Sociais – Fundação Getúlio Vargas-MEC, 1986.

DREIFUSS, R. A. **1964: A conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis: Vozes, 1981.

DOMINGUES, J. E; LEITE, L. P. **Brasil: uma perspectiva histórica.** São Paulo: FTD, 1983.

EAPES. Relatório da Equipe de Assessoria do Ensino Superior (**Acordo MEC-USAID**). Rio de Janeiro: MEC-DES, 1968.

ELYSA, B. **Tortura nunca mais.** Petrópolis: Vozes. 1987.

FÁVERO, M. L. A. **A UNE em tempos de autoritarismo.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Universidade Brasileira: em busca de sua identidade.** Petrópolis: Vozes, 1977, p. 43.

FERNANDES, F. **A Teoria do Autoritarismo.** São Paulo: Hecitec. 1979.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

\_\_\_\_\_. **O desafio Educacional.** São Paulo: Ed. Cortez, 1979.

\_\_\_\_\_. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** 1ª ed, São Paulo: Alfa – Omega., 1975.

FERNÁNDEZ, O. S. L. **A evolução da Economia Brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FLORIDI, U. A. **O radicalismo católico brasileiro. Para onde vai o catolicismo progressista no Brasil.** São Paulo: Hora Presente, 1973.

FORACCHI, M. M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira.** São Paulo: Nacional, 1965.

GERMANO, J. W. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985).** São Paulo: Cortez, 2ª ed. 1994.

GRÊMIO de Filosofia da USP. **Seminário da UNE sobre a Infiltração Imperialista no Ensino Brasileiro,** Revisão Especial, São Paulo, 1967.

IANNI, O. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p.159.

\_\_\_\_\_. **O jovem Radical.** In: Sociologia da Juventude. 1º v. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

KUENZER, A. Z. e MACHADO, L.R.S. **A Pedagogia Tecnicista,** in NAMO de MELLO, Guiomar – (org) **Escola Nova, Tecnicismo e Educação Compensatória.** São Paulo: Edições Loyola, 1987.

LÊNIN, V. I. **As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo.** São Paulo: Global, 1988.

\_\_\_\_\_. **Aliança da classe operária e do campesinato.** Moscovo: Edições Progresso, 1983. Trad. Na 5ª ed. das Obras Completas de V.I. Lenine, preparada pelo Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PUCS.

LINHARES, M. Y. **História Geral do Brasil.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Campus. 1996.

MANFREDI, S. M. **Política e Educação Popular.** São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1981.

MACHADO, M. C. G. **Rui Barbosa: pensamento e ação: uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional.** Campinas: Autores Associados, 2002.

MARTINS, F. J. R. **Movimento estudantil e ditadura militar: (1964-1968).** Campinas: Papyrus, 1987.

MARX, K. **Trabalho Assalariado e Capital.** 3ª ed. São Paulo: Global, 1985.

MARX, K. **O 18 Brumário.** Tradução por Leandro Konder e Rebató Guimarães. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto Comunista.** Londres, 1872.

MELLO, J. P. de. **A Revolução e o Governo Costa e Silva.** Rio de Janeiro: Ed. Guariva, 1979.

MENDONÇA, S. **A industrialização brasileira**, São Paulo: Ed. Moderna, 1995.

MOACYR, P. **A Instrução e o Império** – Subsídios para a História da Educação no Brasil – 1823/1853. São Paulo: Nacional, 1936. In: FÁVERO, M. L. A. **A Universidade Brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977.

MORAES, P. de. **Sociologia da Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Leitura, 1965.

MOREL, Edmar. **O golpe começou em Washington**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

NOGUEIRA, F. M. G. **Ajuda Externa para a Educação Brasileira, da USAID ao Banco Mundial**. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999.

OEA. **Aliança para o progresso**. Ser. H/XII. 1. Ver. União Pan-americana, Secretaria Geral da organização dos Estados Americanos, Washington, D. C., Punta Del Este, Uruguai, de 5 a 17 de agosto de 1961.

PEARSON, L. B. Presidente. (et al.). **Sócios no Progresso** – relatório da comissão do desenvolvimento internacional. Rio de Janeiro; APEC Editora, 1971.

PELEGRINI, S. C. A. **A UNE nos anos 60: utopias e práticas políticas no Brasil**. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

PEREIRA, L. C. B. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, , 1983.

PEREIRA, O. D. **Multinacionais no Brasil**. São Paulo: FTD, 1978.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2001.

POERNER, A. J. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

PRADO JR. C. **A história econômica do Brasil**. 1ª ed. 46ª reimpressão, São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_.FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre A revolução Brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

PILETTI, C. e PILETTI, N. **Filosofia e História da Educação**. 15ª ed . São Paulo: Ática, 2000.

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA. Mec, Brasília-DF, Departamento de Apoio e Divulgação. nº 296, 1968.

RELATÓRIO MEIRA MATOS. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RIBEIRO, M. L. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil 1930 – 1973**. Petrópolis: Vozes, 1978.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social; Ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Tradução por Lourdes Santos Machado. 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

SANFELICE, J. L. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez, 1986.

SANTOS, N. **Depoimentos de ex-dirigentes da UNE**. In: História da UNE. São Paulo: Livramento, 1980.

SAVIANI, D. **Ensino Público e algumas falas sobre universidade**. 5ª ed. São Paulo: Autores Associados, 1991.

\_\_\_\_\_. **Política e Educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. São Paulo: Cortez, 1988.

\_\_\_\_\_. **A nova lei da educação: LDB trajetória limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2001.

SERRA, J. **Depoimentos de ex-dirigentes da UNE**. In: História da UNE. São Paulo: Livramento, 1980, 128p.

SIGRIST, J. L. **A JUC no Brasil; evolução e impasse de uma ideologia**. São Paulo: Cortez, 1982.

SILVA, JR, J. R. e SGUISSARDI, V. **Novas fases da Educação superior no Brasil: Reforma do Estado e mudança na produção**. 2ª ed. São Paulo: Cortez (USF-IFAN), 2001.

SIMONSEN, M. H. **Brasil 2002**, 9ª ed. Rio de Janeiro: APEC, 1979.

\_\_\_\_\_. **Inflação: gradualismo x tratamento de choque**. 2ª ed. Rio de Janeiro: APEC, 1970.

SINGER, P. **A crise do “milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª ed, 1977.

\_\_\_\_\_. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo: Ed. moderna, 1987.

SODRÉ, N. W. **A História Militar do Brasil**. 3ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, L. A. G. **A JUC: os estudantes católicos e a política**. Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. **Brasil: radiografia de um modelo**. 2ªed. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

TAVARES, M. da C. e FIORI, J. L. **(Des)ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TEIXEIRA, A. S. **Educação no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1968.

TOLEDO, C.N. de. **ISEB: Fábrica de Ideologias**, São Paulo: Ática, 2ª ed., 1978.

VIANA FILHO, L. **O Governo Castelo Branco**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio Biblioteca do Exército, 1975, Tomo I e II.

VIEIRA, E. **A República Brasileira: 1964 – 1984**, São Paulo: Moderna, 1985.

\_\_\_\_\_. **Estado e Miséria Social no Brasil de Getúlio a Geisel**. São Paulo: Cortez, 1983.

\_\_\_\_\_. **O que é desobediência civil**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

XAVIER, M. E. S. P. **Capitalismo e Escola no Brasil**, Campinas: Papyrus, 1990.

## JORNAIS E REVISTAS

ESTUDANTES fazem plebiscito contra a Lei Suplicy. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 14 nov. 1964.

UNE é extinta. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 28 out. 1964.

UNE divulga resultado do plebiscito parcial. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 17 ago. 1965.

UNE anuncia greve. **Última Hora**. Rio de Janeiro, 13 jul. 1966.

FACULDADES não apresentam listas temendo a repressão. **Correio da Manhã**, de 15 de agosto de 1965.

MINISTRO fala sobre fechamento da UNE. **Última Hora**. Rio de Janeiro, 17 dez. 1965.

ENTREVISTA com Kubitschek. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p.5, 27 jul. 1960.

REFORMA de ensino. **O Metropolitano**. Rio de Janeiro, 29 mai. 1961.

LEI suspende atividades da UNE. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 01 set. 1964.

ESTUDANTE envia telegrama ao Presidente cobrando atitudes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 07 de abr. 1964.

UNE reivindica políticas educacionais. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 06 nov. 1964.

PESQUISA revela rejeição a Lei Suplicy. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 29 abr. 1965.

UNIVERSIDADES protesta nas ruas. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 21 set. 1966.

DIA de protesto. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 22 set. 1966.

PROTESTO nas ruas pelos estudantes. **O Estado de São Paulo**. 22 set. 1966.



SEMINÁRIO, Latino Americano de Reforma Universitária e Democratização do Ensino Superior. **O Metropolitano**, Rio de Janeiro, 29 mai. 1960.

CONGRESSO da UBES e UMES contra a ditadura. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 02 mar. 1967.

MINISTRO torna público as mudanças na Lei Suplicy. **Estado de São Paulo**, 02 mar. 1967.

GOVERNO convida estudantes a colaborar em ações governamentais. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 set. 1966.

ESTUDANTE é morto pela polícia do Rio. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 29 mar. 1968.

ESTUDANTES aceitam dialogar com governo. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jun. 1968.

ESTE moço comanda a agitação. **Revista Realidade**. Rio de Janeiro, número 28. jul. 1968.